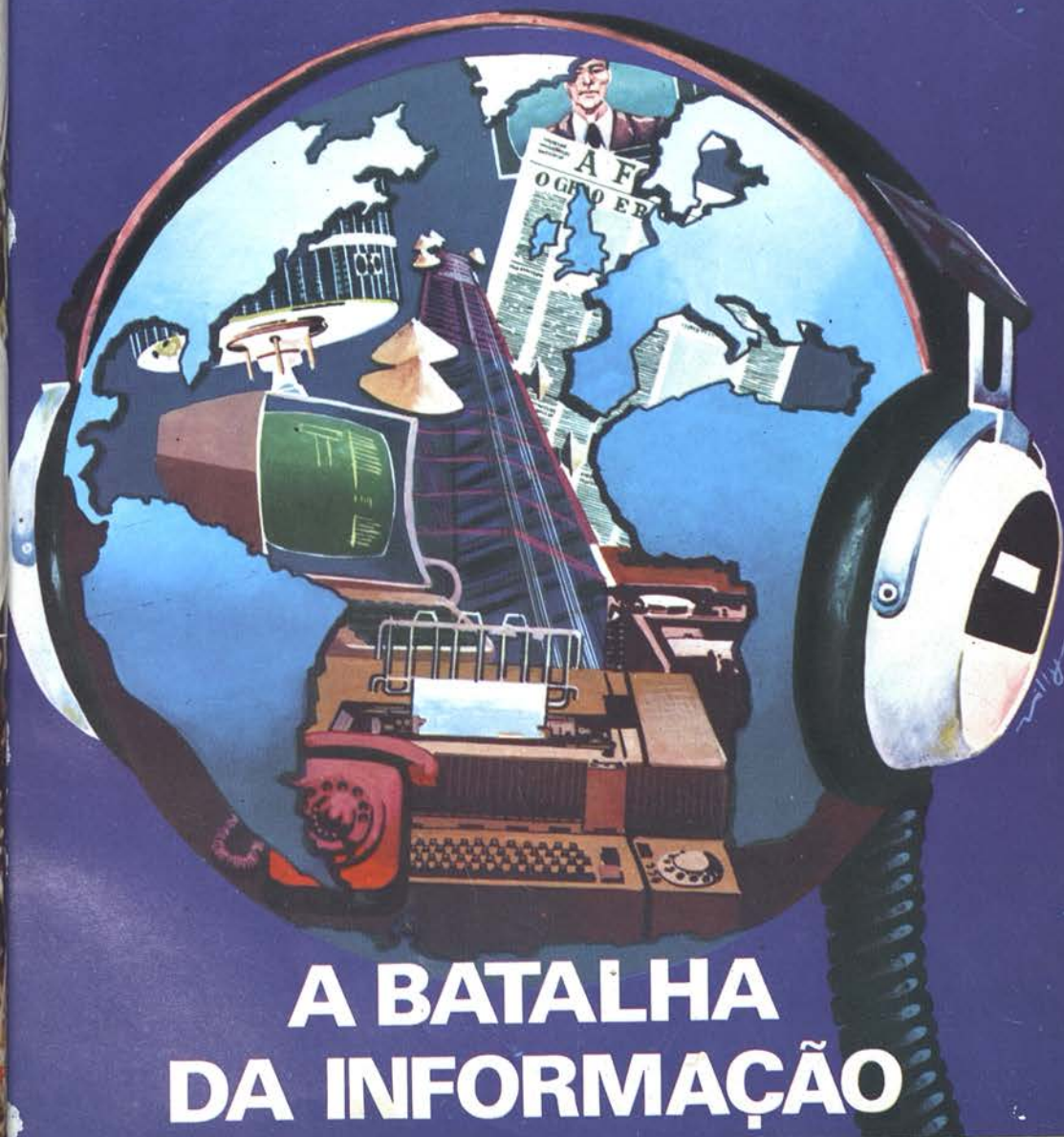


cadernos do

terceiro mundo

ZAIRE
A corrupção no poder

Abril 1982 • Esc 80\$00 • Kz 60.00 • MT 80\$00 • Pg 80\$00 • CV 80\$00 • Cr\$ 150.00 • Ano V • n.º 43



A BATALHA DA INFORMAÇÃO

Os diamantes de Angola são mais brilhantes

Es
es
re
co
da
lo
Se
Pe
int
m
pa
zo
Ka
ac
Ka
ces
m

«o
ju
Ch
gr
cri
pr
Se

ex
ca
de
fe
In
co
A
es
ci
pa
go
ha

Fu
ac
ag
er
de
Na
(F
m
dis
ur
fe
pr
cri
el
pr
m
pa
Sa
Ku

96

*Estão agora a serviço do povo
e da reconstrução nacional*

Companhia de Diamantes de Angola



Aos leitores

A nova informação

Quando cadernos do terceiro mundo foi fundada, em 1974, ainda não havia surgido o termo Nova Ordem Informativa, mas os Não-Alinhados já haviam expressado em Argel que as estruturas da comunicação internacional constituíam uma herança nefasta do passado colonial e contribuíam para a manutenção dos laços de dominação ideológica sobre o Terceiro Mundo.

A nossa revista surgiu precisamente como um esforço concreto, que contribuiu para a criação de uma informação alternativa, reivindicação dos países em desenvolvimento, que hoje é reconhecida como válida e legítima pelas Nações Unidas e pela maioria dos governos do mundo. Não obstante, a batalha da informação continua. A reunião de Acapulco marcou o fim de muitas ilusões – o Terceiro Mundo sabe que já não pode esperar apoio dos Estados Unidos para o desenvolvimento independente das suas comunicações – e coloca o desafio de procurar novos caminhos que permitam ouvir a voz dos oprimidos.

Este é o tema central desta edição de cadernos do terceiro mundo e essa é também a razão de ser da nossa revista que, de 1974 até hoje, já publicou dois milhões e meio de exemplares em três idiomas (português, espanhol e inglês).



Equipa em movimento

Vendo o sumário do último número dos *cadernos do terceiro mundo*, parece-me que a vossa equipa está a fazer jus a uma nota da primeira página de uma edição de há quatro meses intitulada «Equipa em movimento». De facto, vocês desta vez estiveram em vários locais do globo o que prova um dinamismo crescente (aqui para nós, houve edições dos «cadernos» que pareciam ter sido feitas sem saírem da redacção). É nesse sentido que vos felicito pela excelente reportagem no Médio Oriente, a entrevista de Jerry Rawlings, o artigo sobre a Nicarágua e o texto desse excelente jornalista que é Wilfred Burdett. Importante também nesse número a entrevista a Ramalho Eanes e a Paulo Jorge.

Continuem a mexer-se!

Carlos Martins, Cacém, Portugal

Amazónia saqueada

Excelente (e triste) a reportagem sobre a violação e devastação da Amazónia, a maior e mais completa que tive oportunidade de conhecer. Ali está flagrante toda a dimensão do crime perpetrado contra o povo brasileiro, a segurança nacional e a ecologia mundial; tudo isso feito com a aprovação e o beneplácito dos governos do país, através de empresários entreguistas da nação aos piratas internacionais.

Luiz Fontes, Salvador, Brasil

Nordeste brasileiro

Se um dos objectivos da política económica do governo (brasileiro) é «corrigir os desníveis inter-regionais e a má distribuição de rendimento», porque razão não faz o governo algo para a solução definitiva dos problemas do Nordeste, ao invés de soluções paliativas? Como sabemos, a diferença entre o Nordeste e as outras regiões do Brasil é de um grande desnível. (...) O sistema prefere investir em obras obscuras como é o caso das fábricas nucleares, e depois escolhe o Nordeste como depósito do lixo atómico.

José Filgueira Neto, Natal, Brasil

Intercâmbio Polónia e Brasil

Falou-se e escreveu-se tanto sobre o racionamento de carne na Polónia, mas não fizeram as contas. Esse racionamento prevê um consumo de 36 quilos de carne por ano para cada polaco, distribuídos equitativamente, enquanto que no Brasil, segundo dados de Fevereiro, e segundo a desnivelada distribuição do rendimento, a média é inferior a 14 quilos *per capita*, isto

é, há brasileiro que não vê carne durante todo o ano.

Rodolfo G. Malheiros, Rio de Janeiro

Maomé

Na revista número 38, de Novembro de 1981, na página 15, existe a seguinte frase: «No Corão, livro sagrado escrito por Maomé...», há uma grave incorrecção. Amigos, o Corão sagrado foi revelado por Deus, Allah, a Maomé, que ditou as revelações a outros companheiros que por sua vez o escreveram. O Profeta Maomé, era analfabeto.

Abdel J. Jaber, Uruguiana, Brasil

Bispos negros

Li na página 11 do número 41, que há somente dois bispos negros na Igreja brasileira, D. Jairo de Mattos e D. José Maria Pires. Digo-lhes que agora são três. O último foi sagrado no dia 21/12/81 por D. Paulo Evaristo Arns em São Paulo e é D. Aloísio Hilário de Pinho, bispo de Tocantinópolis, em Goiás.

Francisco M. da Rocha Jr., Mariana, Brasil

Emigração caboverdeana

Não caberia a *cadernos* romper com o muro de silêncio que envolve a situação da emigração cabo-verdeana em Portugal? Mesmo para um leitor de jornais que se considera muito acima da média nacional, os problemas dessas 20 mil (serão 30 mil, 40 mil?) pessoas são bastante desconhecidos. O que eu gostaria de saber: quantos são, como vivem, em que trabalham, se estão enquadrados sindicalmente, se têm associações próprias, qual o índice de desemprego, etc. Aceitará a equipa de *cadernos* este desafio de um leitor assíduo?

Augusto Moreira, Lisboa

Armamentismo

Mesmo filtradas, chegam-nos notícias do grande volume de vendas de armas pelo governo brasileiro a vários países do Terceiro Mundo e mesmo de aviões com finalidades bélicas. Com o potencial e riquezas que possui, o Brasil deveria estar a exportar alimentos, de que o mundo tem tanta necessidade.

Rui S. Freitas, Porto, Portugal

Clube de Amigos

cadernos do terceiro mundo, para mim, é uma das melhores publicações que já tive em mãos. A revista dá-nos uma visão ampla e geral das relações Norte-Sul e do processo de desenvolvimento dos países pobres explorados pelos ricos e poderosos. Como uma família que somos, leitores e admiradores, venho propor a criação de um Clube de Amigos, no qual poderíamos trocar ideias e comentar sobre assuntos tratados na revista.

Antonio J. de Jesus, Salvador, Brasil

Zimbabwe

(...) Mesmo uma revista especializada como *cadernos* tem dedicado ultimamente pouco espaço à divulgação daquilo que se passa no recém-libertado país (Zimbabwe), facto que não acontecia durante a guerra de libertação. Porque não fazer uma longa e profunda reportagem sobre esse país?

Henrique J. Paiva, Luanda, Rep. Pop. de Angola

Intercâmbio

- Elian G. de Oliveira
Rua Cônego Santana, 1028 – Cachoeirinha
30000 Belo Horizonte – MG – Brasil
- Milton de França
Rua 7, n.º 20 – Redenção
65000 São Luis – MA – Brasil
- Carlos Tavares
Caixa Postal 18212
01000 São Paulo – SP – Brasil
- Advair A. Francisco
Rua Serrana, 657 – V. Queiroz
13480 Limeira – SP – Brasil
- Tito Mandavela Francisco
Rua de Katiavela – CP 3245
Luanda – Rep. Pop. de Angola
- Alfredo Mateus da Costa
CP 4 – Mintec, Lunda-Norte
Chitato – Rep. Pop. de Angola
- Júlio Carlos Chekas
CP 4 – Mintec, Lunda-Norte
Chitato – Rep. Pop. de Angola
- Francisco Dunes Zordoy
a/c de Alfredo Caunze
Casa de Trânsito da Diamang
CP 25 – Lunda-Norte, Rep. Pop. de Angola
- Apolinário Manuel Maria
CP 63 – Malanje – Rep. Pop. de Angola
- Domingos Cristóvão Salvador
a/c de Luis Tesouraria
CP 12, Dundo – Diamang
Lunda-Norte, Rep. Pop. de Angola



PORTE PAGO
REVISTA MENSAL

43

Matéria de capa: A batalha de informação

- 6 Editorial: A luta pela Nova Ordem Informativa Internacional
- 10 Acapulco: A grande desilusão, *Agustino Castaño*
- 14 PANA: Um sonho de vinte anos
- 16 A raposa e as galinhas, *Roberto Remo*
- 29 IPS: A objectividade alternativa
- 32 ASIN: Quando o Estado informa, *José M. Pasquini*

América Latina

- 34 América Central: Um vulcão em erupção, *Arqueles Morales*
- 39 Equador: A geopolítica de uma crise, *José Steinsleger*
- 44 Costa Rica: Monge propõe o regresso ao campo, *Andrés Martínez*

África

- 47 Zaire: A «cleptocracia» de Mobutu em crise, *Carlos Castilho*
- 55 Entrevista com Karl I Bond, *António Tavares-Telles*
- 61 Chade: Dias difíceis para Gukuni Ueddei, *Carlos Pinto Santos*
- 65 Serra Leoa: O crepúsculo da era Stevens, *Alice Nicolau*

Opinião

- 68 A militância polaca do Papa, *Neiva Moreira*

Mundo Árabe

- 71 Egípto: Até onde poderá ir Mubarak? *Mohamed Salem*
- 75 Bahrein: Uma luta entre duas frentes, *Beatriz Bissio*
- 79 O que é bom para os EUA...

Ásia

- 81 Índia: Os comunistas perdem Kerala, *Narinder Koshla*

Cultura

- 83 A «Nova Canção» latino-americana, *Fernando Reys Matta*
- 90 Panorama Tricontinental

Desporto

- 94 O futebol do Terceiro Mundo no «Mundial-82», *Vítor Santos*



Editor Geral
Neiva Moreira
Editores Associados
Pablo Piacentini e Beatriz Bissio

Conselho Editorial Internacional
Darcy Ribeiro — Juan Somavia
Henry Pease Garcia — Aquino de Bragança
Wilfred Burchett

● *Edições em português*
ANGOLA — CABO VERDE
GUINÉ-BISSAU — MOÇAMBIQUE
PORTUGAL — S. TOMÉ E PRÍNCIPE

Editor
Altaír Campos
Administrador
Ernesto Pádua
Redacção
Baptista da Silva
Carlos Pinto Santos
Leonardo Mourão
Revisão
Estevam Reis
Documentação e arquivo
Cristina Assis
Tricontinental Editora Lda.*
Calçada do Combro, 10-1.º
T. 320650 — Lisboa 1200
Serviços Comerciais e Publicidade
José C. Figueiredo
Composição e Impressão
Renascença Gráfica e
Gráfica Europam, Lda.*
Distribuição
CDL — Central Distribuidora Livreira S.A.R.L.
Representantes
Angola
Luís Henrique — C.P. 3593 — Luanda
Moçambique
Etevaldo Hipólito
Rua Kongwa, 153 — Maputo
T. 25140
BRASIL
Director e Editor
Neiva Moreira
Director Administrativo
Altaír Campos
Secretário de Redacção
Nilton Caparelli
Representantes
Clóvis Sena (Brasília)
Paulo Cannabrava Filho (São Paulo)
Caixa Postal 60.086 — CEP 05.033
Arte
Maria Nakano
Carmem Saporette
Tradução e Revisão
José Carlos Gondim
Cláudia Guimarães
Publicidade
Jesus Antunes

Documentação e Arquivo
Lídia Freitas
Composição
Ronaldo Fonseca
Distribuição
Homero Souza
Fotolito
Colorrio Studio Gráfico Lt.*
Rua 2 de Fevereiro, 33 — Encantado

editora terceiro mundo, Lda.
Rua da Glória, 122 - grupo 105/106
tel. 242-1957
telex: 2133054 CTMB BR.

Registro na Junta Comercial do Estado
do Rio de Janeiro n.º 33.200.306, 291
C.G.C. (MF) n.º 30.876.783/0001-32
Inscrição Estadual n.º 81.341.400
Registro no INPI: Protocolo n.º 013.539
Registro no SCDP/SR/DPF
n.º 2195 — P. 209/73

● *Edições em espanhol*
MÉXICO — AMÉRICA CENTRAL
AMÉRICA DO NORTE e CARIBE
Editor
Roberto Remo
Gerente Geral
Gerónimo Cardoso
editora periodistas del tercer mundo a.c.
salle California, 98A — Coyoacán
México, 21 DF — telephone: 689-1740
Correspondência: Apartado Postal, 20 572
México, 20 DF
BOLÍVIA — CHILE — COLÓMBIA
EQUADOR — PERU — VENEZUELA
(Edição Andina)
Publicada por DESCO: Centro de Estudios y
Promoción del Desarrollo
Avenida Salaverry, 1945
Lima, 14 Peru — Telephone 724-712

● *Edições em inglês*
ESTADOS UNIDOS — CANADÁ
EUROPA e PAÍSES DE LÍNGUA
INGLESA NO TERCEIRO MUNDO
Editor
Fernando Molina
Editor Consultivo
Cedric Belfrage
Apartado Postal, 20.572 — México, DF.

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOL (Angola), AIM (Moçambique), INA (Irake), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzania), Wafa (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas *Nueva* (Equador), *Novembro* (Angola), *Tempo* (Moçambique) e com o jornal *Daily News* de Dar-es-Salaam (Tanzania).

Circulação em 68 países

Alemanha Ocidental — Angola — Argélia — Argentina — Austrália — Áustria — Bangladesh — Belize — Bélgica — Bolívia — Brasil — Cabo Verde — Canadá — Checoslováquia — Chile — Colômbia — Costa Rica — Cuba — Dinamarca — El Salvador — Equador — Espanha — Estados Unidos — Etiópia — Finlândia — França — Granada — Guiana — Guiné-Bissau — Honduras — Iémen Democrático — Índia — Indonésia — Irão — Iraque — Jugoslávia — Jamaica — Japão — Kuwait — Líbano — México — Moçambique — Nicarágua — Nigéria — Panamá — Paraguai — Peru — Portugal — Porto Rico — Quênia — República Dominicana — Sahara — São Tomé e Príncipe — Seychelles — Sri Lanka — Suécia — Suíça — Suriname — Santa Lúzia — Tailândia — Trindade-Tobago — Uruguai — União Soviética — Venezuela — Vietname — Zâmbia — Zimbábue.

Editor e Director: Altaír L. Campos
Propriedade:
tricontinental Editora, Lda.
Redacção e Sede da Administração:
Calçada do Combro, 10-1.º
tel. 320650 1200 Lisboa
Tiragem desta edição: 36.000 exemplares

DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL — Empresa Distribuidora Livreira UEE, Avenida Luis de Camões, 111, Luanda. BELIZE: Cathedral Book Center, Belize City. BOLÍVIA: Tecnolibros S.R.L., Casilla de Correo 20288, La Paz. BRASIL: Fernando Chinaglia Distribuidora S.A., Rua Teodoro da Silva, 907 — Rio de Janeiro. CABO VERDE: Instituto Cabo-Verdiano do Livro, Rua 5 de Julho, Praia. CANADÁ: Third World Books and Crafts, 748 Bay St. Ontário, Toronto — The Bob Miller Book Room, 180 Bloo St. West, Toronto. COLÓMBIA: Ediciones Suramérica Ltda., Carrera 30 N.º 23-13, Bogotá. COSTA RICA: Semanário Nuevo Pueblo, Av. 8 Calles 11 y 13 N.º 1157, San José. CHILE: Distribuidora Sur, Dardignac 306, Santiago. EQUADOR: Ediciones Sociales, Córdova 601 y Menduburo, Guayaquil — RAYD de Publicaciones, Av. Colômbia 248, of. 205, Quito Ed. Jaramillo Arteaga, Tel. 517590, Reg. Sendip Pex 1258. EL SALVADOR: Librería Tercer Mundo, Primera Calle Poniente 1030, San Salvador — El Quijote, Calle Arce 708, San Salvador. ESTADOS UNIDOS: Guild News Agency, 1118 W. Armitage Ave., Chicago, Illinois — New World Resource Center, 1476 W. Irving Pl., Chicago, Illinois — Librería Las Américas, 152 East 23rd Street, New York, N.Y. 10010 — Third World Books, 100 Worcester St. Boston, Mass 02118 — Librería del Pueblo, 2121 St. New Orleans, LA 70130 — Papyrus Booksellers, 2915 Broadway at 114th St. New York, N.Y. 10025 — Tom Mooney Bookstore, 2595 Folsom Street, San Francisco, CA 94110 — Book Center, 518 Valência St. San Francisco, CA — Red and Black, 4736 University Way, Seattle — Groundwork Bookstore, U.C.S.D. Student Center B-023, La Jolla, CA. FRANÇA: Centre des Pays de Langue Espagnole et Portugaise, 16 Rue des Ecoles, 75005 Paris. GRÁ-BRETANHA: Latin American Book Shop, 29 Islington Park Street, London. GUINÉ-BISSAU: Departamento de Edição-Difusão do Livro e Disco, Conselho Nacional da Cultura. HOLANDA: Athenaeum Boekhandel, Spui 14-16, Amsterdam. HONDURAS: Librería Universitaria «José Trinidad Reyes», Universidad Autónoma de Honduras, Tegucigalpa. ITÁLIA: Paesi Nuovi, Piazza di Montecitorio 59/60, Roma — Feltrinelli, Via de Babuino, 41 Roma — Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4-A, Roma — Spagnola, Via Monserrato, 35/6, Roma — Usclita, Bianchi Vecchi, 45 Roma. MÉXICO: Unión de Expendedores y Vendedores de Periódico, Humbolt N.º 47, México 1, D.F. — Distribuidora Sayrols de Publicaciones, S.A., Mier y Pesado N.º 130, México 12, D.F. — Librerías México Cultural, Mier y Pesado N.º 128, México 12, D.F. — Metropolitana de Publicaciones, Librería de Cristal e 100 livrarias em todo o país. MOÇAMBIQUE: Instituto do Livro e do Disco, Ave. Ho Chi Minh 103, Maputo. NICARÁGUA: Ignacio Briones Torres, Reparto Jardines de Santa Clara, Calle Oscar Pérez Cassas N.º 80, Quinta Soledad, Manágua, Nicarágua. PANAMÁ: Librería Cultural Panameña, S.A., Ave España 16, Panamá. PERU: Distribuidora Runamarca, Camaná 878, Lima 1. PORTUGAL: CDL, Av. Santos Dumont, 57, 1000 Lisboa. PORTO RICO: Librerías La Tertulia, Amalia Marin Esq. Ave Gonzalez, Rio Piedras — Pensamiento Crítico, P.O. Box 29918, 65th Inf. Station, Rio Pedras, P.R. 00929. REPÚBLICA DOMINICANA: Centro de Estudios de la Educación, Juan Sánchez Ramirez 41, Santo Domingo — DESVIGNE, S.A., Ave Bolívar 354, Santo Domingo. REPUBLICA FEDERAL DA ALEMANHA: Gunther Hopfenmüller, Jeringstr 155, 2102 Hamburgo. S. TOMÉ E PRÍNCIPE: Ministério de Informação e Cultura Popular. SUÉCIA: Wennrgren-Williams AB, S-10425, Stockholm. VENEZUELA: Publicaciones Españolas, S.A., Ave México Lechoso a Pte. Brion, Caracas.

A batalha da informação

A realização da conferência de Acapulco motivou uma cobertura mais completa de um tema crucial da nossa época como a luta do Terceiro Mundo para democratizar a informação ou, em termos técnicos, por uma Nova Ordem Informativa Internacional. A nossa matéria de capa não esgota o assunto, mas tem o mérito de levar aos nossos leitores uma visão global de uma importante frente de luta dos países empenhados em superar a herança colonial ou neocolonial.



A luta pela Nova Ordem Informativa

A recente reunião do Conselho Intergovernamental do Programa Internacional de Desenvolvimento das Comunicações (ver página 10) serviu para actualizar a problemática relativa à Nova Ordem Informativa Internacional (NOII). Este é um dos assuntos centrais do diálogo Norte/Sul e uma das reivindicações fundamentais do Movimento dos Países Não Alinhados.

O Conselho, reunido em Acapulco, havia recebido a missão de concretizar projectos que os países do Terceiro Mundo consideraram de realização indispensável e urgente no campo informativo. Mas durante as discussões ficou evidente a escassez dos recursos económicos disponíveis e daí que, apenas alguns poucos entre os numerosos projectos apresentados pelas delegações presentes, poderão ser financiados, enquanto a maior parte dos programas pedidos tiveram que ser excluídos.

O encontro de Acapulco ofereceu portanto resultados fracos no plano quantitativo. Sob esse ponto de vista se poderia dizer que não se vislumbra a possibilidade de que, pelo menos num prazo razoável, se possa dispor dos recursos económicos e tecnológicos que permitam às nações subdesenvolvidas ter esperanças de poderem planificar o desenvolvimento autónomo dos seus meios de Comunicação Social.

Mas este é apenas um dos componentes da NOII, que faz parte de uma reivindicação de carácter global visando uma distribuição equitativa dos recursos mundiais e estabelecimento de uma nova ordem, tendente a reduzir as graves e injustas desigualdades entre o Norte, rico, e o Sul, pobre.

As exigências a favor da NOII desenvolveram-se paralelamente ao debate sobre o tema principal da Nova Ordem Económica Internacional (NOEI). Foi durante a IV Conferência Cimeira dos Países Não Alinhados (Ar-

...necessário é afirmar a um inter-
... não apenas, mas poucas informações
... não apenas. E a cooperação internacional não
... não apenas e a indústria na uma variedade de
... não apenas e firme.

A cooperação das agências para a procura
... não apenas para estabelecer uma conexão
... não apenas para a cooperação Sul-Sul, mas também

gel, 1973) que o movimento adoptou um programa articulado a favor da NOEI. O que o Terceiro Mundo pôs em questão foi a situação actual, caracterizada por uma extrema concentração em favor das empresas transnacionais, que seleccionam, produzem e distribuem internacionalmente as informações. Assim, as quatro maiores agências de notícias (duas norte-americanas, uma inglesa e outra francesa) são responsáveis por mais de oitenta por cento das notícias que diariamente circulam no Mundo.

O sistema transnacional configurou um virtual monopólio no campo informativo. Uma das consequências é a disparidade informativa entre o Norte e o Sul. As notícias oriundas do Ocidente capitalista invadem os meios de Comunicação do Sul, multiplicando artificialmente a sensação de importância e influência do Norte. Por outro lado, as informações, aspirações, realidades e problemas dos países subdesenvolvidos são quase ignorados pelo sistema transnacional que opera injustamente no sentido do Sul para o Norte. As informações do Sul são poucas e fragmentadas, e não correspondem à importância dos países desta região, que ocupam duas terças partes do globo terrestre. (O mesmo pode ser dito dos países socialistas). Este mecanismo de informação vertical discriminatória é também um instrumento tendente a manter a não comunicação entre os países do Sul, obstruindo a circulação no sentido horizontal.

Esta é uma das razões pelas quais as principais regiões do Terceiro Mundo não têm comunicação entre si. Na África, por exemplo, pouco ou nada se informa sobre os processos em desenvolvimento na América Latina ou na Ásia. Desta maneira, o sistema transnacional atenta contra o processo necessário de criação de uma identidade e da consciencialização do Terceiro Mundo.

Mas o aspecto mais negativo é talvez o que se refere ao conteúdo das informações, que em

Tecnicamente poderíamos seguir o seguinte
... não apenas. O Estado pretende alcançar uma
... não apenas para a falta de qualificação no país
... não apenas de informações técnicas e intelectuais
... não apenas de acordo com as necessidades do meio. Mas
... não apenas de informação ou qualificação, com-
... não apenas uma informação que não se encontra
... não apenas de acordo com as necessidades do

geral correspondem aos interesses do capitalismo transnacional. Este considera a notícia como uma mercadoria, dando ênfase especial ao espectacular e ao sensacional, assim como prefere o tratamento superficial. Prevaecem os critérios comerciais em vez dos culturais ou formativos. Estes factos já receberam severas críticas dentro do próprio Norte, mas na medida em que esse tipo de noticiário penetra no Sul, ele produz um impacto muito mais pernicioso e deformante.

Como é óbvio, os valores contidos nessas informações dizem respeito às sociedades capitalistas ricas e não podem senão chocar com os legítimos interesses dos países subdesenvolvidos e dependentes. Para tomar exemplos mais nítidos, as notícias e imagens exportam um consumismo que corresponde, grosso modo, ao das classes médias das nações ricas, fomentando portanto uma tendência compradora em amplas camadas sociais, que as economias dos países pobres estão longe de poder satisfazer. Enquanto isso, os interesses económicos do Terceiro Mundo são subvertidos incessantemente pelos meios de comunicação transnacionais.

Vejamos outro exemplo: os meios de informação ligados aos países consumidores de matérias-primas qualificam como positivas as quedas dos preços dos produtos básicos, e tentam fazer com que o mundo todo pense da mesma maneira. Deste modo, diz-se aos produtores de café, açúcar e ferro que é positivo para o mercado mundial que os preços caiam, sem levar em conta as perdas sofridas por países que têm um rendimento miserável das suas exportações.

Este universo noticioso inclui também uma visão folclórica e cheia de preconceitos sobre as sociedades subdesenvolvidas e com culturas diferentes, ao mesmo tempo que se exalta a civilização ocidental do Norte.

Esta é sinteticamente a problemática em torno da NOII. Vejamos agora o que se alcançou nestes anos de discussão e de intensa mobilização para alterar a ordem vigente.

Editorial

No plano conceitual, os avanços podem ser melhor examinados, graças ao trabalho dos dirigentes, analistas e investigadores do Terceiro Mundo, bem como de pensadores progressistas do Ocidente. Graças a eles conseguiu-se formular um diagnóstico muito preciso da ordem actual e dos seus instrumentos, bem como dos seus efeitos sobre o Terceiro Mundo, e também se fez uma fundamentação profunda da necessidade de uma NOII rebatendo um por um os argumentos contrários, apresentados pelos defensores do sistema transnacional.

Os países do Terceiro Mundo e do bloco socialista, juntamente com algumas nações da Europa Ocidental, isolaram a superpotência norte-americana nas Nações Unidas, onde a oposição intransigente de Washington só foi apoiada por uma parcela do «Primeiro Mundo». A UNESCO, que adoptou a temática da NOII, tem sido a caixa de ressonância deste debate e o cenário das violentas acusações do governo norte-americano contra esta agência especializada. Trata-se de uma situação que desespera o *establishment* do sistema transnacional. Este detém um virtual monopólio no campo informativo e silencia sistematicamente os seus adversários, mas não pode impedir que estes esvaziem a legitimidade das posições defendidas pelos países ricos dentro da comunidade mundial. Praticamente todas as votações realizadas na ONU nos últimos anos, assim como todas as comissões constituídas para analisar assuntos vinculados à informação, deram sempre razão ao Terceiro Mundo. O reverso da medalha regista-se no plano prático. Este consiste basicamente em projectos para desenvolver as comunicações no Terceiro Mundo, já que seria utópico aguardar que o sistema transnacional se auto-reforme, transformando-se em democrático, receptivo e horizontal.

Um desenvolvimento amplo, veloz e coerente dentro do Terceiro Mundo requereria um vasto

plano multilateral no âmbito das Nações Unidas. Mas a retracção dos EUA significou a impossibilidade de ser feito um programa dessa natureza. Os limites dessa via estão assinalados pela experiência concreta do PIDC (Programa Internacional para o Desenvolvimento da Comunicação).

Não há surpresa no facto dos Estados Unidos e sectores mais conservadores do Ocidente se oporem à NOII e se negarem a dar recursos para concretizá-la. De um ponto de vista mais realista, deve-se encarar como um triunfo o facto de que algumas potências desenvolvidas tenham efectuado certas contribuições.

Mas, de todas as maneiras, nos próximos anos, não é de esperar que a colaboração multilateral satisfaça mais do que uma pequena parte das necessidades do Terceiro Mundo em matéria de comunicações.

O resto terá necessariamente que ser resultado do esforço dos países subdesenvolvidos e, em menor escala, da cooperação bilateral de governos ou núcleos progressistas da área desenvolvida. Só se poderão registar avanços positivos para uma NOII, como resultado de esforços realizados pelos próprios interessados, nas seguintes direcções:

— Cooperação e intercâmbio Sul/Sul — os recursos do Terceiro Mundo para trocar informações num sentido horizontal são escassos, mas isso não quer dizer que empregados racionalmente, não possam produzir uma corrente informativa importante, especialmente entre os próprios países do Terceiro Mundo. Isto pode ser planeado a nível regional (ver página 35), com relativa facilidade. Mas também é possível organizar um intercâmbio directo entre a África, Ásia e América Latina. A experiência da IPS e o pool de Agências do Terceiro Mundo comprovam esta possibilidade.

A cooperação internacional fortalecerá estas experiências, mas só a vontade dos governos do Terceiro Mundo pode dotar as suas agências dos

instrumentos necessários e abri-las a um intercâmbio. Até agora, salvo poucas excepções, isso não acontece. E a cooperação internacional não pode substituir a ausência de uma vontade política esclarecida e firme.

A coordenação das agências seria a primeira medida para estabelecer uma corrente informativa. Mas a cooperação Sul/Sul pode também estender-se a todos os restantes níveis de comunicação social, segundo características de cada sector, e materializar também a realização de projectos de capacidade profissional, já que dentro do Terceiro Mundo existem centros de relativo desenvolvimento que podem dar assistência aos menos avançados.

— Âmbitos nacionais — é aqui onde obviamente é possível produzir reformas e mudanças substanciais. Através da coordenação estatal, pode-se articular uma política que garanta, por um lado, a circulação de um noticiário adequado aos interesses nacionais e que sirva de referência ao desenvolvimento sócio-cultural de cada país. Por outro lado, deveria ser criado um sistema que elimine o conceito de informação como mercadoria e que consagre o critério da notícia como um direito social.

Contrariamente ao que sustentam interesseiramente os adversários da NOII, este caminho não implica necessariamente a eliminação da empresa privada ou a destruição do pluralismo, nem a instituição do totalitarismo estatal no campo informativo. O que se exige é um poder estatal que coordene activamente os interesses dos diversos componentes da sociedade e outorgue os instrumentos para levar à prática uma informação com conteúdo social.

O questionamento feito aos meios de informação do Terceiro Mundo não tem nada a ver com o facto de que eles serem na sua maioria privados, mas sim com o conteúdo das informações que divulgam. Estas são, com demasiada frequência, um simples reflexo das mensagens e valores do sistema transnacional. Sucede também ser muito comum que os núcleos económicos que controlam a imprensa local, estarem estreitamente ligados ao sistema transnacional.

O dilema consiste em saber em que medida esses meios de comunicação, mantida a sua composição accionária, poderiam corrigir essa orientação e introduzir valores noticiosos adequados aos interesses nacionais.

Teoricamente poderíamos sugerir o seguinte esquema: ao Estado compete oferecer uma estrutura adequada para fazer circular no país um conjunto de informações nacionais e estrangeiras de acordo com os interesses da nação. Aos meios privados, cooperativos ou estatais, corresponde uma selecção e tratamento independentes, de acordo com o público ao qual se dirigem.

O conflito apresenta-se quando uns poucos interesses privados dominam os grandes veículos de informação, exercendo assim um controlo sobre importantes segmentos da opinião pública e convertendo-os em meros importadores dos valores do sistema transnacional.

Nos âmbitos nacionais também existem valiosas excepções de mudanças registadas em alguns veículos, mas estas são pouco frequentes. É que no que se refere à NOII existem dois níveis a serem considerados: o da acção internacional, envolvendo a conciliação de interesses muito diferentes e apresentando limitações diferentes das que já analisámos; e o do âmbito nacional, onde apenas os governos comprometidos com a vontade política de libertar os seus povos (a minoria lúcida do Terceiro Mundo) estão decididos a pôr em prática políticas orientadas para a concretização de uma nova ordem informativa.

E mesmo nesses casos, essas políticas são frequentemente adiadas em razão das prioridades governamentais que deixam para uma etapa posterior as transformações no campo informativo. De todos os modos, nesse plano, os progressos terão lugar na medida em que as relações de força no Terceiro Mundo se modifiquem a favor dos movimentos de libertação.

É nesse nível decisivo que se apresentam intimamente associados os problemas da nova ordem informativa e da nova ordem económica, com a luta de libertação do Terceiro Mundo. Daí se depreende que no plano multilateral e nas organizações internacionais, é útil e necessário prosseguir nos esforços, porque nesse caminho é possível conseguir avanços e triunfos de importância incontestada. Mas ao mesmo tempo deve-se ter em conta que apenas uma nova relação de forças poderá conduzir à criação de uma nova ordem informativa à escala global.

O caminho da NOII é portanto longo e difícil. Mas essencial, porque passa pela eliminação dos mecanismos de dominação e pela autodeterminação dos povos. □

Acapulco: a grande desilusão

Agustín Castaño



Programa Internacional para o Desenvolvimento da Comunicação (PIDC), um ambicioso projecto patrocinado pela UNESCO, deu os seus primeiros passos, mas estes foram tão curtos que grande parte das expectativas que havia despertado a sua criação transformaram-se em decepção.

As cifras justificam a desilusão: na segunda reunião do PIDC, realizada na estância balnear mexicana de Acapulco entre 18 e 25 de Janeiro, os países do Terceiro Mundo apresentaram uns 50 projectos cuja realização iria requerer cerca de 90 milhões de dólares. No final da reunião, o PIDC encontrou-se com recursos muito inferiores aos previstos. Com apenas seis milhões de dólares à disposição do fundo comum do PIDC, só puderam ser aprovadas 14 iniciativas. As restantes ficaram arquivadas, à espera de fundos difíceis de obter.

O PIDC foi criado no quadro da UNESCO, em 1980, em Belgrado, a partir de uma proposta dos Estados Unidos, visando estabelecer um fundo que permitisse ao Terceiro Mundo financiar as suas necessidades mais urgentes no campo da comunicação e informação.

O Conselho Intergovernamental do PIDC — composto por 35 países — reuniu-se, excepcionalmente pela segunda vez num ano, para tratar de questões como a eleição do novo director, os critérios de prioridades para aprovação dos projectos e o financiamento para os mesmos.

As três comissões — a de finanças, a de critérios e a de projectos — estabelecidas para discutir estes pontos trabalharam paralelamente, o que suscitou críticas por parte de inúmeras delegações. Segundo o representante da Jugoslávia, Tom Matelanc, «deveria ter-se reunido primeiro a de finanças e de critérios e depois então teria sido lógico passar para a de projectos».

Os projectos apresentados reflectiam as realidades específicas de cada região. Os países africanos, em geral, elaboraram projectos visando desenvolver as suas infra-estruturas de comunicação, incorporando a grande população rural ainda marginalizada. Quanto aos países da Ásia e América Latina, a ênfase foi dada ao estabelecimento de redes que interliguem os diferentes sistemas nacionais de comunicação já existentes.

Vagas promessas

Logo na primeira sessão plenária vieram à tona as contradições entre os países do Norte e os do Sul. Ao ser levantada a questão das contribuições dos países mais ricos, os representantes dos Estados Unidos, Alemanha Federal e Japão tomaram de imediato uma clara posição a favor da ajuda aos meios de comunicação privados e do incentivo às relações bilaterais. Os Estados Unidos chegaram a afirmar claramente que já



Os projectos dos países africanos visavam desenvolver as suas infra-estruturas de comunicação para incorporar a população rural ainda marginalizada

tinham iniciado um programa no espírito do PIDC, mas à margem deste. Segundo o chefe da delegação norte-americana, William Harley, o seu governo está «empenhado numa variedade de esforços destinados a vincular a AID (*Agence for International Development*) e o sector privado numa tentativa internacional voltada para o desenvolvimento das comunicações».

A delegação japonesa reiterou os conceitos expressos pelos Estados Unidos. Anunciou um incremento de 200 milhões de dólares na ajuda a projectos de comunicação através de mecanismos bilaterais... ou seja, à margem da UNESCO. Reafirmou também a importância da consulta e participação do sector privado nos programas de desenvolvimento das comunicações. Quanto ao PIDC, deixou apenas uma vaga promessa de estudar alguma forma de participação no programa.

Com pequenas nuances os Estados Unidos, Japão e Alemanha Federal reafirmaram o tempo todo a mesma posição: deixaram bem claro o seu pouco interesse em contribuir para programas multilaterais como o PIDC, que não tenham maciço investimento privado. Por

outras palavras, isso significou que da ajuda substancial esperada desses países pouco se concretizou.

Contradições acirradas

As reacções à posição adoptada pelos países que propuseram o programa e que mais poderiam contribuir fizeram-se sentir durante toda a reunião. O chefe da delegação iraquiana, Anwar Abdullah Dilsos, referindo-se às reticências de alguns países ocidentais em prestar uma colaboração efectiva salientou: «O PIDC está a dar os seus primeiros passos e necessita de um apoio a nível internacional». Falando em nome do grupo de coordenação da comunicação entre os países Não Alinhados, Dilsos pediu uma explicação aos «países poderosos» pelo seu silêncio quanto à colocação em marcha do programa.

Já o presidente do «Grupo dos 77», o venezuelano Tarry Murcie, além de reiterar a posição de Dilsos, ressaltou o papel positivo que o PIDC pode jogar no desenvolvimento do diálogo Norte/Sul.

O secretário-geral da UNESCO, o senegalês Ama-

Est
est
res
cor
da
lor
Se
Pe
int
me
pa
zor
Ka
acr
Ka
ces
mo

«ot
jur
Ch
gru
cri
Sa

ex
ca
de
fel
In
cc
A
es
ci
pa
go
ha

F
ac
er
de
N
(F
m
di
u
fe
pr
cr
e
p
m
p
S
K
9

dou M'Bow, fez uma crítica mais ampla, estendendo-a a certos órgãos e agências de notícias que acusam o PIDC de obstruir a liberdade de imprensa.

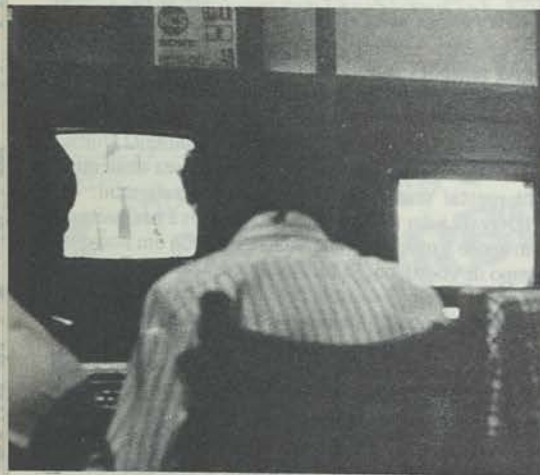
«Creio que há muito de ignorância, mas também existe má fé. Se é má fé, é ainda mais grave. Em nome da liberdade, essa imprensa ignora a verdade estabelecendo uma equação que equipara o PIDC ao controlo dos meios de comunicação e à demissão de jornalistas. Assim atribuem ao programa um poder que na realidade não tem».

As divergências realmente tomaram um carácter de confrontação ideológica durante a discussão de dois projectos apresentados pelo México em favor do desenvolvimento da imprensa sindical e da preparação de técnicos em comunicação popular. Os projectos, cada um no valor de 60 mil dólares, seriam destinados a bolséis de dez países latino-americanos.

Miguel Alva Orlandini, da delegação do Peru, afirmou que ambos os projectos repetiam «uma fraseo-



Da ajuda substancial esperada pelos países do Terceiro Mundo pouco se concretizou



logia utilizada durante a estatização da imprensa peruana», criticando duramente o processo do governo do general Velasco Alvarado. O delegado norte-americano representante da Agência Internacional de Desenvolvimento (AID), Clifford Block, assinalou que as críticas do delegado peruano «recordavam os perigos que os projectos podem encerrar pela sua incidência ideológica». Por sua vez, o delegado da Argentina, Mário Corciera, defendeu vigorosamente a rejeição dos projectos. A delegação mexicana, no entanto, recebeu amplo apoio dos restantes países, especialmente da Venezuela, União Soviética, Cuba e Nicarágua, e ressaltou que os projectos só realizariam um programa mínimo, dentro dos propósitos do PIDC de criar formas de comunicação autónomas e participativas.

Negociações difíceis

A comissão de escolha de critérios e prioridades, presidida pelo indiano M. Rasgotra, iria determinar os critérios para a aprovação dos projectos. Dada a importância fundamental desta comissão, ela foi alvo de difíceis negociações.

O conselheiro da delegação norte-americana perante a UNESCO, Elkin Taylor, disse que «nem sequer entendia a necessidade de se chegar a um acordo sobre critérios e prioridades». Os representantes dos Estados Unidos defendiam a adopção de uma resolução global, o que na prática iria contra os princípios e anularia os objectivos do PIDC. A proposta norte-americana, mediante a qual um projecto só seria aprovado «se cumprisse com todos os critérios», foi considerada por muitos delegados como uma manobra para impor os seus princípios de ajuda através de canais bilaterais e com recursos do investimento privado. O delegado da Guiana, Christopher Nascimento, argumentou que era impossível que um só projecto pudesse englobar todos os critérios em discussão.

A posição da delegação norte-americana manteve-se inflexível em diversas questões. Elkin Taylor afirmou que se não se mudasse a redacção da ordem de prioridades o seu governo não daria o seu consento, o que obrigou a renegociar este ponto. O trecho que diz que «os projectos deverão aumentar a capacidade de comunicação e a capacidade de receber e transmitir informação, de indivíduos e grupos nas comunidades urbanas e rurais, o seu acesso aos meios e a possibilidade de uma activa participação social», também não foi aceite pelos Estados Unidos, que exigiram que a menção ao acesso aos meios sociais e à participação social fosse excluída, o que efectivamente foi feito.

Por fim, chegou-se a uma fórmula de compromisso, negociada entre a Jugoslávia, Venezuela, Nigéria, Cuba, Alemanha Democrática e Guiana, por um lado, e Estados Unidos e Alemanha Federal, por

outro. Ficou decidida a adopção de oito prioridades e seis critérios. As prioridades seriam dadas, em síntese, aos projectos destinados à implantação ou desenvolvimento das estruturas nacionais ou regionais e das capacidades de produção de mensagens, com o objectivo de facilitar «um fluxo livre e um intercâmbio maior e mais amplo dos produtos culturais».

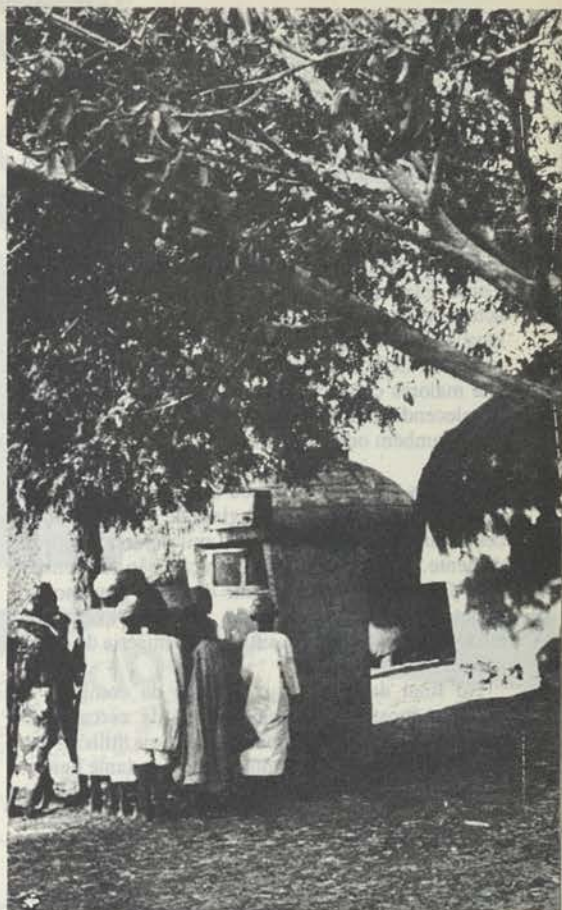
Finanças: recursos difíceis

Os trabalhos da comissão de finanças não foram menos difíceis. A comissão viu-se às voltas com um problema crónico em programas dessa natureza: a dificuldade de obter recursos para a realização dos projectos. Para se facilitar a contribuição de todos os países, foram estabelecidas quatro formas de ajuda: através de contribuições em dinheiro para a conta especial do programa; por meio de contribuições em serviços e em dinheiro; sob a forma de fundos em depósitos e, por último, através da selecção de projectos específicos que qualquer país pode financiar.

O resultado final ficou no entanto muito aquém do esperado, já que se reuniu, para o fundo comum do programa, pouco menos de seis milhões de dólares. A maior parte dessa quantia foi conseguida mediante a contribuição de algumas potências ocidentais e da União Soviética. A mais significativa contribuição partiu da França, não só porque foi a maior colaboração individual — dois milhões de dólares — como porque apesar de pertencer juntamente com os Estados Unidos ao mundo industrializado, adoptou uma posição de pleno apoio ao Terceiro Mundo. Outras nações ocidentais, como a Holanda, Canadá, Áustria e Itália prometeram contribuições que, independentemente do seu significado económico, serviram para demonstrar que as reivindicações do Terceiro Mundo podem ser compreendidas no «Primeiro Mundo».

A falta de financiamento determinou o corte da maioria dos projectos. Estados Unidos e Japão, países que estão entre os maiores exportadores de tecnologia do mundo — área dominada pelas grandes transnacionais — defenderam a ideia de que o PIDC devia concentrar-se em projectos de infra-estrutura, equipamentos e formação técnica. Justificando essa posição, William Harley, chefe da delegação norte-americana, afirmou que as tecnologias de computadores e satélites são as que «oferecem uma verdadeira oportunidade revolucionária». Essa posição foi contestada pela embaixadora da França, Jacqueline Baudrier, que ao mesmo tempo que salientou o papel da tecnologia no desenvolvimento das comunicações, afirmou que ela não assegura a liberdade de informação e a ampla participação dos múltiplos sectores sociais.

No decorrer da reunião surgiram casos de países que optaram por fazer contribuições ao PIDC ligadas a



Aparelho receptor de rádio numa aldeia da Nigéria: um privilégio

determinados projectos, adoptando a quarta modalidade da comissão de finanças. A Áustria anunciou que a sua ajuda se destinava especificamente à criação de um sistema de desenvolvimento das tecnologias da comunicação na África, enquanto que a Holanda decidiu apoiar um projecto no Zimbábwe.

A comissão encarregada de discutir cada projecto deparou com o facto de que alguns deles exigiam grandes recursos, como o projecto do Benin, no valor de 17 milhões de dólares, para o desenvolvimento de uma rede nacional de rádio-televisão. Alguns países, no entanto, que já possuem uma infra-estrutura montada no campo da comunicação, pediram apoio para projectos mais específicos. O México, por exemplo, apresentou um projecto de relativamente pequeno custo (80 mil dólares), para realizar uma avaliação global das telecomunicações no país e a sua utilização real. A maioria dos projectos requeriam apoio para criar agências nacionais de imprensa ou reforçar as

existentes, promover a implantação de redes nacionais de rádio e televisão, criar centros de formação de comunicadores e pesquisadores, impulsionar o desenvolvimento da imprensa rural e melhorar a utilização das novas tecnologias.

Uma significativa contribuição foi dada pelos países do Golfo Árabe, que anunciaram uma colaboração no valor de dois milhões de dólares para desenvolver as agências nacionais de notícias na África, reforçar as acções da Agência Panafricana de Notícias (PANA) e impulsionar a cooperação entre as agências africanas. Como esta região está entre as que mais sofrem do actual desequilíbrio no campo da informação e comunicação e dada a enorme capacidade financeira dos países do Golfo, o anúncio despertou expectativas de que maiores contribuições sejam feitas futuramente, fortalecendo política e financeiramente não só o PIDC como também outras organizações e programas desse tipo.

Um dos gestos que causou maior impacto na reunião foi a decisão do Bangladesh e do Benin de contribuírem com dois e cinco mil dólares, respectivamente. Apesar dessa colaboração não ter nenhum peso financeiro real, a atitude dos dois governos foi muito elogiada, considerada mesmo «exemplar», tendo em conta a crónica situação de miséria de ambos países.

No final da reunião, o balanço da comissão de finanças mostrava um saldo total de cerca de 50 milhões de dólares, dos quais apenas seis milhões para o fundo comum do programa, sendo o restante ligado a contribuições para projectos específicos, conforme permitia a quarta modalidade. A quantia conseguida nessa reunião permitirá que se dê início a alguns projectos importantes, mas ainda não é o bastante. Basta compará-la ao orçamento da AID (Agência Internacional para o Desenvolvimento), que apenas em 1981 destinou mais de 56 milhões de dólares para projectos de comunicação, dos quais 30 milhões para utilização no Médio Oriente. Perante este quadro, o director-geral da UNESCO, Amadou M'Bow, não ocultou o seu pessimismo: «Há grandes elementos de decepção. Não o oculto».

Dos 53 projectos apresentados, apenas 14 foram aprovados, já que a soma arrecadada ficou distante dos 90 milhões de dólares necessários. Desses projectos três são para a África, dois para os países árabes, dois para a Ásia e o Pacífico e cinco para a América Latina e Caraíbas. A maioria são iniciativas regionais ou sub-regionais referentes à tecnologia, formação de pessoal e intercâmbio entre agências nacionais.

Apesar de todos os problemas, a conferência deixou saldos positivos, como por exemplo o projecto de criar a Agência Panafricana de Notícias (PANA), à qual se destinará um milhão e meio de dólares para a compra de equipamento e formação de jornalistas, ou a aprovação do projecto da ASIN (Acção de Sistemas Nacionais de Informação) de implantar um centro de edição e tradução automatizado e tornar mais potente a rede de comunicações do sistema. □

PANA: um sonho de vinte anos

НЕЗВЕСТНА PETROLEU
ECONOMY
Editorials on
WALL STREET JOURNAL

A maior rede de agências estatais de informação do mundo deve começar a funcionar em breve, reunindo nada mais nada menos do que 53 membros. É a Agência Panafricana de Notícias (PANA), cuja estruturação consumiu quase vinte anos de discussões. A demora na concretização desse objectivo, que é tão velho quanto a Organização da Unidade Africana (OUA), não teve origem em questões políticas. O maior problema foi sempre técnico.

Todos os países africanos podem facilmente falar por telefone com Londres, Paris, Bona, Roma, Bruxelas, Madrid ou Lisboa. Mas as comunicações dentro do continente são praticamente inexistentes. Até hoje, para se falar de Angola para Moçambique, o caminho mais fácil é por Lisboa. As antigas metrópoles coloniais não criaram sistemas horizontais de comunicação. Todo o tráfego telefónico, telegráfico e radiofónico era, todo ele, no sentido do Sul para o Norte.

O mesmo fenómeno ocorre, com menor intensidade, com as comunicações aéreas. Viaja-se mais facilmente para a Europa, do que de um país africano para outro. Tudo isso constituiu um entrave para os governos interessados na criação de um sistema integrado de troca de informações dentro da África.

Todos os 53 países africanos são sócios da PANA, que terá a sua sede central em Dacar, no Senegal, e cinco sub-sedes regionais. Estas ficarão localizadas em Lagos (Nigéria), Kinshasa (Zaire), Lusaka (Zâmbia), Cartum (Sudão) e Trípoli (Líbia) e irão recolher o material das agências nacionais de países vizinhos, remetendo o material central para Dacar, donde será feita a redistribuição na forma de boletins. No âmbito regional, também haverá a troca de material noticioso, que não será enviado à central, por ser de interesse limitado a uma área geográfica.



O esforço dos países africanos em prol da extensão da comunicação a todas as áreas geográficas levou à publicação de jornais em línguas nativas, em particular nas zonas rurais. Em 1972, a UNESCO ajudou a criar a rede de agências estatais de informação, a PANA, que terá 52 membros. Os países do Golfo Árabe contribuíram com uma ajuda económica substancial para a concretização do projecto. Numa primeira etapa os idiomas usados pela PANA serão o inglês, francês e árabe, mas já está previsto o uso de algumas línguas regionais no futuro

O orçamento inicial da PANA prevê gastos da ordem de 4,7 milhões de dólares, a serem cobertos com contribuições de países árabes produtores de petróleo (2 milhões) ficando o restante dividido entre os 53 sócios africanos. Essa verba será utilizada na criação da rede de comunicações entre os países membros. Os salários, tarifas e despesas operacionais de cada país, serão cobertos pelos respectivos governos.

Do total da ajuda dada pelos países do Golfo, 1,2 milhões de dólares serão aplicados na compra de equipamentos para as subsedes e para a sede central. O restante, para reequipar as agências nacionais dos países membros. No segundo ano de operações da PANA, os sócios africanos deverão contribuir com a soma de três milhões de dólares.

O director da rede de agências, Ousmane Diallo, revelou que o sistema de coordenação técnica dos equipamentos de transmissão das 53 agências nacionais africanas já está quase concluído, depois de três anos de trabalho em cooperação com a União Internacional de Telecomunicações.

No campo da preparação de pessoal técnico e de jornalistas, alguns países europeus já se ofereceram para prestar assistência. É o caso da Áustria que contribuirá para o desenvolvimento da infra-estrutura de comunicações na África Oriental, enquanto a Holanda financiará o desenvolvimento de um programa de preparação técnica no Zimbábue.

A PANA distribuirá o seu material em três idiomas: árabe, francês e inglês, num primeiro passo. Há possibilidade de que alguns idiomas regionais possam vir a ser usados, quando a rede de comunicações estiver mais ampliada.



A raposa e as galinhas

Roberto Remo



NINGUÉM confiaria a uma raposa a guarda das suas galinhas, mas a informação que o público recebe sobre a Nova Ordem Informativa Internacional está nas mãos de quem tem tanto interesse numa adequada difusão dessa transcendental iniciativa quanto aquele carnívoro tem interesse pela integridade das aves.

Esta é, pelo menos, a conclusão a que chegou uma fonte insuspeita: o Conselho Nacional de Notícias dos Estados Unidos, integrado por dez funcionários estatais desse país e oito delegados da imprensa. O Conselho é uma organização independente que pesquisa as denúncias sobre a difusão de notícias imprecisas, errôneas e injustas. Quando, em Outubro de 1980, se realizou, em Belgrado, a reunião da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciências e Cultura (UNESCO), na qual foi aprovado o Relatório MacBride sobre as comunicações internacionais, o Conselho analisou a cobertura do acontecimento na imprensa norte-americana: 448 recortes de jornais e 206 editoriais publicados nos diários de todos os cantos do país.

Míopes

Oitenta por cento dos artigos procediam de duas únicas fontes: as agências noticiosas AP (*Associated Press*) e UPI (*United Press International*). E nem um só deles informou sobre os discursos e resoluções de actividades básicas da UNESCO em campos como a luta contra o analfabetismo, o desenvolvimento de fontes alternativas de energia ou a promoção de pesquisas sobre a produção de alimentos básicos, amplamente debatidos durante as seis semanas da conferência.

Em troca, havia 57 textos dedicados ao discurso de um delegado afegão que aproveitou a ausência dos restantes companheiros para criticar a política do seu país e pedir asilo político aos Estados Unidos. Outros 173 artigos relacionavam-se com o debate central da reunião: a política de comunicação. Mas, como assinala o Conselho, «houve uma apresentação pobre das opiniões alternativas nos temas da comunicação e os meios informativos mostraram-se severos, críticos das actividades da UNESCO nesse campo». Além disso, «quase nada foi informado» sobre a aprovação do Programa Internacional para o Desenvolvimento da Comunicação (ver artigo neste número).

Sem ter informado adequadamente os seus leitores do que se tratava, 158 editoriais foram abertamente hostis, sugerindo inclusive que os Estados Unidos se retirassem da UNESCO se esta persistisse em apoiar a Nova Ordem Informativa Internacional (NOII).

William Harley, que dirigiu o secretariado da comissão norte-americana para a UNESCO durante

administração Carter, ao ler o relatório comentou que a perspectiva da imprensa no seu país face ao debate sobre a comunicação internacional era «míope».

Se essa «miopia» da AP e da UPI é um problema para os Estados Unidos, isso é muito mais grave para o Terceiro Mundo, já que as fontes que alimentam a imprensa norte-americana são as que proporcionam as informações veiculadas nos países pobres.

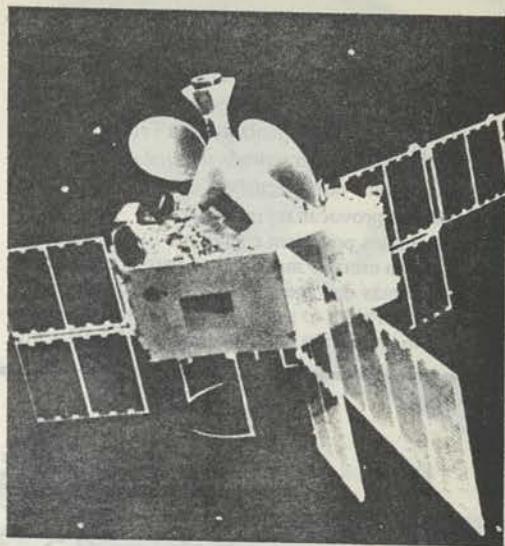
As quatro grandes

O Centro Internacional de Estudos Superiores da Comunicação para a América Latina (CIESPAL), que funciona em Quito sob os auspícios da UNESCO e da Universidade Central do Equador, realizou nos anos 60 uma pesquisa sobre a imprensa latino-americana e chegou à conclusão de que 80% das suas notícias internacionais eram proporcionadas pelas duas mesmas agências norte-americanas AP e UPI. Em 1975, o investigador chileno Fernando Reyes Matta repetiu o estudo para o Instituto Latino-Americano de Estudos Transnacionais (ILET), com sede no México. Os resultados não são estritamente comparáveis, já que a análise não se baseou nos mesmos jornais, mas a conclusão foi semelhante: 79% da informação internacional tem origem em apenas quatro agências transnacionais (as duas norte-americanas, mais a francesa AFP e a inglesa Reuters). A AP e a UPI parecem ter reduzido um pouco a sua presença (60%), mas isso não significa uma abertura de espaço a alternativas reais, mas sim a crescente pressão de outras agências europeias como a italiana ANSA e a espanhola EFE (sete e oito por cento das notícias internacionais publicadas, respectivamente), que trabalham com os mesmos critérios das outras agências transnacionais.

Como bem sintetizou, em 1978, um analista acima de qualquer suspeita de radicalismo, o secretário de Estado alemão-federal para assuntos parlamentares, Alwin Bruck, «90% das notícias da Imprensa, das emissões de rádio, dos filmes e dos programas de televisão que circulam no mundo são realizados nos Estados Unidos, Japão ou numa pequena quantidade de países europeus».

Com dois terços da população mundial, o Terceiro Mundo recebe uma atenção mínima por parte desses produtores e distribuidores de notícias. Segundo relata a UNESCO, em Março de 1977, os correspondentes das quatro grandes agências noticiosas estavam radicados 34% na América do Norte, 28% na Europa, 17% na Ásia e Pacífico (incluindo o Japão e a Austrália), o que deixa apenas 21% para a América Latina, África e Médio Oriente.

Não apenas se informa pouco sobre os países pobres, como também as informações são deformadas.



Na era espacial a tecnologia da comunicação está ao serviço de um reduzido punhado de nações

Objectividade tendenciosa

Um exemplar típico é proporcionado pelo seguinte telegrama, transmitido a 27 de Fevereiro de 1974, ou seja, em plena «crise do petróleo»:

NOVA IORQUE, 27 (UPI) — EXISTE UMA COMPREENSÍVEL PREOCUPAÇÃO EM WASHINGTON POR UMA REUNIÃO DE VÁRIOS PAÍSES PRODUTORES DE BAUXITE, PROGRAMADA EM PRINCÍPIO PARA CINCO DE MARÇO EM CONAKRY (GUINÉ). ALGUNS PERITOS CONSIDERAM QUE A CONFERÊNCIA PODERIA SER O COMEÇO DA CRIAÇÃO DE UMA SÉRIE DE CARTÉIS INTERNACIONAIS QUE CONTROLARIAM AS MATÉRIAS-PRIMAS ESSENCIAIS PARA AS NAÇÕES INDUSTRIALIZADAS, O QUE PODERIA FAZER RETROCEDER A ECONOMIA NORTE-AMERICANA EM MAIS DE 40 ANOS.

Informações como esta são publicadas pela imprensa do Terceiro Mundo diariamente. Um tema de indiscutível interesse para os países produtores de matérias-primas não é noticiado a partir de Conakry onde a reunião se ia realizar, mas sim de Nova Iorque. Na realidade, nem mesmo se informa sobre o encontro, mas sim sobre a «preocupação em Washington» motivada por ele. Abandonando toda a objectividade, discorre-se sobre a informação, atribuindo-a a «alguns peritos» não identificados (uma velha técnica jornalística é introduzir as opiniões próprias como se procedessem de «fontes geralmente bem informadas», «especialistas no assunto» ou outros intérpretes anónimos). Como comen-

tou Juan Somavía, director do ILET e membro da Comissão Mac Bride da UNESCO, o telegrama «tráz implícita a mensagem de que é legítimo que os países desenvolvidos se defendam dessa situação e tratem de impedir a capacidade organizativa do Terceiro Mundo. Paralelamente, o telegrama adverte que a preocupação de Washington é 'compreensível' e que por isso é lógico que pudesse provocar represálias».

Os exemplos poderiam encher um livro e, de facto, vários foram escritos mostrando a parcialidade oculta nos telegramas das agências transnacionais, que nos acostumaram a ler «o governo esquerdista da Nicarágua» ou «o presidente marxista Samora Machel», mas

consideram falta de objectividade que se escreva «a administração reaccionária de Ronald Reagan» ou «a primeira-ministra capitalista Margaret Thatcher».

O cliente tem sempre razão

Essa parcialidade contra o Terceiro Mundo não é o resultado de uma conspiração ou de uma condição particularmente perversa dos jornalistas que trabalham nas agências. É certo que a CIA utiliza frequentemente os meios de comunicação norte-americanos para as suas companhias de desinformação e destabilização, «plantando» nos jornais (como se diz na gíria da espionagem) textos redigidos pela Agência, como



Os doze mandamentos da NOII

A XXI Conferência Geral da UNESCO, realizada em Belgrado, em Outubro de 1980, aprovou por consenso os doze conceitos, que seguem, nos quais deveria basear-se a Nova Ordem Informativa Internacional:

- 1) A eliminação dos desequilíbrios e desigualdades que caracterizam a actual situação;
- 2) A supressão dos efeitos negativos de certos monopólios, públicos ou privados, e das concentrações excessivas;
- 3) A eliminação das barreiras internas e externas que se opõem à livre circulação e a uma difusão mais ampla e equilibrada da informação;
- 4) A pluralidade das fontes e canais de informação;
- 5) A liberdade de imprensa e de informação;
- 6) A liberdade dos jornalistas e de todos os profissionais dos meios de comunicação, liberdade que não pode estar desvinculada da responsabilidade;

7) A capacidade dos países em desenvolvimento de conseguir melhorar a sua própria situação, sobretudo através do equipamento, da formação do seu quadro de funcionários qualificados, da melhoria das suas infra-estruturas, visando a que os seus meios de informação e de comunicação estejam ao nível das suas necessidades e aspirações;

8) A vontade sincera dos países desenvolvidos de ajudá-los a atingir esses objectivos;

9) O respeito pela identidade cultural e pelo direito de cada nação de informar a opinião pública mundial sobre os seus interesses e aspirações e sobre os seus valores sociais e culturais;

10) O respeito pelo direito de todos os povos de participar nos intercâmbios internacionais de informação sobre uma base de equidade, de justiça e de interesse mútuo;

11) O respeito pelo direito do público, dos grupos étnicos e sociais, e dos indivíduos, a terem acesso às fontes de informação e de participar activamente no processo da comunicação;

12) Essa nova ordem informativa e de comunicação deve basear-se nos princípios fundamentais da lei internacional, tal como é enunciado pela Carta das Nações Unidas.

se fossem notícias ou editoriais dos próprios jornais, com a intenção de que depois se repercutam ao serem recolhidos pelos telegramas e republicados em todo o mundo. Mas essa prática é actualmente proibida pela lei norte-americana (que Reagan quer modificar) e o código de conduta da CIA aprovado depois dos escândalos investigados pela Comissão Church do Senado norte-americano proíbe aos serviços de informação dos Estados Unidos recrutar agentes entre os jornalistas nacionais.

O problema é mais complexo. As agências são empresas comerciais que vendem notícias. Como todo o comerciante sabe, o cliente é quem tem sempre razão. E 90% da receita da AP, por exemplo, são gerados dentro dos Estados Unidos. Não é de estranhar, portanto, que a orientação dos textos corresponda à óptica internacional da grande Imprensa desse país. A AP (e o mesmo vale para as três outras grandes agências) é uma importante fonte de informação para o Terceiro Mundo, mas os países pobres são um mercado residual para as vendas da agência, que não justifica a elaboração de um material adequado aos seus interesses.

Como declarou o director-geral da Reuters, Gerald Long, «nós vendemos notícias. O tipo de reportagem que o Terceiro Mundo poderia desejar seria extremamente caro e provavelmente ninguém aceitaria pagar as tarifas que isso implicaria». Long reconhece que «há uma responsabilidade moral que deve ser assumida» e, portanto, a agência «pode chegar a prover certos clientes de informações que não são pedidas e que não serão utilizadas. Mas isso seria inaceitável se formos longe demais».

Existindo uma confissão, não há necessidade de provas. Pode ser que alguns «abusos» sejam corrigidos, mas os usos das agências noticiosas transnacionais continuarão essencialmente iguais enquanto a informação for uma mercadoria.

Fluxo livre

Dá surge, na década de 70, a reivindicação terceiro-mundista por uma Nova Ordem Informativa Internacional, paralela à Nova Ordem Económica Internacional.

Na realidade, como comenta o pesquisador boliviano Mario Arrieta, «o conceito de nova ordem está em formação. Sabe-se mais como *não deve ser* do que como *deveria ser*».

Os fundamentos legais da ordem informativa que *não deve ser* foram estabelecidos pela própria UNESCO, durante a Conferência sobre Liberdade de Informação, realizada em Genebra em 1948, onde se consagrou o princípio do «livre fluxo de informação» a nível internacional.

Realizada no clima do pós-guerra, quando ainda não se tinha iniciado a Guerra Fria e o mundo vivia a euforia do triunfo das forças democráticas sobre o nazi-fascismo, a Conferência viu no conceito de livre



As grandes agências são empresas comerciais que vendem notícias



fluxo de informação uma extensão do de liberdade de expressão, consagrado como Direito do Homem pela então recém-criada Organização das Nações Unidas. Para os Estados Unidos, em compensação, tratava-se de um conceito complementar da expansão internacional das suas empresas que, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, começaram a transformar a economia do planeta numa «aldeia transnacional».

«Se surgiam obstáculos ao 'livre fluxo' de capital, mercadorias ou informação — escreve o investigador norte-americano Herbert Schiller — estes eram denunciados pelos dirigentes dos Estados Unidos como reacionários e daninhos à comunidade internacional».

Hoje, admite-se o direito de cada país do Terceiro Mundo de nacionalizar empresas estrangeiras e con-

trolar as suas actividades e regulamentar os seus investimentos e remessas de lucros. No entanto, as mesmas agências que reconhecem que as suas notícias são mercadorias fazem enorme alarido quando algum governo critica a sua prática, põe em dúvida as suas afirmações ou estabelece algum tipo de regulamentação à actividade das sucursais que convertem a matéria-prima dos acontecimentos locais num produto de exportação.

Herança colonial

A primeira vitória do Terceiro Mundo contra a actual ordem informativa passou quase despercebida e é possível que os próprios protagonistas não se tivessem dado conta devidamente da sua transcendência. Em 1972, a Assembleia Geral das Nações Unidas debateu a intenção norte-americana de iniciar transmissões de televisão via satélite directamente aos aparelhos, sem necessidade de que as ondas sejam previamente processadas por estações terrestres. A tecnologia para efectuar isso já estava desenvolvida (este ano, nos Estados Unidos, começarão a ser instaladas comercialmente antenas domésticas com essa finalidade) e os países do Terceiro Mundo perceberam o perigo que representava para a sua soberania essa penetração incontrolável de programas estrangeiros. O escritor de ficção científica Isaac Asimov contribuiu indirectamente para criar uma consciência do problema com um conto no qual a China conseguia conquistar os Estados Unidos, idiotizando previamente os seus habitantes por meio da transmissão, via satélite, de filmes pornográficos.

Finalmente, a ONU — com o voto contra os Estados Unidos — instituiu o princípio do *consentimento prévio*, ou seja, o direito de cada país de decidir quais os programas que podem ser transmitidos no seu território.

Nesse mesmo ano de 1972, os ministros dos Negócios Estrangeiros do Pacto Andino expressaram num comunicado a sua preocupação porque «os maiores volumes de informação internacional que circulam nos nossos países são processados fora da sub-região».

No ano seguinte, a histórica conferência cimeira dos Não-Alinhados realizada em Argel sustentou que «os países em vias de desenvolvimento devem empreender uma acção conjunta no campo das comunicações» para «reorganizar os actuais canais de informação», vistos como «herança de um passado colonial».

Imediatamente é cunhado o termo Nova Ordem Informativa Internacional (NOII) e a UNESCO converte-se em foro onde essa reivindicação é defendida, assim como na UNCTAD (Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento) se reclama o estabelecimento de uma Nova Ordem Económica Internacional (NOEI).

Mercadoria ou bem social?

Na opinião de Somavía, um dos redactores do Relatório Mac Bride, três conceitos básicos darão forma aos modelos informativos do futuro, reivindicados pelo Terceiro Mundo:

a) a informação não é uma simples mercadoria mas um direito e um bem social; e a tarefa de informar não é um negócio qualquer, trata-se, pelo contrário, de uma função social;

b) o processo educativo também se realiza — e de maneira ainda mais efectiva que na educação formal — por intermédio dos meios de comunicação. Actualmente, existe uma enorme brecha entre a preocupação das sociedades pela educação formal e a despreocupação pelo modo como os meios exercem, sem um quadro explícito de responsabilidade social, a sua função *educadora*;

c) assim como é necessária a participação das maiores nacionais na gestão e execução das políticas de desenvolvimento, deverá considerar-se a participação do receptor no processo de comunicação, independentemente do direito teórico de comprar ou não um jornal e de ligar ou desligar a televisão.

Naturalmente, é decisão de cada país adoptar ou não essas directrizes, mas o Terceiro Mundo exige, por intermédio dos seus diferentes porta-vozes, que se respeite o direito de adoptar políticas nacionais de comunicação, que estas políticas recebam apoio financeiro e tecnológico internacional por intermédio da UNESCO ou outros organismos, que se facilite a transferência de tecnologia e que se apoiem também as iniciativas multilaterais para equilibrar o fluxo informativo mediante a difusão de informações sobre o Terceiro Mundo e produzidas por este.

A primeira reacção dos Estados Unidos foi de total e terminante oposição, denunciando essas propostas como atentados à liberdade de Imprensa. Pareceu uma ressurreição do fantasma de John Foster Dulles, secretário de Estado norte-americano durante os primeiros anos da Guerra Fria, que uma vez sustentou: «Se me deixassem escolher um só princípio da nossa política externa e mais nenhum outro, eu ficaria com o do livre fluxo de informação».

Não se trata de uma selecção caprichosa nem de uma inclinação romântica para os princípios liberais. O moderno conceito de informação compreende as notícias, mas também inclui todo o tipo de transmissão de dados, seja por telex, telefone, rádio, televisão ou os modernos circuitos que interconectam os bancos de dados computadorizados.

Frequentemente, aponta-se a forma como um punhado de empresas transnacionais (*ITT* para as telecomunicações, *IBM* na área da computação, *RCA*, *General Electric* e várias firmas japonesas em rádios, gravadores e videocassetes, *CBS* em discos etc.) controlam todos os campos da moderna indústria das comunicações, desde a infra-estrutura material até à produção das mensagens transmitidas. Mas poucos perce-

bem, como observa o pesquisador filipino Gerald Susman, que a própria existência das empresas transnacionais «depende da sua capacidade de se comunicar instantaneamente, desde a sua sede central até às filiais mais longínquas».

O medo das transnacionais — e, por conseguinte, do governo norte-americano — parece ser que a partir do debate iniciado sobre o fluxo noticioso internacional se acabe por questionar todo o sistema.

OS EUA oferecem ajuda

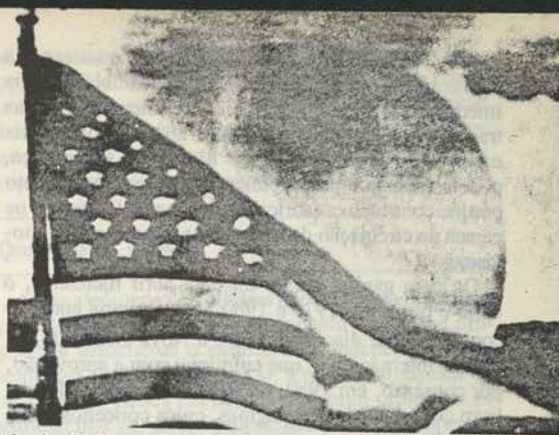
No entanto, o irrestrito liberalismo que instituições como o Comité para o Desenvolvimento Mundial da Liberdade de Imprensa defendem tão intensamente já não é defendido como alternativa séria pelos ideólogos mais lúcidos do mundo capitalista. Assim, um estudo da Comissão Trilateral, em meados da década passada, previa a inevitabilidade de algum tipo de intervenção estatal nos meios de comunicação:

«O aumento de poder dos meios de comunicação nesse país (os Estados Unidos) é semelhante ao ascenso do poder nacional das corporações industriais do final do século XIX. (...) Em ambos os casos, há obviamente importantes direitos a proteger, mas também estão em jogo interesses mais amplos do governo e da sociedade. Com o devido tempo (...) foi necessário tomar medidas para regular os novos centros do poder industrial e para definir as suas relações com o resto da sociedade. Algo parecido parece ser necessário agora com os meios de comunicação.»

Assim, em vez de se apresentar em pé de guerra na decisiva reunião da Assembleia Geral da UNESCO realizada em 1976, em Nairobi, (Quênia), o então secretário de Estado Henry Kissinger ofereceu o cachimbo da paz ao Terceiro Mundo: os Estados Unidos reconheceriam que o Terceiro Mundo tem legítimas reivindicações no âmbito da informação e aceitariam a validade de algumas propostas destinadas a levá-las à prática, como o recentemente criado *pool* para distribuir notícias produzidas pelas agências estatais dos Países Não-Alinhados. Em contrapartida, a UNESCO ratificaria o princípio do livre fluxo internacional de informações e arquivaria as propostas do campo socialista e do Movimento dos Países Não-Alinhados em relação ao conteúdo das comunicações internacionais.

Concretamente, reclamou Kissinger, deveria ser esquecida a moção que sugeria que os Estados teriam de responsabilizar-se de alguma forma pelas mensagens que saem das suas fronteiras, ao reivindicar a exclusão de toda a comunicação que incitasse à guerra ou ao racismo. Esse critério era inaceitável para os norte-americanos que viam nele «um atentado contra a Primeira Emenda» da Constituição dos Estados Unidos (como se esse texto tivesse vigência universal) e o início de um «movimento internacional de censura».

Em Nairobi, Kissinger estabeleceu as bases de uma política em relação à NOII que depois seria continuada pela administração Carter:



A primeira imagem de televisão via satélite: tecnologia ao serviço de quem?

«Estamos preparados para cooperar com os países em desenvolvimento no estabelecimento de centros (de formação jornalística) e na preparação de pessoal e, dentro do possível, adaptaremos às suas necessidades os nossos programas governamentais de satélites». Além disso, «os Estados Unidos apoiarão as suas universidades, centros de pesquisa e escolas de capacitação industrial para que estabeleçam institutos e cursos especiais para aperfeiçoamento tecnológico que sirvam os países em desenvolvimento e apoiarão instituições similares nesses países».

Cavalo de Tróia

Quando a esmola é grande, o pobre desconfia, diz a sabedoria popular. O que é que se escondia atrás dessa política de conciliação iniciada por aqueles que, até então, tinham sido os mais ferozes opositores da NOII? Na opinião de Herbert Schiller, «a acomodação iniciada em Nairobi só representa uma mudança de tática, que evitou a campanha imediata e prejudicial contra a essência do controlo norte-americano sobre a comunicação internacional e permitiu ganhar algum tempo para a formulação de políticas eficazes para enfrentar novos ataques».

O representante cubano na UNESCO, Enrique González Manet, sustentou, por sua vez, que a transferência tecnológica proposta seria «um cavalo de Tróia gerador de novas formas de alienação».

Nos corredores das Nações Unidas começou-se a falar de um «Plano Marshall das Comunicações», pelo qual os Estados Unidos destinariam grandes quantias em dinheiro ao desenvolvimento das infra-estruturas de comunicações do Terceiro Mundo e à formação dos seus jornalistas.

«Enquanto se discute sobre a desproporção do fluxo informativo ou a manipulação de conteúdos — denunciou González Manet — corporações transnacionais gigantes monopolizam, a nível mundial, a tecnologia de microcomputadores, transmissão por satélites e fibras ópticas, bancos de dados, fabrico de computadores e instrumental logístico.»

Advertindo que «a informação deslocará a energia para converter-se na matéria-prima essencial do futuro imediato», o especialista cubano sustentou que «as transnacionais podem-se permitir aprovar conceitualmente uma NOII que ainda não existe na prática, podem inclusive proporcionar equipamento obsoleto porque controlam a fabricação dos meios técnicos e os canais de circulação de mensagens impressas e audiovisuais».

Ou para ganhar tempo ou para abrir mercados, o certo é que entre 1978 e 1980 viveu-se uma etapa de conciliação na discussão sobre a Nova Ordem Informativa Internacional, que culminou com a aprovação, por consenso, em 1980, do Relatório Mac Bride, um livro com mais de 500 páginas, cujos conceitos sobre como deveriam ser as comunicações internacionais se resumem em doze pontos (ver caixa).

Não se trata de um programa radical, mas exactamente do resultado de uma árdua negociação na qual todos tiveram que perder alguma coisa. A discussão mais difícil, no entanto, não girou em torno dos princípios, mas da forma como seria administrado o PIDC — Programa Internacional para o Desenvolvimento das Comunicações — (proposto pelos Estados Unidos) que deveria levar esses postulados à prática.

Reagan faz marcha atrás

A derrota da proposta norte-americana de dar participação à iniciativa privada (entenda-se às transnacionais) na administração do PIDC coincidiu com a mudança de governo na Casa Branca. A reunião de Acapulco pôs fim às esperanças. Não haverá apoio norte-americano e o Terceiro Mundo terá que contar com as suas próprias forças e com as de uns poucos aliados para estabelecer uma estrutura de comunicações.

Conseguir um equilíbrio no fluxo informativo Norte-Sul não será uma tarefa fácil. Numa das regiões mais ricas do Terceiro Mundo, a Federação de Agências Árabes — com 18 membros — tem um total de 130 correspondentes no estrangeiro (a INA do Iraque e a APS da Argélia têm 27 cada uma) e transmite 200 mil palavras diárias. Enquanto isso, a AP tem 559 correspondentes e mais de dois mil colaboradores em 62 delegações internacionais, que elaboram um serviço diário de 17 milhões de palavras para 5720 clientes, com um orçamento anual de 90 milhões de dólares.

Apesar do entusiasmo com que proliferaram as fontes alternativas nos últimos anos, seria ingénuo afirmar que o oligopólio das agências transnacionais es-

As pressões sobre a UNESCO

Os movimentos latino-americanos empenhados na luta pela NOII estão preocupados com as crescentes pressões dos países industrializados sobre a UNESCO. Isso ficou evidenciado na primeira reunião do Grupo Observador da Conferência Intergovernamental sobre Políticas de Comunicação na América Latina, realizada no final do ano passado, em Quito, Equador. O relatório do encontro afirma que até agora a UNESCO manteve uma fidelidade total aos objectivos da NOII, mas que a organização está sujeita a uma verdadeira chantagem económica por parte dos países ricos.

O apoio da UNESCO à causa defendida pelos especialistas em comunicação da América Latina, Ásia e África provocou uma forte reacção dos países industrializados a partir de 1980. No período 1970-76, a organização teve um papel fundamental no estímulo dos esforços para mudar o sistema informativo mundial. De 76 até 79, houve uma relativa conciliação entre o Terceiro Mundo e o «Primeiro Mundo» no campo da comunicação social. Mas,

depois disto, as pressões voltaram a crescer de forma aguda, mas com táticas diferentes.

«Em vez da confrontação directa, — sustentam os peritos latino-americanos — os países ricos estão agora a usar também uma tentativa de cooptação através da qual eles pretendem neutralizar o movimento reformista usando a arma da transferência de tecnologia e dos programas de preparação profissional». Com esses recursos «progmatícos», eles tentam na UNESCO ocultar a verdadeira natureza da campanha em favor da NOII. Segundo os técnicos do Grupo Observador, essa nova estratégia visa dar mais importância ao que é acessório, prejudicando o fundamental, que é alterar a injustiça estrutural na distribuição dos meios de comunicação e informação.

Os peritos observam que «existe uma crescente preocupação na América Latina de que a UNESCO possa cair nesse estratagema e servir como agente desse mecanismo alternativo de dominação». A reunião expressou «a sua fé de que tal coisa não ocorrerá» pois isso equivaleria a «uma grave quebra da lealdade demonstrada até agora em relação aos anseios do Terceiro Mundo».

Porém o risco existe, já que a organização é vulnerável às pressões dos países ricos, que estariam inclusive a recorrer à «extorsão financeira», ao ameaçar suspender as suas contribuições financeiras. O objectivo seria impor na UNESCO «um tecnicismo conformista e despolitizado», no que se refere

teja ameaçado, pelo menos a curto prazo. No entanto, os Estados Unidos preferem fazer figura de antipáticos e negar mesmo uma ajuda simbólica ao fundo do PIDC, para serem coerentes com as posições de Reagan na igualmente frustrante reunião de Cancún. Nada de negociações globais, mas sim acordos bilaterais nos quais, obviamente, a superpotência impõe as suas condições.

Enquanto nos Estados Unidos grupos ultradireitistas como a chamada «Maioria Moral» (*Moral Majority*) censuram programas de televisão, eliminam livros «indecentes» das bibliotecas públicas e impõem em algumas escolas a Bíblia como «texto científico», os porta-vozes da grande imprensa norte-americana reúnem-se em Talloires (França), em Maio de 1981, para darem lições de liberalismo ao resto do mundo.

No ataque mais enérgico até agora realizado contra a NOII e a UNESCO, 60 delegações representativas de proprietários de jornais de várias potências ocidentais reafirmaram a sua fé no velho princípio da «livre circulação de informações e ideias», proclamaram que «não pode haver um código internacional de ética jornalística», e apoiaram «todos os esforços de organizações internacionais e outros organismos públicos e privados» destinados a «corrigir essa falta de equilí-

brio (no fluxo informativo) facilitando a nova tecnologia». Finalmente, defenderam a publicidade como «um serviço para o consumidor e uma fonte de apoio financeiro para uma imprensa forte e com recursos próprios», já que «sem independência financeira, a imprensa não pode ser independente».

Quem paga, manda

Se os ideólogos de Talloires não quiseram fazer uma piada de mau gosto, deve-se concluir que o que propõem é justamente o contrário da independência da imprensa do Terceiro Mundo. Com efeito, apesar da maioria dos países em desenvolvimento proibirem os estrangeiros de serem proprietários ou directores de meios de comunicação, na prática a publicidade actua como um mecanismo de controlo transnacional sobre a imprensa. No Brasil, dos dez maiores anunciantes só um é uma empresa nacional; em 22 jornais diários latino-americanos pesquisados por Rafael Roncagliolo e Noreene Janus em 1980, as empresas transnacionais ocupavam 31% de todo o espaço publicitário (e, em alguns casos, a proporção chegava a 50%). E a situação é ainda mais grave se considerarmos que os anunciantes nacionais ou são pequenos e dispersos



Até 1979 houve uma relativa conciliação no campo da comunicação. Porém, a partir de 1980, o mundo rico recorreu inclusive à extorsão financeira contra a UNESCO

à Nova Ordem Informativa Internacional.

Os especialistas afirmam, por isso, que «os latino-americanos levarão por diante essa luta, seja com a UNESCO ou sem ela».

É difícil avaliar a força da América Latina para impôr mudanças na ordem informativa, mas o certo é que o tema de informação e comunicações desperta um interesse crescente na região. Segundo a revista *Chasqui*, especializada no tema, existem na América Latina mais de 160 escolas e faculdades de

comunicação e meia centena de associações, instituições privadas e outros organismos de importância dedicados à comunicação social. Assim, mais de cem mil latino-americanos (sem incluir os jornalistas) dedicam a sua vida aos problemas da comunicação em várias disciplinas inter-relacionadas. Se esse contingente passasse a actuar activa e coordenadamente nos esforços para formar uma nova ordem informativa, o movimento adquiriria, sem dúvida nenhuma, um potencial enorme.

(anúncios classificados) e carecem portanto de mecanismos de pressão, ou canalizam os seus contratos publicitários por intermédio de agências transnacionais (J. Walter Thompson, Young & Rubicam, McCann Erickson e outras).

A maior parte dos nossos países, o preço que o consumidor paga por um jornal não chega a custear nem sequer o papel em que está impresso. Como sintetiza o pesquisador mexicano Adolfo Aguilar Zinser, do Centro de Estudos Económicos e Sociais do Terceiro Mundo, «do ponto de vista económico, os meios de comunicação são empresas provedoras de serviços. O serviço que elas vendem é o espaço ou tempo de transmissão para as mensagens publicitárias...» Lord Thompson, proprietário de jornais britânicos, confessou ironicamente, numa declaração muito citada, que as «notícias são as parvoíces com as quais se preenche o espaço entre os anúncios».

Destrói-se assim o velho mito de ser o leitor que, ao comprar ou não um jornal, decide sobre o seu futuro sucesso ou fracasso. São as agências transnacionais de publicidade que decidem qual o meio que vai prosperar ou não, ao canalizarem os seus contratos. E quem quer que tenha tentado alguma vez publicar um órgão alternativo de imprensa sabe como a publicidade é concedida ou negada por critérios claramente ideológicos, independentemente do público ou da circulação que a publicação possa oferecer como veículo publicitário.

Nos países industrializados ou de médio desenvolvimento, nos quais impera essa concepção de informação-mercadoria, as leis da economia impuseram uma crescente tendência à monopolização. Como apontou Sean Mac Bride, «na França, o grupo *Hersant* possui 14 jornais diários; o grupo anglo-odesiano *Lonrho* tem (dados de 1980) muitos diários na África; o australiano *Murdoch* não só monopoliza a imprensa no seu país como também é dono do *New York Post* e de mais três jornais na Inglaterra (no ano passado, comprou o *Times* londrino). Isso parece-me cada vez mais perigoso».

Em busca de um modelo

Na mesma linha de pensamento, o ilustre irlandês podia ter citado a *Televisa* mexicana que tem o monopólio da televisão privada no país, possui uma cadeia de televisão de língua espanhola nos Estados Unidos, uma cadeia de jornais, várias revistas, rádios e uma produtora cinematográfica; ou a *Rede Globo* brasileira, que com um esquema semelhante integra televisão, rádio e jornais.

A liberdade de imprensa converte-se assim num direito restrito a uns poucos indivíduos ou empresas. Para enfrentar essa situação, o Estado sueco subsidiava os jornais que de outro modo estariam condenados a desaparecer; no México, incorporou-se à Constituição o «direito à informação», como resposta ao direito de expressão, mas esse dispositivo ainda não tem aplica-

ção prática, já que há dois anos o parlamento estuda a sua regulamentação sem chegar a um acordo. No Zimbabwe, em 1981, foram desapropriados os jornais que estavam nas mãos de estrangeiros (sul-africanos racistas ou empresas do grupo *Lonrho*) e com isso lançaram-se as bases para a criação de uma imprensa que, pela primeira vez, dá voz às maiorias negras do país, embora se tenha, sem dúvida, limitado a «liberdade de expressão» de quem preferia manter o odioso *apartheid*. Não há país no mundo que não contenha na sua Constituição alguma limitação à liberdade de imprensa, em função dos interesses comuns da sociedade e da defesa do Estado. Porque razão, então, escandalizar-se quando a Lei dos Meios de Comunicação ditada na Nicarágua um mês depois da vitória revolucionária proíbe expressamente «a transmissão de todo o anúncio, cartaz, foto etc, que estimule os vícios, utilize a mulher como objecto sexual, anuncie bebidas alcoólicas ou cigarros, seja a apologia da transgressão às leis ou estimule a tendência ao ócio?»

Essa mesma lei, tão atacada pela Sociedade Interamericana de Imprensa, consagra o «direito do povo de informar, opinar e ser plenamente informado» e por considerar que «a liberdade de informação é um dos princípios fundamentais da autêntica democracia» prevê mecanismos para que «não exista a possibilidade objectiva de submetê-la directa ou indirectamente ao poder económico de nenhum grupo social».

Na América Latina, um dos esforços mais ambiciosos para democratizar a informação (um dos postulados da Nova Ordem Informativa) deu-se no Peru, quando o governo do general Velasco Alvarado desapropriou os diários de circulação nacional para pô-los nas mãos das forças sociais organizadas (ver matéria neste número).

A experiência começou com um vigor inusitado, libertando enormes capacidades criativas dos jornalistas peruanos e negando, na prática, com acirradas polémicas entre os jornais, a acusação de que se criaria uma imprensa monocórdica e oficiosa. Terminou da mesma maneira que as restantes reformas iniciadas por Velasco com a tergiversação dos seus conteúdos imposta pelo governo de Morales Bermúdez e a definitiva liquidação por parte de Belaúnde Terry.

Em matéria de política de comunicação não há «modelos perfeitos» a serem imitados. O importante, na opinião da UNESCO, é que cada país defina a sua própria política, de acordo com os seus programas de desenvolvimento, as suas tradições culturais e as suas aspirações. Na reunião regional sobre comunicação realizada na Costa Rica em 1976, os países latino-americanos e das Caraíbas comprometeram-se a traçar as suas políticas sobre o assunto, e a UNESCO a apoiá-los.

Lamentavelmente, como assinalou o ex-ministro venezuelano da Informação, Guido Groscoors, em Novembro passado, «em 1967 as nações latino-americanas comprometeram-se, durante uma reunião realizada em San José da Costa Rica, a implementar

políticas nacionais de comunicação que oferecessem o desenvolvimento de sistemas complementares de informação mediante a criação de conselhos nacionais de comunicação. Decorrido mais de um decénio desde então, pode-se constatar com decepção que, excepto Cuba, nenhum outro país levou os acordos à prática».

Não traçar uma política de informação significa simplesmente deixar que tudo continue nas mãos das «forças livres do mercado» que levaram à situação actual.

Num país do Terceiro Mundo, isso significa, além disso, entregar a forças estrangeiras um aspecto chave da vida cultural e política do país.

Pouca credibilidade

O debate sobre os meios de comunicação só agora desce das cúpulas dos especialistas para as grandes massas, mas a sua irrupção é notória. Cada vez mais, organizações políticas e sindicais de todo o mundo incluem algum pronunciamento sobre o assunto nas suas plataformas. Os conteúdos ocultos na imprensa, no cinema e na televisão são analisados e criticados por movimentos de massas. As mulheres protestam contra a sua conversão em objectos sexuais com fins comerciais; minorias étnicas reclamam contra os estereótipos que reproduzem preconceitos contra eles; associações de consumidores denunciam a publicidade enganadora e mentirosa. Os partidos exigem acesso aos meios de comunicação electrónicos.

Nos Estados Unidos, a credibilidade da imprensa entrou em crise em 1981 a partir de três factos independentes: Walter Cronkite, o célebre apresentador (*anchorman*) dos *flash* informativos televisivos retirou-se e declarou estar «perplexo» pelas sondagens que demonstravam que ele era a principal fonte de informação da maioria dos norte-americanos, já que os seus programas eram «fundamentalmente de diversão»; pouco depois, a jornalista vencedora do prémio Pulitzer para reportagens confessou que tinha inventado o trabalho premiado, enquanto um professor de comunicações divertiu-se enviando à imprensa uma informação «científica» sobre as propriedades curativas que têm as batatas quando comidas. A informação foi publicada em mais de 100 jornais, sem que nenhum se desse ao trabalho de verificar a origem ou verosimilhança de tal disparate.

A ideologia liberal sustenta que uma informação ampla e pluralista é a base do funcionamento democrático de uma sociedade. No entanto, estudos recentes demonstram que a tomada de decisões no sistema transnacional baseia-se cada vez menos na imprensa. Quase não há um governo moderno que não conte com os seus serviços de informações e as grandes corporações começam agora a criar os seus. «Eu não preciso ler o jornal ou ver a televisão para saber o que acontece», confessou um alto executivo do *Citybank* de Nova Iorque a um pesquisador que procurava dados sobre o fluxo quotidiano de notícias e dados, nos



Os meios de comunicação já influenciam o comportamento e as manifestações culturais

centros de decisão da Wall Street. «Temos os nossos próprios sistemas de informação, tanto daqui como do resto do mundo».

Paralelamente, os bancos interessam-se cada vez mais em ter o controlo accionista das corporações dedicadas à comunicação de massa. Pode-se alegar que o fazem como rendoso investimento, dado o crescente peso do sector nas economias da «era pós-industrial». Mas não é necessário ser muito perspicaz para compreender que com isso os bancos transnacionais adquirem um enorme poder para moldar a opinião pública em consonância com os seus interesses.

O público europeu e norte-americano reage com crescente desconfiança em relação à «grande imprensa», o que se traduz num surpreendente auge dos meios de comunicação chamados «alternativos», que em geral são pequenos jornais ou revistas, estações de rádio ou inclusive televisões de curto alcance dedicadas a temas comunais e de interesse para um determinado sector social, minoria étnica ou grupo cultural.

Muitos deles são sinceros esforços que costumam converter a preocupação circunstancial inicial num interesse e dedicação políticos permanentes e globais. Para Alvin Toffler, autor de «A terceira onda», isso estaria a conduzir a um processo de «desmassificação da informação», que ele saúda com entusiasmo. Na opinião de Fernando Reys Matta, em compensação, os pequenos diários ou as estações locais de televisão de baixa potência seriam apenas o resultado da abertura de mercados para novas tecnologias das grandes corporações, ao mesmo tempo que conduzem à «redução do horizonte, à promoção de uma relação com o imediato, o local, enquanto a visão dos grandes problemas e processos ficam em poucas mãos», em coincidência com «o sonho das transnacionais de um mundo sem fronteiras».

Criatividade

Tais alternativas são impensáveis na maioria dos países do Terceiro Mundo, que têm um exemplar de

jornal para cada 30 habitantes (dez vezes menos do que no mundo industrializado) e onde às vezes se carece inclusive de estações de rádio, para não falar do sofisticado luxo dos aparelhos de televisão.

«O papel, a tinta e os equipamentos devem ser importados — assinala Mário Arrieta — e os seus custos não podem ser pagos por publicações nacionais privadas. Pelo facto de não existir um desenvolvimento industrial e um mercado que estimulem a publicidade comercial, o Estado deve-se encarregar dos sistemas de comunicação (imprensa, rádio, TV), destinando para esse fim parcelas que são igualmente

importantes para a saúde, para a educação, habitação ou para os transportes.

«O Estado deve criar as suas agências nacionais de notícias, pagar os serviços das agências internacionais e a tecnologia, custear a formação de pessoal técnico, criar, em suma, desde o começo e sem recursos, uma estrutura de comunicações moderna que, nos países hegemónicos, foi desenvolvida paulatinamente no decorrer dos séculos em condições extremamente propícias, entre as quais figuram, exactamente, a expansão e a exploração coloniais das quais o Terceiro Mundo foi e continua a ser vítima.»

O «POOL»

NA gíria jornalística usa-se a palavra inglesa *pool* (no conceito de acordo ou coordenação) para designar os convénios mais ou menos formais de assistência mútua entre jornalistas e meios de comunicação. Entre os jornalistas *free lance*, correspondentes independentes ou repórteres de agências menores que assistem a uma grande conferência de imprensa (por exemplo, as reuniões cimeiras do Movimento de Países Não-Alinhados) é comum a constituição de *pools* informais, intercambiando as informações obtidas por cada um, para permitir uma cobertura que concorra com a das grandes agências, que participam nesses eventos munidas de vasta equipa de correspondentes, repórteres, analistas e fotógrafos.

Assim, quando começaram a formar-se dezenas de agências nacionais em cada país do Terceiro Mundo, era lógico que surgisse a ideia de complementar os esforços. A iniciativa foi proposta pela agência jugoslava *Tanjug*, que possui uma ampla rede de correspondentes em todo o mundo e, em Janeiro de 1975, começou a ser transmitido, de Belgrado, um serviço diário do *pool* de agências de notícias dos países não-alinhados.

O funcionamento do *pool* é muito simples. Cada agência nacional filiada faz uma selecção diária das suas principais notícias e remete-as para um dos subcentros. Aí são traduzidas e remetidas para Belgrado, onde se realiza uma selecção definitiva do material que será incluído no boletim diário, retransmitido posteriormente por todas as agências telegráficas, juntamente com o seu próprio serviço. A agência IPS também distribui na sua rede material do *pool*, assim como serviços regulares de várias agências nacionais do Terceiro Mundo, com as quais mantém acordos bilaterais.

Devido à sua maior experiência, pela amplitude das suas redes e distribuição geográfica, as agências que funcionam como centros regionais do *pool* são a *Tanjug* (Jugoslávia), *TAP* (Tunísia) *MAP* (Marrocos), *INA* (Iraque), *Prensa Latina* (Cuba), *VNA* (Vietname) — e *Antara* (Indonésia).

A autoridade máxima do *pool* é a Conferência de Directores das agências-membros (que são mais de 60) e o seu organismo executivo permanente é o Comité Coordenador, integrado por representantes de 14 agências. Periodicamente, o *pool* organiza cursos de especialização de jornalistas das agências-membros, visando melhorar a qualidade profissional do material transmitido. O êxito da experiência fez com que se planeasse mecanismos similares para a rádio e a televisão, os quais se encontram actualmente em fase de formação.

A Conferência dos Não-Alinhados de Argel decidiu criar o *pool* de agências de notícias. Este é o Centro de Conferências onde se realizou esse histórico evento do Terceiro Mundo



Dai deriva a legitimidade da reivindicação de ajuda ao desenvolvimento dessas estruturas de comunicação por parte dos países não industrializados. Mas é também por isso que essa ajuda foi negada em Acapulco. Aos olhos de Reagan, é tão absurdo que o Benin peça aos países ocidentais 15 milhões de dólares para desenvolver um sistema de rádio e televisão como seria se os guerrilheiros da Frente Farabundo Martí fossem pedir armas ao Pentágono.

Torna-se imprescindível, então, otimizar o emprego dos poucos recursos disponíveis e nisso não só é necessário que o Estado tenha um papel orientador como também é necessário extremar a criatividade.

As tecnologias modernas são repensadas para serem empregadas em situações inéditas, como no Afeganistão, onde com o apoio da FAO são utilizados gravadores de cassettes para levar programas educativos às aldeias camponesas mais isoladas, rdeadas de montanhas que fazem com que as ondas da rádio não as alcancem; ou no Vietname, onde uma moderníssima antena móvel de transmissão de rádio foi montada durante a guerra sobre elefantes... um dos quais ainda vive e foi formalmente condecorado.

Em Moçambique, ao mesmo tempo que se realizam esforços para profissionalizar os serviços dos órgãos tradicionais da Imprensa, volta-se a valorizar o jornal mural como instrumento mobilizador em lugares de reunião e trabalho, enquanto na República Dominicana uma emissora dedicada a assuntos femininos despertou a indignação — e conseqüente mobilização — de milhares de mulheres que criaram uma clandestina «Rádio Macho», em oposição à sua rival, que transmite mensagens deste tipo: «Dominicaninhas, não escutem essas locutoras que põem ideias nas vossas cabeças, lembrem-se da sabedoria das avós. As mulheres só falam quando as galinhas mijam...»

Mudar as estruturas

A função social de comunicar não é exercida sem riscos quando as mensagens não são do agrado do poder estabelecido, como demonstram uma dúzia de jornalistas presos e torturados no Uruguai, 89 «desaparecidos» na Argentina, 26 assassinados na Guatemala, mais de 100 atentados contra os meios de comunicação em El Salvador, ou o exemplo heróico de Víctor Jara que continuou a cantar o hino da Unidade Popular depois de lhe terem cortado as mãos no Estádio Nacional de Santiago do Chile e só se calou ao morrer fuzilado.

A mal chamada «imprensa alternativa» no Terceiro Mundo é, assim, quase sempre uma «alternativa de poder», quer dizer, parte de um projecto político que procura transformar a sociedade e não apenas «complementar» a informação dominante. Que melhor exemplo de jornalismo alternativo que o que actualmente realizam os repórteres da rádio «Venceremos» em El Salvador, transmitindo a partir do lugar dos combates com uma espigarda na mão e o gravador na outra?



Os meios de comunicação chamados alternativos são em geral pequenos jornais, revistas ou estações de rádio dedicadas a divulgar temas do interesse de pequenos grupos sociais ou de minorias étnicas e culturais

O doutor Peter Schenkel, da Fundação Friedrich Ebert — instituição social-democrata alemã — constata que «muitos dos temas do Relatório Mac Bride, por exemplo, os relacionados com os códigos de ética, os conselhos de imprensa e outras modalidades, como a autogestão dos jornalistas, para conseguir a autêntica participação democrática dos meios (...) parecem inaplicáveis em muitas partes do mundo, enquanto não mudarem as estruturas vigentes e as relações de poder».

Em algumas oportunidades, o debate sobre a relação entre a imprensa e o processo de mudanças fechou-se num círculo vicioso. O lema da Federação Latino-Americana de Jornalistas, que congrega os sindicatos de imprensa do continente, é «por um jornalismo livre numa pátria livre». Para alguns, isso significa que não poderá existir uma imprensa livre até que se produza uma transformação revolucionária. No outro extremo, há quem sustente que toda a transformação é impossível enquanto persistir o controlo ideológico dos meios monopolizados pelos oligopólios locais e os seus aliados transnacionais.

Quem surgiu primeiro, o ovo ou a galinha? A prática demonstra que até nas condições da mais terrível opressão, nunca deixou de aparecer uma folha escrita ou uma parede pintada com risco da própria vida. A sofisticação da sala de teletipos computadorizados do *pool* do Terceiro Mundo e o humilde jornal mural de uma aldeia na selva moçambicana estão estreitamente ligados pela meta comum de expulsar a raposa do galinheiro. □

ALASEI: a agência latino-americana

A ideia da criação de uma agência regional de informações na América Latina tem mais de meio século. Ela foi mencionada pela primeira vez durante a reunião inaugural da União Panamericana de Jornalistas em Washington, em 1925. Desta data em diante surgiram várias tentativas que por motivos diversos acabaram por não alcançar os seus objectivos. Entre elas está o caso da *Prensa Latina*, criada em Cuba, em 1959, por um jornalista argentino com o objectivo de se transformar numa agência regional. O bloqueio político e económico contra o governo de Fidel Castro tornou, no entanto, impraticável esse fim. *Prensa Latina* acabou por se transformar numa agência cubana, sendo uma das agências do Terceiro Mundo que maiores redes de correspondentes e assinantes possui.

Mais tarde, na década de 70, treze jornalistas latino-americanos de tendência conservadora e liberal resolveram criar a *Latin*, imitando de alguma forma o exemplo da *Associated Press* norte-americana. Mas divergências internas e problemas operacionais acabaram por levar a *Latin* a associar-se com a agência inglesa *Reuters*, da qual é hoje quase uma sucursal latino-americana. O noticiário da *Latin* não tem características regionais porque segue os padrões editoriais britânicos.

A *Inter Press Service* tem no seu corpo de redactores um grande número de jornalistas latino-americanos. Mas ela não é rigorosamente uma agência regional, embora hoje esteja a assessorar várias iniciativas de profissionais e governos do continente para criar um sistema noticioso alternativo.

Tentativas mais recentes são as da *Agência Sul-Americana de Imprensa* (ASP) ligada à Federação de Jornalistas Latino-Americanos (FELAP), com sede legal no Panamá e a redacção em Quito, Equador. A ASP está estruturada com base nas Federações, Associações e Sindicatos de jornalistas do continente. Mas ainda não conseguiu uma penetração ampla na maior parte dos meios de informação da América Latina.

Em Miami, foi criada, no final da década de 70, a *Agência Latino-Americana* (ALA), reunindo na sua direcção vários jornalistas anti-castristas. A ALA distribui *exclusivos* e artigos publicados pela revista

Opiniones Latinoamericanas, editada pela mesma empresa.

Mais recentemente, nove grandes jornais latino-americanos (*La Nación*, de Buenos Aires; *El Universal*, do México; *El Mercurio* e *La Tercera*, de Santiago do Chile; *La Prensa*, de Lima; *El Comercio*, de Quito; *El Colombiano*, de Medellín; *ABC Color*, de Assunção e *El Día*, de Montevidéu) decidiram organizar um intercâmbio de artigos jornalísticos.

São iniciativas das mais variadas marcas ideológicas, mas que reflectem um descontentamento comum com as fontes noticiosas actuais. A mais ambiciosa entre elas talvez seja a que proxima-mente dará origem à ALASEI (*Agência Latino-Americana de Serviços Especiais de Informação*). O Comité de Acção da ALASEI foi constituído em Maio do ano passado, durante uma reunião com delegados de sete governos latino-americanos (México, Venezuela, Costa Rica, Cuba, Panamá, Equador e Nicarágua). A agência regional propõe-se elaborar reportagens do tipo *exclusivo*, dando ênfase especial à integração do noticiário e dos processos políticos, visando aumentar a cooperação entre indivíduos, nações e grupos sociais. Será dada também preferência ao conteúdo social, com valorização dos grupos humanos em vez da personificação.

A direcção da ALASEI conta com representantes das organizações regionais de jornalistas, donos de meios de comunicação, cientistas e investigadores da informação, e com representantes dos governos membros do SELA (Sistema Económico Latino-americano). A organização começa a estruturar-se com o apoio financeiro do Programa Internacional para o Desenvolvimento da Comunicação (PIDC), patrocinado pela UNESCO.

Ao fornecer 70 mil dólares para a ALASEI, a UNESCO deu um aval político à agência regional de informações, que não pretende substituir as agências noticiosas tradicionais de propriedade privada, estatal ou mista. A agência provavelmente terá a sua sede em Caracas, onde também está localizada a direcção do SELA. O início das operações ainda não tem data marcada, mas pensa-se que até ao próximo ano a ALASEI estará a distribuir o seu material a jornais, revistas e emissoras de rádio da América Latina. □

IPS: a objectividade alternativa

ИЗВЕСТИЯ PETROLEU
ECONOMI
Editions on 31
STREET JOURN
194

que é objectividade na informação? Para os que se propõem informar segundo uma óptica do Terceiro Mundo, a resposta é crucial porque consideram necessário rever os falsos conceitos de objectividade estabelecidos já há muito tempo pelo sistema informativo transnacional, mas são escassas as experiências alternativas que possam servir como modelo.

A busca de um conceito de objectividade terceiro-mundista mobilizou durante quase 18 anos os editores e correspondentes da agência de notícias *Inter Press*, uma cooperativa de jornalistas criada em 1964, para tentar romper o monopólio de agências noticiosas como a *United Press International*, *Associated Press*, *France Press* e *Reuters*. Hoje os correspondentes e colaboradores da *Inter Press* espalhados por 70 países estão a começar a pôr em prática novas ideias sobre como deve ser a informação.

A IPS acha que a objectividade na selecção dos factos não existe. Essa selecção é feita sempre segundo critérios subjectivos ligados aos interesses de quem controla o meio. *UPI*, *AP*, *France Press* e *Reuters* informam segundo a óptica dos países do hemisfério norte. A *Inter Press* coloca-se numa óptica do hemisfério sul. A diferença é que a *Inter Press* assume o seu posicionamento, enquanto as quatro grandes omitem as suas vinculações, para se apresentarem como universais e acima dos interesses geográficos.

No que a IPS não pretende ser diferente é no tratamento do facto escolhido. Na apresentação do material informativo, a agência tomou como norma que o alternativo não é a linguagem, a fraseologia ou a adjectivação, mas sim aquilo sobre o que se informa. Os redactores da empresa acham que agindo assim o seu trabalho torna-se muito mais difícil porque essa

noção de objectividade implica o rompimento de uma série de conceitos profissionais estabelecidos já há algum tempo entre boa parte dos jornalistas do Terceiro Mundo, que actuam na imprensa alternativa.

Entre esses conceitos, a IPS identificou após longas discussões a questão da militância política e do partidarismo. Muitos correspondentes da agência achavam que esta, por ser alternativa, era uma espécie de tribuna ou estava automaticamente alinhada com algum partido. Os editores da agência assinalam alguns problemas surgidos no passado com a tendência de muitos correspondentes para tomarem posição perante os factos descritos. Assim, foram frequentes as referências à «heróica luta do povo nicaraguense», quando, segundo a agência, o adjectivo acrescenta pouca coisa se não forem dadas informações complementares sobre o tipo de luta. A mesma observação foi feita em relação ao uso da expressão *reaccionário*, considerada opinativa e identificada com uma fraseologia político-partidária.

Ao analisar o serviço dos seus colaboradores, a IPS verificou que muitos deles demonstravam uma tendência para qualificar os factos em vez de descrevê-los. A diferença entre estes dois pontos é subtil na teoria, mas bastante clara na prática. O que aconte-





Não são os adjectivos que definem a essência da informação mas sim a escolha dos protagonistas

ceu em várias ocasiões é que nos 60 países que compram os serviços da agência, alguns itens do noticiário eram encarados como propaganda, facto que colocava os editores numa posição de desconfiança em relação a informações verdadeiras e sumamente importantes. Assim, a forma acabava por prejudicar o conteúdo de uma notícia oriunda do Terceiro Mundo.

A IPS acha que não basta uma troca de informações no sentido Sul-Sul, mas é necessário levar o seu material até aos grandes jornais e meios de comunicação do hemisfério norte. Na Europa e nos Estados Unidos, a imprensa é claramente influenciada pelos padrões informativos das quatro grandes agências. Além da sua formidável capacidade de penetração e do seu poderio económico, elas conseguiram desenvolver um estilo próprio, que passou a ser considerado «ob-

jectivo». Na verdade, o estilo procura evitar a aparência de propaganda, para que o critério subjectivo de selecção seja aceite sem dúvidas. Por isso, o material de uma UPI, AP ou Reuters circula não só através da imprensa conservadora, mas também através dos jornais de esquerda. A preocupação em tentar evitar que o seu material pareça propaganda foi sem sombra de dúvida um dos maiores êxitos das agências transnacionais.

A IPS distribui os seus serviços em cinco línguas (espanhol, português, inglês, alemão e árabe), oferecendo aos seus assinantes, além do material informativo normal, reportagens especiais sobre economia, cultura, agricultura, petróleo, meio-ambiente e noticiário sobre assuntos religiosos. A agência, proprietária da sexta rede mundial de teletipos, não tem fim

lucrativos. Ela distribui ainda os serviços de várias agências informativas estatais do Terceiro Mundo, assiste a UNESCO na questão da Nova Ordem Informativa e serve de secretaria para a ASIN (Acção de Sistemas Informativos Nacionais). (Ver caixa).

Um dos exemplos mais demonstrativos dos diferentes critérios de selecção de factos e agentes do noticiário pode ser dado quando se informa sobre aumentos dos preços de matérias-primas, como o petróleo. As agências UPI, AP, France Press e Reuters procuram sempre relacionar esses aumentos com a elevação do custo de vida, inflação, desemprego e desequilíbrios orçamentais nos países industrializados do Norte. Essa atitude é motivada basicamente pela implantação económica dessas agências num universo bem determinado e perante um público bem definido.

Já uma agência alternativa do Terceiro Mundo tem que se preocupar prioritariamente com a necessidade dos países produtores em manter o seu poder aquisitivo num mundo económico onde os preços dos produtos manufacturados do Norte estão em alta constante, provocando um fluxo desfavorável de divisas dos menos para os mais ricos.

Inverter a tendência em julgar os factos a partir da óptica difundida pelas quatro grandes agências transnacionais é um trabalho que os responsáveis da IPS consideram difícil e longo, porém extremamente necessário e efectivo. Trata-se de desfazer preconceitos, esforço no qual muitos erros já foram cometidos pelos profissionais empenhados numa Nova Ordem Informativa Internacional (NOII), como reconhecem muitos responsáveis da IPS.

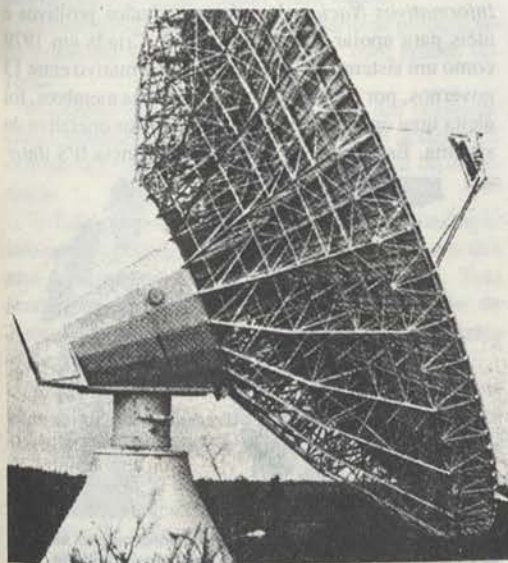
No que se refere ao conteúdo do seu noticiário, a *Inter Press Service* decidiu aumentar o volume das informações económicas, por ser este um sector onde a



discriminação ideológica é menos visível. Alguns jornais recusam o noticiário político da IPS sob a alegação de que ele é propagandístico. A agência reconhece que, em alguns casos, esse adjetivo teve a sua razão de ser, mas na maioria dos casos serviu para disfarçar uma recusa sumária em veicular informações do Terceiro Mundo. No terreno da economia, os responsáveis pelas grandes empresas estatais ou privadas têm hoje uma grande necessidade de informações sobre o Terceiro Mundo, e frequentemente recorrem à IPS como fonte informativa sem preconceitos ideológicos.

Fenómeno semelhante ocorre no noticiário cultural. Informações sobre o *show-business* europeu e norte-americano são largamente difundidas pelas quatro grandes agências. O noticiário cultural vindo do Sul é praticamente nulo. Para as «quatro grandes», cultura é artigo de consumo, enquanto que para uma agência alternativa significa material para reflexão. Recentemente, no entanto, o público do Norte começou a mostrar um certo cansaço em relação ao esmagador volume de consumismo cultural, passando a dar atenção ao material cultural do Terceiro Mundo. Ainda há uma forte marca de exotismo na apreciação desse tipo de procura de informação, mas está aberta uma brecha, conforme registaram os responsáveis da IPS.

Mas, também nesse sector, o «jornalismo alternativo» começa a descobrir uma nova maneira de informar. Não são os adjetivos que definem a essência da informação alternativa, mas a escolha dos elementos actantes, a selecção das relações, consequências e causas. Em resumo, é necessário aprimorar uma outra forma de ver e transmitir a realidade mundial, em vez de tentar impor a alternativa apenas por qualificativos. □



Para a IPS, o alternativo é aquilo sobre que se informa

ASIN: quando o Estado informa

José M. Pasquini

ИЗВЕСТИЯ PETROLEUM
ECONOMIS
Editorial on 151
STREET JOURNAL

PRIMEIRO argumento: pela inevitável busca da máxima rentabilidade, a empresa privada é incapaz de informar com responsabilidade social sobre a realidade do novo mundo.

Segundo argumento (e oposto): quando o Estado se encarrega de informar, e o faz em proveito do governo e, pior, inibe ou anula a liberdade de expressão e a iniciativa individual, não importa que o regime seja capitalista ou socialista.

Ambos os argumentos costumam apresentar-se como irredutivelmente opostos e dogmas de fé, de tal forma que o mito substitui a realidade.

Aceite o mito, a probabilidade de um processo de modificações sucessivas não existe. Os «privatistas» batalham por deixar as coisas como estão, enquanto que os «estatistas» rigorosos consolam-se pensando que um dia a socialização completa resolverá as insuficiências do regime vigente.

Baseados na própria experiência e, por sorte, na de muitos outros, não cremos que o já estabelecido, que é imperfeito, ou a marginalidade esperçada sejam as únicas posições para actuar agora.

É compreensível que nos países industrializados do Ocidente, confiando na sua própria história, muitos não entendam os motivos pelos quais o Estado possa ter que intervir nos assuntos da informação. Os seus próprios mercados privados, não governamentais, são um bom apoio para qualquer empresa noticiosa; basta analisar o rendimento da maior agência do mundo, a *Associated Press*, para comprovar que o mercado norte-americano contribui com mais de 90% dos seus rendimentos (mais de cem milhões de dólares por ano).

Mas, na realidade do Terceiro Mundo, esses mercados poderosos não existem, as empresas são pequenas e não estão dispostas a gastar um só centavo que

não tenha margem de lucro, de modo que só trabalham com o mínimo de recursos e exclusivamente nas praças publicitárias mais rentáveis, isto é, nos maiores centros urbanos. Na lógica comercial, isto é absolutamente justificado, mas não pode ser considerado como um modelo social de democracia, muito menos numa região onde mais de metade da população vive em áreas rurais.

Para que todos recebam, pelo menos, a informação, tanto na cidade como no campo, é preciso obter recursos de carácter social e não meramente comerciais. Apenas o Estado está em condições de dar essas contribuições o que, não significa que, por isso, deva necessariamente ser abolida a liberdade de expressão ou a liberdade individual.

Não é uma questão de ética mas sim, sobretudo, um assunto político: trata-se de saber se é viável criar e ampliar as possibilidades democráticas de uma sociedade, dando igualdade de oportunidades reais, ou se a comunicação tem de continuar como património de minorias.

Por outro lado, a questão é saber se podem ser criados mecanismos democráticos de informação em sociedades que, em geral, ainda se caracterizam pela desigualdade social e pela injusta distribuição de riquezas e onde há milhões que passam fome. A resposta, a nosso ver, é afirmativa se se considerar o desenvolvimento como um processo e não como um golpe de cirurgia, rápido e definitivo.

Intercâmbio informativo

A experiência da ASIN (*Acción de Sistemas Informativos Nacionales*) deu resultados positivos e úteis para apoiar essas afirmações. Criada em 1979 como um sistema de intercâmbio informativo entre 13 governos, por decisão unânime dos seus membros, foi eleita uma empresa privada como gestor operativo do sistema. Este trabalho é feito pela agência IPS (*Inter*



Criar mecanismos democráticos de informação em sociedade ainda caracterizadas pela desigualdade social

Press Service), uma cooperativa sem fins lucrativos.

E essa combinação de esforços estatais e privados está dirigida para a criação de uma fonte alternativa (não substitutiva) de informação sobre os processos nacionais e, ao mesmo tempo, um mecanismo de integração que incentiva a cooperação bi e multilateral, tanto dentro do mesmo sistema como fora dele.

O resultado é que quase três anos após a sua fundação, a ASIN já contabiliza:

1) Um boletim diário de 12/14 mil palavras em espanhol e inglês, com notícias elaboradas pelas agências nacionais dos países membros. A isto se agregam as notícias de organismos como o Pacto Andino ou a CARICOM (*Caribbean Community*) que circulam pela rede da ASIN.

2) Efectua uma análise mensal de conteúdo (experiência única no mundo pela continuidade e pela vontade autodidata) pela qual se pode comprovar que os governos, apesar de algumas vacilações e preconceitos, se ocupam especialmente de temas económicos e de cooperação inter-regional ou internacional. Ambas as rubricas perfazem quase 50% do conteúdo temático do boletim diário.

3) Tem impulsionado a formação de agências nacionais em vários países e integrou, até agora parcialmente, as Caraíbas de língua inglesa à América Latina de língua espanhola.

4) Serviu para manter canais informativos abertos, inclusive quando dois ou mais países do sistema enfrentaram problemas bilaterais entre eles, mesmo de certa gravidade. Nesse sentido é uma contribuição concreta aos esforços de paz e boa vontade, de autodeterminação e respeito mútuo entre nações.

5) Realizou o seu primeiro seminário de preparação de jornalistas de agências nacionais, com grande sucesso.

6) Liga os Estados membros à vida das organizações e entidades de diversos tipos que se ocupam da comunicação através de um boletim mensal de informação.

7) Está a procurar novas formas de integração informativa na região e a ampliação do número dos seus associados e da cooperação internacional. Tem acordos de intercâmbio com a Federação Árabe de Agências de Notícias, com o pool dos Não-Alinhados e com outros organismos de igual carácter.

Não há dúvida que apenas o exposto, uma pequena amostra das realizações e objectivos da ASIN, ratificam o já dito. É possível pôr em marcha processos de desenvolvimento, sem necessidade de aceitar o *status quo* ou esperar a hora da utopia realizável. A resignação nunca foi instrumento de mudança. A imperfeição é uma maneira de caminhar. □

Prémio
CARAVELA
PORTUGUESA
1980



COMETNA

EM ÁFRICA



Equipamentos para:

- caminhos de ferro
- cimenteiras
- cerâmicas (barro vermelho)
- siderurgias
- centrais hidráulicas e térmicas
- construção civil
- saneamento básico (carros e contentores)

Válvulas industriais

Estudos e Tecnologia

METALOMECÂNICA
E METALURGIA



COMETNA
Companhia Metalúrgica Nacional, S.A.R.L.

Sede: R. Academia das Ciências, 5 • 1200 Lisboa
• Te.: 320011 • Telex 12819 COMEN P

Delegação na R.P. de Moçambique:
Av. Samora Machel, 39 – Flat 603-6.º C.P. 1402
telefone 29461 Maputo

Um vulcão em erupção

Os Estados Unidos não ocultam a sua intenção de manter a hegemonia na região enquanto os povos e as suas vanguardas políticas se preparam para a guerra

Arqueles Morales

APÓS a realização das controversas «eleições constituintes» de El Salvador, enquanto se travam batalhas cada vez mais duras entre as forças da Junta Militar e os guerrilheiros da FMLN e apesar dos redobrados esforços de diversos governos do mundo, a região centro-americana parece preparar-se cada vez mais para a eventualidade de uma guerra.

Todos os indícios (que são de carácter e origem diferentes) levam a pensar que essa pequena área do mundo, considerada tradicionalmente pelos Estados Unidos como o seu «quintal» (ver «cadernos do terceiro mundo» n.º 38, Novembro 81, «A estratégia de Reagan», pág. 21 e pág. 84), pode transformar-se num novo Vietname.

A administração norte-americana de Ronald Reagan dá a impressão de estar disposta a levar até às últimas consequências essa concepção de «quintal», uma maneira de vulgarizar a ideia de «área de interesse estratégico» ou «zona de segurança dos nossos interesses», através de uma política que reedita, de forma clara e num tempo e espaço completamente diferentes, a «diplomacia das canhoneiras» que caracterizou a atitude dos Estados Unidos perante os seus vizinhos menores e mais fracos durante várias décadas.



Os estrategos de Washington pensam que a solução do conflito salvadorenho passa apenas pela intensificação da luta anti-guerrilha

Os sorrisos de Washington

Sempre que se insistiu com o presidente Reagan ou com o secretário de Estado Alexander Haig para que definissem claramente uma política não intervencionista na América Central, a resposta foi sempre a mesma: um sardónico sorriso e o

típico «sem comentários», enquanto os porta-vozes de Washington se apressam em acrescentar que «não há exclusão de opções».

Desde o começo de Março que a eventualidade da guerra foi adquirindo um perfil realmente perigoso, como fica claro a partir de denúncias com origem na própria imprensa

norte-americana.

O *Washington Post*, por exemplo, afirmou no dia 2 de Março que a administração Reagan aprovou em Novembro do ano passado, a realização de uma «operação encoberta» da Agência Central de Informações (CIA) contra a Nicarágua. Custo da operação: 19 milhões de dólares.

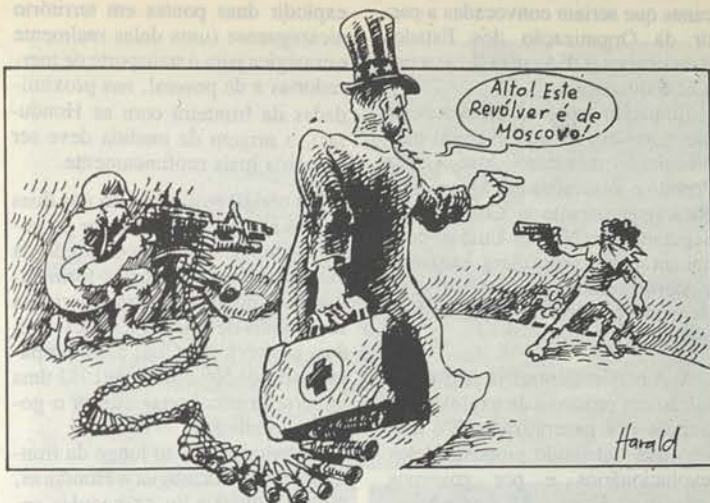
Interrogados sobre este caso, Reagan e Haig também não quiseram desmentir a versão do jornal que, pouco tempo depois, publicou uma reportagem assinada por Bob Woodward, na qual se afirma que «a CIA já contratou 50 de um total de 1500 mercenários, particularmente latino-americanos, que participam na operação encoberta contra a Nicarágua».

Nessa mesma reportagem, acrescenta-se que os mercenários já estariam situados «no seu local de destino», e mostra-se como os acampamentos que a Nicarágua denunciou estão a funcionar em território hondurenho, onde são treinados uns dois mil ex-guardas de Somoza. O silêncio oficial de Washington deu, de novo, a estas versões uma dimensão de trágica realidade.

O mesmo silêncio se produziu quando a cadeia de televisão norte-americana CBS denunciou que os «boinas verdes» que lutaram no Vietname, alguns retirados e outros ainda em serviço, estavam a ser recrutados para «um contracto de 50 mil dólares e seis meses de duração a ser realizado em operações contra a Nicarágua».

A presença norte-americana aumentou de maneira alarmante nos últimos dois meses na região centro-americana. O governo das Honduras reconheceu, fa segunda quinzena de Março, que pelo menos 100 conselheiros norte-americanos se encontravam nesse país. Um porta-voz da embaixada dos Estados Unidos acrescentou que o número não era exacto, «porque vão e vêm», sublinhando o fluxo de pessoal militar especializado dos Estados Unidos.

Organizações da esquerda hondurenha e personalidades políticas do país garantem que os Estados Unidos já obtiveram do governo de Ro-



O duelo salvadoreño

berto Suzao Córdova autorização para construir bases militares em território hondurenho. O governo de Tegucigalpa reconheceu, a 3 de Março, que «existem co versações a esse respeito», mas evitou dar maiores pormenores.

Correspondentes estrangeiros que visitaram as Honduras acrescentam que a ilha de Amapala, localizada no golfo de Fonseca «já é uma base militar fortificada dos Estados Unidos, onde funcionam sistemas de comunicação, depósitos de armas e pistas de aterragem». Ao mesmo tempo, os Estados Unidos ampliaram os créditos militares às Honduras «a fim de permitir a modernização do exército».

Por outro lado, o comando do Pacífico Sul, com sede nas instalações militares norte-americanas na zona do canal do Panamá, enviou em meados de Março dois contingentes de pára-quedistas à Costa Rica, «com o objectivo de se aclimatarem às condições centro-americanas». Trata-se da primeira vez que militares norte-americanos efectuam manobras na Costa Rica, país onde inclusive não existe um exército governamental.

Outras versões não desmentidas pelas fontes oficiais de Washington indicam que nas próprias instalações militares da zona do canal se prepararam actualmente mais de mil ex-

-guardas da ditadura somozista da Nicarágua, também fazendo parte dessa «operação encoberta».

A conexão centro-americana

A Argentina e o Chile aparecem, na maioria dessas denúncias, como parte integrante do plano norte-americano. O *New York Times* afirmou que pelo menos 100 oficiais argentinos, especializados em contra-insurreição, se disseminaram nos acampamentos hondurenhos enquanto outros agem como conselheiros do exército salvadoreño.

Fontes guatemaltecas afirmam que o regime de Pinochet e de Galtieri proporcionaram aos militares desse país uma assistência intensiva em matéria de contra-insurreição, interrogatórios e técnicas para obter confissão de revolucionários prisioneiros.

Há quatro meses, ao ser detido na Nicarágua um grupo de contra-revolucionários que se propunha fazer explodir a refinaria de petróleo, o chefe desse grupo, William Baldano, garantiu que as organizações anti-sandinistas que operam militarmente receberam ajuda económica do exército argentino.

A própria imprensa norte-americana assegura que Galtieri e Pinochet se «mostraram entusiasmados em participar nas forças interameri-

canas que seriam convocadas a partir da Organização dos Estados Americanos (OEA) para levar a paz a El Salvador».

Enquanto isso, as propostas de paz feitas em 21 de Fevereiro pelo presidente mexicano José López Portillo e as levadas em Março pela Nicarágua perante o Conselho de Segurança das Nações Unidas, continuam sem resposta clara, enquanto a incerteza começa a constituir-se no elemento político mais habitual na região.

A América Central já não é um vulcão em processo de explosão. A erupção já é generalizada. E o diálogo que tinha sido proposto pelos revolucionários e por governos como os da França, México e Nicarágua, por forças da Internacional Socialista e governos da Europa Ocidental, não parece estar no léxico de Reagan e Haig. Inclusive uma tímida proposta do governo de Honduras à Organização dos Estados Americanos (OEA), não teve qualquer repercussão nos Estados Unidos, apesar das excelentes relações entre Washington e Tegucigalpa.

Ainda não se haviam apagado as vozes de protesto a respeito das eleições realizadas no bojo de uma guerra, pela Junta salvadorenha presidida por Napoleón Duarte, quando nas águas das Caraíbas começavam já a movimentar-se os porta-aviões *Independence* e *Forrestal* nas manobras navais *Readex-2-82*, apenas um prelúdio das do *Ocean Venture-82*, do fim de Abril. O seu propósito, segundo um alto porta-voz do Pentágono, era de «deixar bem claras as nossas intenções de manter a hegemonia na América Central e nas Caraíbas».

Nicarágua: outra vez as trincheiras

A 15 de Março passado, quando o governo sandinista decidiu decretar o estado de emergência nacional, abriu-se nesse país uma nova e mais difícil etapa.

Embora a decisão tenha sido tomada 24 horas depois de os comandos contra-revolucionários fazerem

explodir duas pontes em território nicaraguense (uma delas realmente estratégica para o transporte de mercadorias e de pessoal, nas proximidades da fronteira com as Honduras), a origem da medida deve ser estudada mais profundamente.

Na realidade a explosão das duas pontes fortaleceu no interior do governo da Nicarágua a convicção da veracidade das denúncias formuladas pela imprensa norte-americana no sentido de que os Estados Unidos, por meio da CIA, estão preparando desde Novembro de 1981 uma «operação encoberta» contra o governo sandinista.

Anteriormente, ao longo da fronteira entre a Nicarágua e Honduras, grupos armados de ex-guardas somozistas que estão aquartelados em território hondurenho realizaram incursões contra populações fronteiriças, o que foi tomado como uma etapa de preparação para acções de maior envergadura. Tais acções fizeram um elevado número de vítimas e criaram, ainda antes de 15 de Março, uma situação de guerra em todo o norte do país, que se reflectia a nível nacional.

A declaração do estado de emergência, lida pelo coordenador da Junta, comandante Daniel Ortega foi clara ao definir os objectivos: dedicar maior esforço à defesa, garantir a produção e impedir que internamente as acções exógenas possam ter algum apoio por parte dos sectores adversários.

Os esforços dos Estados Unidos em envolver a Nicarágua num suposto tráfico de armas para os guerrilheiros salvadorenos tinham sofrido, em três semanas, antes do dia 15, duas derrotas muito duras. Primeiro, quando Alexander Haig teve que reconhecer que umas fotografias que pretendiam ilustrar o «genocídio sandinista» eram na verdade «velhas imagens tomadas nos tempos de Somoza». Outra, quando o Departamento de Estado apresentou em 12 de Março o nicaraguense Orlando Tardencillas, como «militar enviado a El Salvador» e este declarou justamente o contrário diante dos jornalistas.

Ambos os casos comprovaram a

tese sandinista de que os Estados Unidos estavam decididos a envolver a Nicarágua na guerra salvadorenha para legitimar uma agressão.

A mobilização para a guerra

Apenas dois dias depois de anunciado o estado de emergência nacional, que limita a maioria dos direitos individuais mas tem um grau de elasticidade que não altera a vida normal do país, o crescimento das milícias sandinistas foi evidente.

Dezenas de milhares de pessoas dirigiram-se para os mais diversos centros de treino. Mulheres, homens, crianças e até gente com deficiências físicas podem ser vistos pelos jornalistas estrangeiros quando, sábados e domingos, sacrificando o seu tempo livre, são treinados em Manágua e outras cidades no uso de armas e tácticas militares. Conceitos como «soldado à defensiva e soldado na ofensiva» transformaram-se em linguagem comum de donas-de-casa, trabalhadores, estudantes, empregadas domésticas e crianças.

Em 18 de Março, o comandante Humberto Ortega, ministro da Defesa, deu instruções concretas: organizar a defesa civil subordinada particularmente aos comités de defesa sandinista, e a defesa militar com as milícias subordinadas ao exército. O comunicado de Ortega não teve nada de retórico: pelo contrário, as instruções ao povo para se defender desde a base até à cúpula numa situação de guerra, foram pausadas, claras e serenas.

A partir desse momento, os tópicos sobre medidas de defesa, como fazer frente a um ataque aéreo, ou a um ataque com gases e produtos químicos, são o estudo diário da defesa civil, enquanto os milicianos rastejam por supostos campos minados e aprendem a defender edificações.

As trincheiras que fizeram a Nicarágua famosa durante a luta contra Somoza estão novamente na ordem do dia. A televisão dedica espaços da sua programação para exaltar a tradição de luta contra invasores que



Guatemala: os generais pela «enésima» vez...

manas a Guatemala se tornar num novo El Salvador».

A declaração de Haig pode ser vista não só no quadro da preocupação dos Estados Unidos com a situação centro-americana no seu conjunto, mas também em função de uma realidade guatemalteca pouco conhecida. Com efeito, talvez a Guatemala seja entre todos os países do Terceiro Mundo o que mais tenha sofrido as consequências de uma «guerra secreta» intensa e totalmente desumanizada a partir da cúpula do poder.

Possivelmente, em nenhum outro país do mundo tenham sido assassinados tantos jornalistas (mais de 60), tantos sacerdotes (12 em poucos anos) e tenha havido uma caça tão sistemática aos intelectuais de esquerda, ao mesmo tempo que foram efectuadas verdadeiras matanças de comunidades inteiras. Em 1971, por exemplo, o novel presidente Ríos Montt dirigiu um massacre contra os indígenas da comunidade *sansirisay*, no nordeste do país, apoiado por helicópteros artilhados e nas mais clássicas regras da contra-insurreição que o ex-representante da Guatemala na Junta Interamericana de Defesa aprendeu muito bem.

Mas, ao mesmo tempo, não há dúvidas de que poucos casos acontecem no mundo em que forças revolucionárias tão activas e com tal ca-

pacidade de acção tenham sido deliberadamente ignoradas pela informação internacional. A Unidade Nacional Revolucionária Guatemalteca (UNRG), criada em fins do ano passado pelas quatro organizações político-militares do país, actua em forma de guerrilha em mais de 60 % do território guatemalteco.

Se há alguns anos se falava em acções isoladas, os guerrilheiros do Exército Guerrilheiro dos Pobres, as

Forças Armadas Rebeldes, a Organização do Povo em Armas e o Partido Guatemalteco do Trabalho (comunista) — núcleos de direcção nacional — intensificaram os combates nos últimos 12 meses, de tal maneira que a própria ditadura de Lucas García teve de reconhecer que existe um estado de guerra no país.

País com mais de 50 % dos seus habitantes pertencentes a comunidades indígenas, a Guatemala não conheceu a paz nos últimos 20 anos. Em poucas nações latino-americanas, as derrotas tácticas das guerrilhas de esquerda se tornaram, no decurso dos anos e mediante autócratas e novos rumos, êxitos militares como os que a história mais recente dos revolucionários guatemaltecos regista.

A preocupação de Haig não era exactamente gratuita: na Guatemala, nos últimos dez meses, as colunas guerrilheiras rurais que combatem contra o exército, muitas vezes são compostas por 100 ou 200 homens, que passaram a formar literalmente forças regulares, enquanto milhares de indígenas, estudantes, e operários se incorporam nas formas irregulares de luta. □

El Salvador

Frente Mundial de Solidariedade

No termo de um forum realizado na Cidade do México nos últimos dias de Março, que contou com a participação de centenas de delegações de organizações políticas, sindicais e sociais de cerca de três dezenas de países, foi constituída uma Frente Mundial de Solidariedade com o povo salvadoreño.

A partir de um bureau permanente, do qual fazem parte organizações tão diversas como a Federação Mundial de Sindicatos, a Frente Sandinista da Nicarágua ou o Grupo de Solidariedade com a América Latina (GSAL), de Portugal, a Frente Mundial agora constituída terá como responsabilidade primeira a coordenação internacional de solidariedade nos seus diferentes aspectos — políticos, sociais, económicos e humanitários — para com a luta de libertação do povo salvadoreño.

A geopolítica de uma crise

O presidente equatoriano Osvaldo Hurtado conseguiu neutralizar uma crise que poderia levar ao golpe de Estado. Mas o governador democrata-cristão ainda não tem a certeza se chegará ao fim do seu mandato

José Steinsleger *

A insólita disputa entre o presidente Osvaldo Hurtado e o vice-presidente León Roldós, assim como a inquietação nas Forças Armadas em relação ao conflito fronteiriço com o Peru, mantiveram em suspenso as expectativas políticas sobre as eleições marcadas para 1984.

As indefinições predominantes na política equatoriana afloraram no final de Janeiro passado, quando em dois episódios aparentemente isolados surgiu um confronto declarado dentro dos escalões mais altos do poder civil e das Forças Armadas.

O elemento detonador surgiu a propósito de declarações do presidente Hurtado a uma revista de Guayaquil onde o chefe de Estado voltou a explicar as suas ideias sobre a questão do conflito fronteiriço com o Peru, repetindo afirmações feitas à televisão no dia 10 de Janeiro passado, ao mesmo tempo que se referia a alguns aspectos da personalidade de Jaime Roldós, o seu antecessor, e irmão do actual vice-presidente, que morrera em circunstâncias ainda não esclarecidas num acidente aéreo, quase um ano atrás.

Os dois comentários provocaram uma resposta pública do vice-presidente, que qualificou as posi-



Osvaldo Hurtado

ções de Hurtado sobre a questão fronteiriça como «alheias ao interesse nacional» e considerou «injuriosos» os termos usados pelo presidente em relação ao seu antecessor.

A polémica ainda não havia sido solucionada quando o general Richelieu Levoyer, chefe do Estado Maior Conjunto se rebelou intempestivamente contra opiniões do almirante Raul Sorroza, ministro da Defesa, a propósito da disputa fronteiriça com o Peru. (1).

Catorze generais solidarizaram-se com Levoyer, que qualificou como derrotista a posição assumida pelo ministro da Defesa. (2).

Origens do conflito

Na realidade, os acontecimentos são a mais recente hemorragia de

uma ferida antiga. No ano passado voltaram a surgir atritos nas complicadas relações entre os dois partidos do governo, a Democracia Popular (democrata-cristã) e o movimento Povo, Reforma e Democracia (PCD Pueblo, Cambio e Democracia, agrupamento criado pelo falecido presidente Jaime Roldós).

Por outro lado, o reaquecimento da disputa militar com o Peru generalizou a polémica, colocando-a no epicentro do tabuleiro político equatoriano (3).

Até à morte de Roldós, a DP, um partido sem grande massa eleitoral, preparou com relativa eficácia a sua rede de quadros e dirigentes intermediários, contando com o amparo do poder do vice-presidente. Com o Conselho Nacional de Desenvolvimento nas mãos, Hurtado concebeu um plano económico inspirado na doutrina internacional da democracia cristã: distensão na luta de classes, protecção da pequena e média indústrias, e incentivo à actividade económica estatal.

Mas a morte inesperada de Roldós criou uma nova situação e obrigou os democrata-cristãos a reformularem as regras do jogo, depois de o ex-vice-presidente Hurtado ter assumido o poder. Sem o controlo do CONADE, e obrigado a assumir e dar continuidade a uma gestão governamental que já demonstrava sinais de não poder cumprir as promessas de reforma social feitas durante a campanha eleitoral, Hurtado passou a enfrentar um amplo leque político opositor.

A situação tornou-se mais complexa depois da renúncia do social-democrata Raul Baca Carbo à vice-presidência, cargo que deveria assumir automaticamente, pois era presidente do Congresso Nacional. Os deputados foram chamados a resolver o impasse através de uma votação para escolher o novo vice-presidente.

Com uma diferença mínima, León Roldós venceu o candidato da Concentração de Forças Populares (CFP), numa votação em que o facto mais significativo foi o elevado número de abstenções (26 entre 67 votantes), impossibilitando o apa-

* Correspondente de cadernos de terceiro mundo em Quito

recimento de um bloco político claramente maioritário.

Nas vésperas da votação no Congresso, contava-se ainda com a unidade do bloco centro-esquerda. Porém, ficou claro, pouco depois, que a unidade estava rompida. Este bloco era formado pela Esquerda Democrática (ID), Democracia Popular (DP) e pelo movimento Povo, Reforma e Democracia (PCD). A ID e a DP abstiveram-se na hora de votar. Hurtado e os seus correligionários não mostraram nenhum alvoroço com a escolha de León Roldós.

Semelhanças e diferenças de um projecto.

Menos de 72 horas depois da morte de Jaime Roldós, quando se deu a votação para escolher o novo vice-presidente, voltaram a aparecer os inconvenientes de uma interpretação linear dos múltiplos interesses em jogo no panorama político equatoriano. Os meios de comunicação e os partidos começaram a travar uma violenta luta para acomodar os seus adeptos nos postos governamentais vagos em consequência das mudanças na cúpula do poder.

A Democracia Cristã, no poder com o presidente Hurtado, e o vice-presidente León Roldós, um homem de confiança do sistema bancário de Guayaquil e adversário da oligarquia agro-exportadora, procuraram, no segundo semestre de 81, consolidar um modelo económico com ampla base de apoio, sem revelar no entanto detalhes das suas propostas. Esse plano tinha um carácter populista e vagamente nacionalista.

Mas no final de Novembro, Hurtado decidiu ampliar a base política do seu governo, incorporando o Partido Democrata ao Ministério.

Um dos novos ministros, Huerta Montalvo, é um social-democrata, apontado por muitos como o provável novo presidente da República, nas eleições de 1984.

A incorporação de Huerta Montalvo levou Hurtado a fazer uma série de concessões políticas. A principal delas foi obrigar o presi-



A questão de fronteiras com o Peru tem complexas implicações: para os Estados Unidos seria importante pôr fim ao conflito



A cidade de Quito

dente democrata-cristão do Equador a manter uma neutralidade diante da Junta salvadorenha, também democrata-eristã. A outra concessão foi a reactivação da Associação Latino-Americana de Direitos Humanos, uma organização fundada por Jaime Roldós e que ficou praticamente inactiva desde a morte do antecessor de Hurtado. A associação recebeu 120 mil dólares para

reiniciar as suas actividades em defesa dos direitos humanos no continente.

O afastamento dos ministros ligados a León Roldós (logo depois dos incidentes de Janeiro quando Hurtado criticou o seu antecessor) fez com que desaparecesse a polémica dentro do governo entre adeptos do presidente e do vice. Hurtado, numa manobra audaciosa, nomeia para os ministérios vagos políticos ligados ao partido Concentração de Forças Populares (CFP), seus inimigos de ontem. A manobra acabou por levar a que o golpe de Estado fosse neutralizado e, ao mesmo tempo, deu ao governo uma maioria de 60% no Parlamento.

A CFP retornou também à arena política, com brios renovados, depois de entrar em franca decadência, por causa da morte do seu principal dirigente, Assad Bucaram.

Ofensiva imperial

No entanto, essa maioria parlamentar pode ocasionar convulsões de transcendental importância. A mais significativa é a relacionada com a aprovação do projecto de re-

forma da legislação petrolífera. Essa lei, na opinião da Assembleia de Técnicos em Petróleo, «converterá o Estado em mero coletor de impostos sobre a exploração de combustíveis», enquanto as companhias transnacionais assumem o controlo dos recursos energéticos do país.

Os parlamentares ligados a Roldós e aos partidos de esquerda afirmam que esse projecto de lei é uma cópia do aprovado no Peru pelo governo Belaúnde Terry, em 1980. A desnacionalização do petróleo equatoriano está a ser apoiada pelo presidente da Câmara de Mineração, um organismo ligado à oligarquia mineira e que pretende uma «homogeneização da exploração do petróleo» no Peru e Equador, apesar dos protestos de organizações de oposição ou de esquerda.

No plano diplomático, a questão é complexa. Para os Estados Unidos, o termo das divergências entre o Peru e o Equador é muito importante. Porém, a política exterior equatoriana é complexa. Na sua recente viagem ao Brasil, o presidente Hurtado concordou com o seu colega brasileiro na condenação da anexação de territórios por conquistas. Mas o representante equatoriano na ONU absteve-se na condenação a Israel pela anexação dos Montes Golan.

A abstenção irritou os equatorianos na medida em que entrou em choque com a posição defendida por todos os governos do país desde a guerra de 1941, quando o Peru conquistou 270 mil quilómetros quadrados dos territórios amazónicos do Equador.

Assim, a defesa da democracia e dos recursos naturais no Equador inscrevem-se numa das faces da moeda, enquanto na outra, está o papel das transnacionais petrolíferas e os interesses geopolíticos do Pentágono. □

(¹) *Levyer, de grande prestígio no exército e em numerosos sectores populares, é um general vinculado à velha guarda de oficiais nacionalistas que se pronunciaram no golpe de 1972. Nesse*

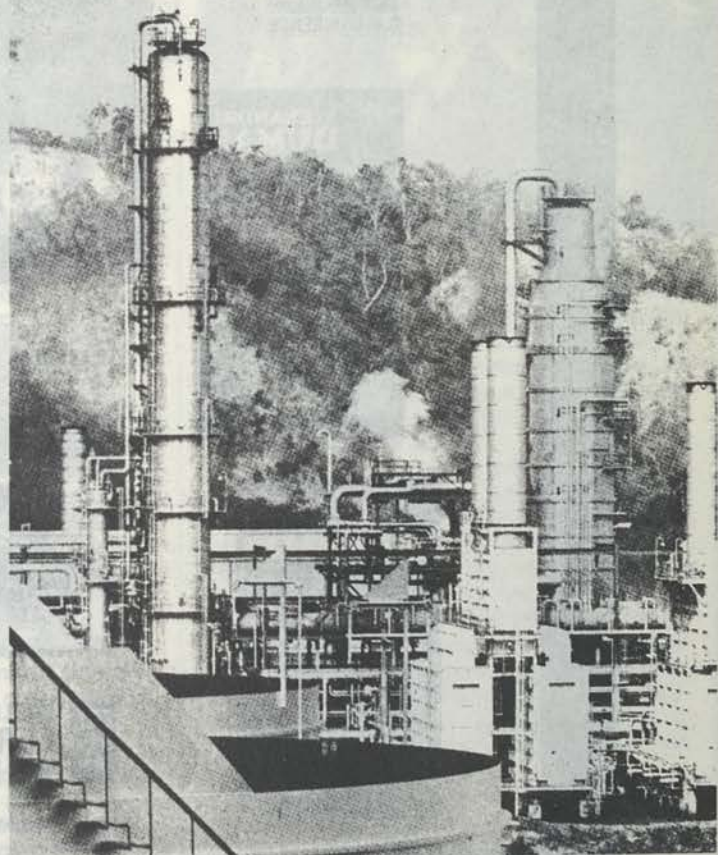
ano, ele participou, de forma decisiva, no chamado Plano de Reestruturação Jurídica do Estado e denunciou a firma norte-americana Marlboro por «entorpecer o processo de retorno à democracia».

(²) *No México, alguns órgãos de comunicação, como El Día e Uno Más Uno, sugeriram que o almirante Sorroza pode ter estado comprometido na tragédia que custou a vida da Roldós. No Equador, os partidos de esquerda acusam-no de aliado dos regimes militares do Cone Sul, principalmente Argentina e Chile.*

(³) *Segundo um relatório técnico da empresa petrolífera norte-americana Mobil, datado de 1964, o vale do rio Santiago que margina a cordilheira, é rico em petróleo. Outros documentos afirmam que o vale do Nangarizta, localizado nessa área, encerra urânio e possui altíssimas concentrações de cobre. □*



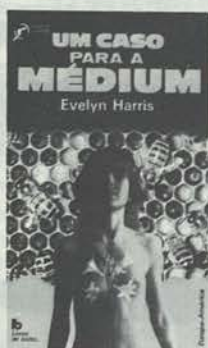
Francisco Huerta Montalvo, apontado como provável presidente em 1984



Os parlamentares ligados a Roldós não aceitam a reforma da legislação petrolífera

AGORA NOS *livros* *de* *bolso*[®]

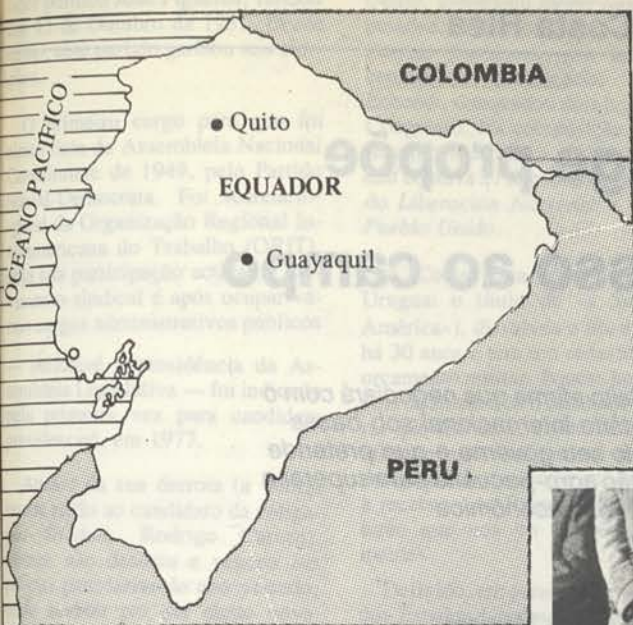
EUROPA-AMÉRICA



**PUBLICAÇÕES
EUROPA-
AMÉRICA**

Apartado 8
2726 Mem Martins Codex

018



O mapa actual do Equador (ao lado) e o território amazónico perdido para o Peru (em baixo, a linha tracejada); causa do litígio que ameaça até hoje a convivência pacífica entre os dois países. Como se observa, a zona amazónica em disputa é quase tão grande quanto o actual território equatoriano



Acidente ou assassinato?

NA manhã de domingo, 24 de Maio de 1981, o presidente Roldós falou pela última vez aos equatorianos. O seu discurso em homenagem aos defensores da integridade territorial durante o recente conflito armado com o Peru, e no 150.º aniversário da batalha de Pichincha, foi enérgico e sugestivo. A democracia, o pluralismo ideológico, a integração andina e a vigência dos direitos humanos na América Latina constituíram os temas principais da veemente mensagem presidencial.

Poucas horas depois, o avião em que viajava, um *Beechcraft* comprado quatro meses antes, despedaçou-se na escarpada topografia de Loja, a 700 quilómetros ao sul de Quito. Juntamente com Roldós, perderam a vida o general Marco Subia, ministro da Defesa, as suas respectivas esposas e os adjuntos militares dos dois dirigentes.

A 9 de Fevereiro passado, o advogado Abdalla Bucaram Ortiz, cunhado de Jaime Roldós, sustentou na Câmara Nacional de Representantes que «existem coisas obscuras no acidente aéreo».

Bucaram, que em muitas ocasiões acusou a CIA de ter eliminado o seu cunhado, disse aos congressistas que o relatório apresentado pelas Forças Armadas a respeito do acidente «não tem valor real», qualificando-o de «cobarde, comprometido e irresponsável».



Acusou ainda o presidente Huartado e os que dirigiram as investigações de «actuaem de forma interesseira». Acusou também o ex-ministro da Defesa, almirante Sorroza, de ter sido um militar golpista e «ter actuado cobardemente no último conflito fronteiriço com o Peru, em Janeiro de 1981».

Bucaram lembrou que três dias antes da morte do ex-presidente e da sua irmã, Roldós tinha tido uma séria discussão com Sorroza. Disse que a única fórmula de impor uma ditadura no país «não é vesti-la com uniforme militar porque também há ditadores à paisana, como é o caso do actual chefe de Estado».

O legislador democrata-cristão Juan Manuel Real manifestou que era intenção do seu partido propor um «exame psiquiátrico» a Bucaram. «Se o exame não chegar à conclusão de que está louco — acrescentou Real —, Bucaram será actuado judicialmente».

No entanto, Otto Arosemena, ex-presidente da República e titular da Comissão investigadora, declarou que «o país deve conhecer toda a verdade, até às últimas consequências».

Monge propõe o regresso ao campo

O presidente eleito afirma que negociará com o Fundo Monetário Internacional sob bases elaboradas pelo seu governo e que pretende elevar a produção agro-pecuária para superar a crise económica

Andrés Martínez

NO próximo dia 8 de Maio assumirá a presidência da Costa Rica, Luís Alberto Monge, um homem de longa trajetória política, fundador do Partido de Libertação Nacional, de tendência social-democrata.

Monge anunciou a aplicação de um programa de governo para enfrentar a grave crise económica que atinge o país, baseado no incentivo à produção agro-pecuária. Esse programa, denominado «Voltemos à terra», pretende elevar a produção do campo com o propósito do campo incentivar as exportações e obter as divisas necessárias para estabilizar a moeda.

Numa das suas primeiras declarações depois de eleito, Monge reconheceu que terá que recorrer ao apoio do Fundo Monetário Internacional (FMI) e adiantou que apesar das difíceis condições de negociação, o seu governo «elaborará uma estratégia e bases para discussão» com aquela instituição financeira. A Costa Rica tem actualmente 70 mil desempregados, uma inflação de



55 % ao ano, uma desvalorização real de 500 % e uma dívida externa de quase quatro milhões de dólares.

O novo presidente não pretende enfrentar o problema do desemprego aumentando o número de postos nas instituições do Estado «porque atingimos um crescimento muito delicado do aparelho burocrático», disse.

Mas, a fim de evitar que o desemprego se possa transformar em um perigo para a paz social, o presidente assegurou que a sua administração se empenhará em criar fontes de trabalho por meio da iniciativa privada, que terá a missão de elevar a produtividade. Monge anunciou também que desde o primeiro dia do seu mandato porá em prática um programa para impedir a fuga de capitais para os Estados Unidos e Europa. Actualmente, as reservas monetárias da Costa Rica encontram-se praticamente esgotadas. Em Julho do ano passado, o governo de Rodrigo Carazo suspendeu o pagamento da dívida externa. A nova administração pretende conseguir que «os investidores recuperem a confiança no país».

Um homem de partido

Com 56 anos de idade, Luís Alberto Monge ocupou durante quase uma década o cargo de secretário-geral do partido «Libertação Nacional», que conjuntamente com o

Líder político José Figueres, fundou em 12 de Outubro de 1931. Desde então, esse partido ganhou seis eleições.

O primeiro cargo para que foi eleito data da Assembleia Nacional Constituinte de 1949, pelo Partido Social-Democrata. Foi secretário-geral da Organização Regional Interamericana do Trabalho (ORIT), pela sua participação activa no movimento sindical e após ocupar vários cargos administrativos públicos

— inclusive a presidência da Assembleia Legislativa — foi indicado pela primeira vez para candidato presidencial, em 1977.

Apesar da sua derrota (a vitória coube então ao candidato da coligação *Unidad*, Rodrigo Carazo), Monge não desistiu e venceu nas prévias partidárias do ano passado, onde acabou por ser eleito novamente candidato do Libertação Nacional.

Os resultados da última eleição deram ao Libertação Nacional 30 das 57 cadeiras em disputa, com quase 60% dos votos expressos. A coligação social-cristã *Unidad*, que apresentou Rafael Calderon como candidato, ficou em segundo lugar com 20 assentos no Parlamento. A coligação de esquerda *Pueblo*

Unido, conseguiu eleger quatro deputados, enquanto que o direitoista *Partido Nacional*, que lançou o candidato presidencial Mario Echandi, conquistou dois lugares no Congresso. Na composição do Parlamento anterior, a coligação *Unidad* contava 27 deputados, contra 25 do *Liberación Nacional* e três do *Pueblo Unido*.

A Costa Rica (que herdou do Uruguai o título de «a Suíça da América»), dissolveu o seu exército há 30 anos e tem um reduzidíssimo orçamento militar. Poucas horas depois de conhecido o resultado eleitoral que lhe dava a vitória, Monge afirmou que o «seu país só necessita de apoio económico» e que se o vier a receber, «os Estados Unidos não terão que nos vir ajudar militarmente».

Definido, em geral, como «amigo dos Estados Unidos», o presidente eleito da Costa Rica tem, no entanto, uma trajetória política que faz com que alguns sectores tenham expectativas de que execute uma política externa independente.

«Lamento que os Estados Unidos só levem em conta os factores militares e de segurança no caso de El Salvador», afirmou. E acrescentou: «Isso significa que os Estados Unidos ignoram os factores económicos e so-



Monge (ao centro) com Guillermo Ungo, da FDR (à direita) e o ex-presidente Daniel Oduber (à esquerda)

ciais que incidem na política centro-americana».

Por outro lado, Monge reconheceu que tem «vínculos efectivos muito grandes com o México». «A via mexicana assegurou ao México longos períodos de estabilidade», afirmou. No entanto, adiantou que não pretende impor na Costa Rica um modelo político baseado na experiência mexicana, já que «não seria aplicável à realidade histórica e geográfica» do seu país.

O partido *Liberación Nacional*, de tendência social-democrata, integra a Conferência de Partidos Políticos da América Latina (COPAL). □

Semana de Cinema Árabe

□ Organizada por Cinequipa, cadernos do terceiro mundo e os jornais *Portugal Hoje* e *Sete*, vai decorrer de 10 a 16 de Maio numa sala de espectáculos de Lisboa a Semana de Cinema Árabe. Serão exibidos filmes de alguns dos mais importantes realizadores árabes, nomeadamente da Líbia, Marrocos, Argélia, Kuwait, Arábia Saudita, Tunísia, Iraque e Palestina.

Incluído neste ciclo de cinema será projectado em ante-estreia a curta-metragem *Garb-Al-Andaluz* realizada pela Cinequipa que apresenta aspectos da influência da cultura árabe em Portugal.

Em paralelo com esta Semana estão previstas outras manifestações culturais que vão desde jor-



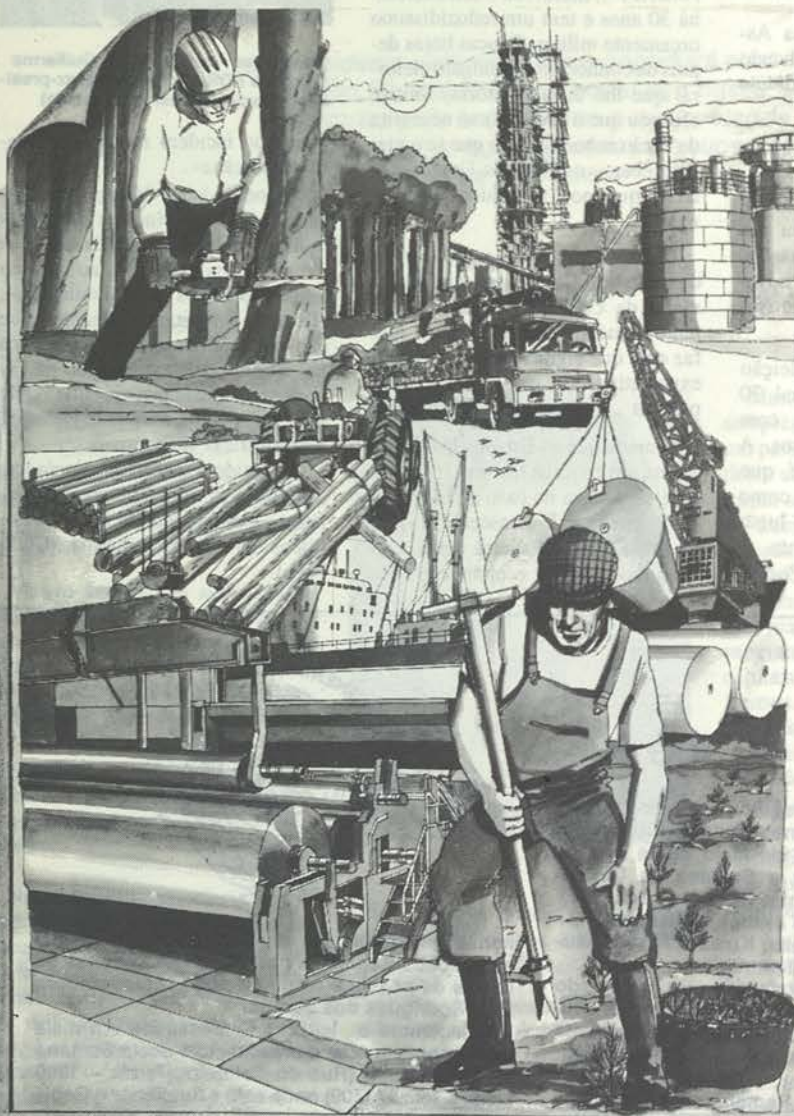
nadas gastronómicas de Cozinha Árabe a uma exposição fotográfica, passando por sessões de leitura de poesia a cargo da nossa colaboradora Elsa Rodrigues dos Santos.

Remetemos os leitores interessados em mais pormenores acerca da realização desta Semana para Cinequipa (Rua da Palmeira, 7, r/c - 1200 Lisboa, tel.: 371709) onde está a funcionar o Gabinete Coordenador.



nós somos a Portucel

Uma actividade integrada, um desenvolvimento equilibrado.



Uma actividade que conhece os extremos de um processo.

Que conhece e opera nas várias fases do percurso que os une.

Que interpreta as solicitações de um complexo mercado e age de acordo com elas.

Utilizando a qualidade que o domínio da tecnologia proporciona.

Não esquecendo as exigências que a floresta coloca.

Conseguindo o equilíbrio que racionaliza o desenvolvimento.



PORTUCEL
EMPRESA DE CELULOSE E PAPEL DE PORTUGAL, LP

A «cleptocracia» de Mobutu em crise

Após dezassete anos de poder, o regime de Mobutu Sese Seko atingiu um tal ponto de impopularidade que já começa a preocupar os próprios Estados Unidos. Para Washington, a situação no Zaire é tão importante como a da África do Sul

Carlos Castilho

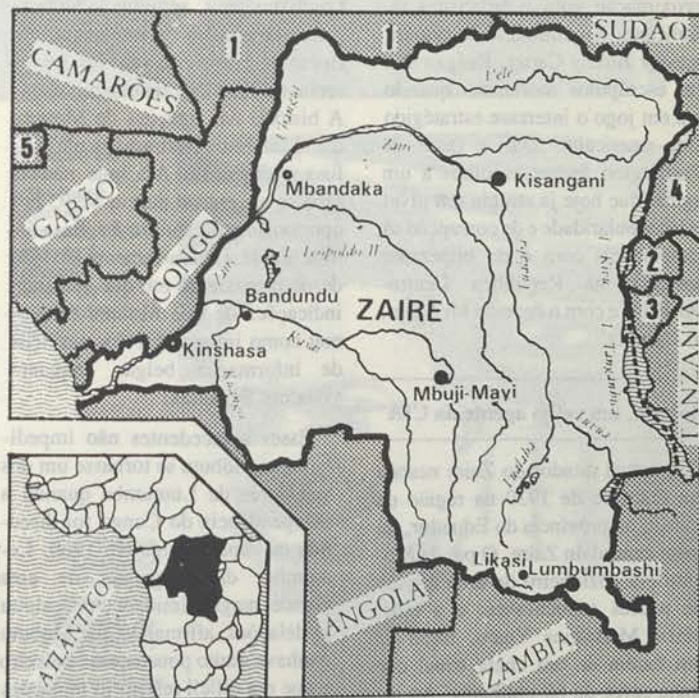
NA secção africana do Departamento de Estado, em Washington, o *dossier* sobre o Zaire ocupa mais espaço do que todo o material existente sobre os demais países, à excepção da África do Sul. Ao explicar esse facto, o subsecretário Chester Crocker disse que embora questões como a Namíbia, Chade, Etiópia e Angola sejam as mais discutidas, o governo norte-americano considera o Zaire como um país-chave para o bloco capitalista ocidental.

Para a administração Reagan, o Zaire e a África do Sul não podem sofrer qualquer mudança política porque isso poria em risco o fornecimento de minerais estratégicos vitais para a indústria norte-americana de armamentos. Por isso Chester Crocker é hoje o artífice de complicadas diligências diplomáticas visando a sobrevivência mais longa possível para o racismo sul-africano, e para o regime mais corrupto da África, o do general Mobutu, no Zaire.

Os norte-americanos importam 90% do cobalto consumido pela so-

fisticada indústria de construção de motores a jacto e ligas metálicas ultra-leves para foguetões. Quase todo o cobalto vem do Zaire, o maior produtor mundial desse minério, que é considerado pelos estrategos militares como a peça fundamental na indústria nuclear, juntamente com o urânio. Do Zaire vem também a quarta parte da produção mundial de diamantes, cuja utilização industrial é no momento quase tão importante quanto a dos joalheiros.

Quando era presidente da *United Technologies Corp.*, o actual secretário de Estado Alexander Haig afirmou perante uma Comissão da Câmara de Representantes dos EUA que se o Zaire e a África do Sul passassem para o campo socialista, a URSS poderia controlar 90% dos



fornecimentos de cerca de oito dos doze minerais estratégicos, para os quais até agora não há substitutos.

No ano passado, Henry Kissinger disse a um grupo de senadores norte-americanos que o Zaire, além de ser uma reserva de minerais indispensáveis para a indústria de armamentos, ocupa uma posição estratégica fundamental. O país está situado entre a África Austral e a região central do continente negro. Faz fronteira com nada menos que nove países africanos, entre os quais se destacam Angola, Congo, Uganda, Zâmbia e República Centro-Africana. Para Kissinger, a queda de Mobutu e a sua substituição por um regime revolucionário poderia provocar um «efeito dominó» em pelo menos quatro países vizinhos ao Zaire.

Todos esses factores levaram o presidente Reagan a estreitar relações diplomáticas e económicas com o regime de Mobutu, que trocou as alianças tradicionais com a Bélgica e a França, em favor da aproximação com o belicismo republicano. Ao contrário do seu antecessor Jimmy Carter, Reagan não tem escrúpulos moralistas quando está em jogo o interesse estratégico norte-americano. Daí o facto de Washington fechar os olhos a um regime que hoje já atingiu um nível de impopularidade e de corrupção só comparáveis com o do imperador Bokassa, na República Centro-Africana e com o deposto Idi Amin, no Uganda.

Mobutu, um velho agente da CIA

O actual ditador do Zaire nasceu em Outubro de 1930 na região de Lisala, na província do Equador, na parte central do Zaire. O pai de Mobutu era cozinheiro de uma missão de padres capuchinhos, e a mãe, Marie Madeleine Yemo, fugiu de um harém de um chefe tribal que tinha cerca de 60 mulheres. Ao ser

baptizado, Mobutu herdou o nome de um tio feiticeiro chamado Mobutu-Seko-Kulou e recebeu o prenome católico de Joseph Desiré.

Os estudos primários foram feitos num colégio católico em Leopoldville e os secundários em Coquilhatville. Em Fevereiro de 1950, aos vinte anos, Mobutu entra para a funcionalismo público, na função de dactilógrafo. Em 1954, passa para o Exército como recruta e dois anos mais tarde transfere-se para o jornalismo, como redactor do jornal *L'Avenir*, o mais reaccionário e pró-europeu da então colónia belga do Congo. O mentor intelectual do jovem Mobutu era Pierre Davister, um jornalista intimamente ligado às grandes companhias mineiras belgas, e que mais tarde viria a tornar-se conselheiro e confidente do actual chefe-de-Estado do Zaire.

Em 1958, Mobutu entra para o Movimento Nacional do Congo (MNC), partido nacionalista fundado por Patrice Lumumba, para lutar pela independência do país. Logo no ano seguinte, Mobutu ganha uma bolsa de jornalismo em Bruxelas e torna-se um dos representantes do MNC na capital belga. A história das ligações de Mobutu com Lumumba é extremamente confusa e duvidosa. Até hoje não se sabe se ele entrou para o MNC por oportunismo ou convicção. Essa última hipótese foi seriamente abalada desde o momento em que surgiram indicações de que Mobutu funcionou como informador dos serviços de informação belgas enquanto vivia em Bruxelas.

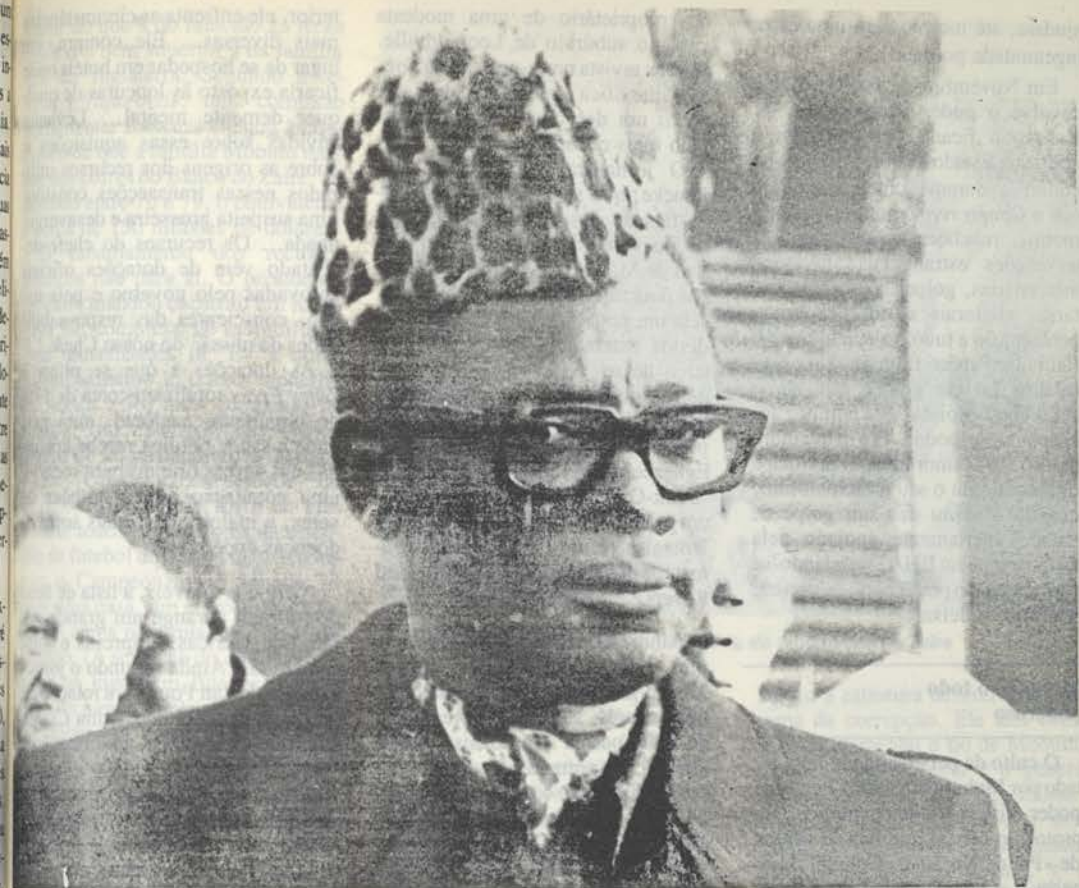
Esses antecedentes não impediram que Mobutu se tornasse um dos assessores de Lumumba quando a independência do Congo foi discutida na capital belga em 1960. Lumumba, dando provas de uma grande magnanimidade, desculpou as delações, afirmando que Mobutu ganhava muito pouco como bolseiro e que era difícil resistir às tentações

da polícia belga, que mantinha um eficiente serviço de suborno de estudantes congolezes para obter informações sobre os movimentos a favor da independência da colónia. Aproveitando-se da boa fé do mais importante líder da independência do Congo, Mobutu expandiu as suas actividades como informador passando a prestar serviços também para a Agência Central de Inteligência dos EUA (CIA) após a independência, já em Kinshasa. O escritor norte-americano Charles Howard chegou a afirmar que durante vários meses no segundo semestre de 1960, Mobutu passava todas as noites na Embaixada norte-americana e usava inclusive o helicóptero do embaixador Clare Timberlake.

É durante esse período que o ex-sargento dactilógrafo, Josef Desiré Mobutu realiza uma meteórica ascensão na hierarquia militar. Antes da independência, em Junho de 60, ele era um obscuro oficial, que tinha, no entanto, influentes ligações com os belgas e norte-americanos. Quando Patrice Lumumba assumiu a chefia do primeiro governo independente, Mobutu passou a capitão, e em Agosto já era coronel. Nessa época, já Lumumba enfrentava a rebelião separatista do Catanga, liderada por Moisés Tschombé e pelas tropas belgas.

Enquanto o primeiro-ministro apelava para a justiça, legalidade e respeito na tentativa de acabar a secessão da província mais rica do país, Mobutu manipulava os bastidores do poder, assumindo o cargo de comandante do Estado Maior do Exército. E foi nesse cargo que decretou unilateralmente um cessar-fogo no momento em que as tropas fiéis a Lumumba estavam prestes a derrotar os amotinados. Era mais uma traição.

A rebelião do Catanga marcou o fim trágico das esperanças de Lumumba e do MNC em instalar um



regime nacionalista no então Congo. Quando as tropas leais ao primeiro-ministro aniquilaram a rebelião separatista, formou-se uma formidável aliança entre a igreja (que acusava Lumumba de ser ateu), os belgas e norte-americanos (que temiam um pedido de ajuda à URSS depois da ONU ter negado tropas para acabar com a secessão) e todos os membros corruptos da nova elite congoleza que aspirava ao poder depois da independência. Dentro dessa aliança, Mobutu jogou mais uma vez um papel dúbio e sinistro. É ele que depois de prender Lumumba, assume o poder e entrega-o ao facinoroso Moisés Tschombé. Lumumba é morto num episódio em que Mobutu mostrou mais uma vez a sua vocação para trair o homem que sempre o

Mobutu começou as suas actividades políticas prestando serviços à Agência Central de Informações (CIA)



Patrice Lumumba fundou o Movimento Nacional do Congo (MNC) para lutar pela independência do país

ajudara, até mesmo com uma certa ingenuidade política.

Em Novembro de 1960, Mobutu devolve o poder ao presidente J. Kasavubu ficando apenas com a chefia do Estado Maior. Posição que conserva durante cinco anos, em que o Congo viveu uma sucessão de motins, rebeliões separatistas, intervenções estrangeiras, invasões mercenárias, golpes, conspirações, farsas eleitorais e uma obcecada perseguição a tudo o que lembrava a figura de Patrice Lumumba. O descalabro foi tão grande que até o assassino Moisés Tschombé foi chamado ao poder. Em Novembro de 1965, a desmoralização política e militar atingiu o seu grau mais alto, quando Mobutu deu um golpe de Estado abertamente apoiado pela Bélgica e pelos EUA, instalando-se novamente no poder para, desta vez, não mais o deixar.

Mobutu, o todo poderoso

O culto da personalidade implantado por Mobutu nos seus 17 anos de poder atingiu limites extremos. No protocolo oficial, ele tem os títulos de «Pai da Nação», «Grande Timoneiro», «Guia Supremo do Povo», havendo numerosos políticos que chamam Mobutu também pelo nome de «Messias Negro». Quando ele retorna de uma das suas numerosas viagens ao estrangeiro, funcionários do governo penduram faixas no aeroporto com os seguintes dizeres: «Presente ou ausente, Mobutu Sese Seko é o nosso ídolo». O mesmo ritual é seguido quando o presidente do Zaire viaja para fora do país. No trajecto até ao avião, ele passa por arcos com flores nos quais estão faixas anunciando que o «Grande Timoneiro retoma o seu bastão de peregrino para defender os interesses da África no exterior».

Enquanto o povo do Zaire sofreu um rápido processo de empobrecimento nos últimos dez anos, período em que a queda do poder aquisitivo foi calculada em 53%, a fortuna pessoal de Mobutu cresceu na proporção de quase 2.000%. Em 1960, ele

era proprietário de uma modesta casa no subúrbio de Leopoldville. Hoje, a revista norte-americana *Fortune* classifica o presidente do Zaire como um dos cinco chefes-de-Estado mais ricos do mundo.

O jornalista belga Frank Van Poucke, que se especializou na investigação dos bens do presidente do Zaire, afirma que a fortuna pessoal de Mobutu deve girar em torno dos dois mil milhões de dólares, ou seja um pouco menos de metade da dívida externa do país. Quase um terço desses bens estão no estrangeiro, nomeadamente na Bélgica, Suíça e França. Na Bélgica, Mobutu possui uma enorme propriedade em Eghezée, duas mansões em Rhode-Saint-Gnène, outra em Genêts, um palacete na avenida Lequine, em Bruxelas, e um edifício de apartamentos de dez andares no Boulevard Reyers.

Ainda na capital belga, Mobutu tem o chamado «Palácio Josephine», na avenida Tervuren, com três andares. No total, o presidente do Zaire possui 24 imóveis registados em seu nome ou no de parentes próximos, como o seu tio Litho Moboti Nzonboyo, ou o seu sobrinho Moleka. Em Paris, Mobutu tem um sumptuoso apartamento na aristocrática avenida Foch, o reduto preferido dos milionários e celebridades do *jet set* internacional. A lista de propriedades europeias estende-se ainda à Suíça (um chalé de Inverno na região de Genebra e uma propriedade de seis hectares em Cully, registada no nome de Antoinette Mobutu); à Espanha (uma luxuosa vila no Mediterrâneo), um palácio em Bangui, capital da República Centro-Africana, e uma mansão em Abidjan, na Costa do Marfim.

Ao explicar o grande número de propriedades no exterior, a agência oficial do Zaire, a *Zaire-Press*, afirmou: «O povo do Zaire não vê nada de anormal no facto do presidente da República comprar imóveis na França, Suíça e Bélgica. A segurança do nosso Guia é para nós uma exigência fundamental, porque nas suas numerosas deslocações ao ex-

terior, ele enfrenta as circunstâncias mais diversas... Ele compra, em lugar de se hospedar em hotéis onde ficaria exposto às loucuras de qualquer demente mental... Levantar dúvidas sobre essas aquisições e sobre as origens dos recursos utilizados nessas transacções constitui uma suspeita grosseira e desavergonhada... Os recursos do chefe-de-Estado vêm de dotações oficiais aprovadas pelo governo e pela nação, conscientes das responsabilidades da missão do nosso Chefe...»

As dotações a que se refere a *Zaire Press* totalizam cerca de 17% do orçamento nacional, num país onde a saúde pública recebe apenas 2% das verbas oficiais para socorrer uma população de 22 milhões de seres, a maioria dos quais sofre de doenças endémicas.

Além dos imóveis, a lista de bens de Mobutu abrange um grande número de fábricas, empresas e lojas comerciais. Ainda segundo o jornalista Frank Van Poucke, a relação de propriedades inclui: a firma *Congo Lux*, que monopoliza a fabricação e venda de móveis; a *Zaire Pneus*, detentora do monopólio dos pneumáticos; as empresas construtoras imobiliárias *Coleten* e *Safricas*, responsáveis por todas as obras estatais; a companhia de transportes *Sidma*; a empresa de autocarros *S.T.K.*, que monopoliza os transportes interurbanos no Zaire; as publicações *Actualités africaines* e *La Tribune*, sem falar na Agência *Zaire Press*; e a sociedade distribuidora de filmes para cinema e televisão *Congovex*, na qual está associado a Pierre Davister, o antigo porta-voz dos interesses coloniais belgas.

Associado a parentes e amigos estrangeiros, Mobutu controla ainda a poderosa *Sozacom*, que comercializa os minerais extraídos no país; a *Companhia Marítima do Zaire*; a empresa distribuidora de água, gás e electricidade *Snelregideso*; a empresa de extracção de diamantes *Miba* e a riquíssima *Gecamines*, responsável pela exploração do cobalto, cobre e manganês.

A avaliação global da fortuna de Mobutu Sese Seko foi considerada

maior do que a do falecido xá Reza Pahlevi e bem superior à da família real da Inglaterra. Segundo a revista *Afrique-Asie*, uma comissão parlamentar francesa chegou à conclusão de que a família Mobutu retirou dos cofres do Banco do Zaire, no período entre 76 e 79, o equivalente a cerca de 150 milhões de dólares.

O esbanjamento dos recursos públicos não pára aí. O presidente do Zaire mandou construir em Kinshasa um complexo de radiodifusão para transmissões de TV a cores sofisticadíssimo. É o mais moderno da África e foi todo comprado na França, isto num país que dispõe apenas de 20 mil aparelhos de televisão. Outra excentricidade do «Grande Timoneiro» foi a de apresentar todos os jogadores da selecção de futebol do Zaire classificados para o Campeonato do Mundo 78 com uma casa, um carro e uma passagem aérea para qualquer lugar do Mundo. (A selecção do Zaire perdeu todos os jogos em Buenos Aires). Mobutu pagou também dez milhões de dólares a George Foreman e Cassius Clay por um combate boxe em Kinshasa em 1974. Foi o maior cachet já alguma vez pago a pugilistas em todo o mundo.

Mobutu e a «cleptocracia»

Uma fortuna tão grande só poderia ter sido acumulada com a ajuda de um eficiente sistema de corrupção instaurado em todos os níveis do poder. O processo de enriquecimento ilícito acentuou-se a partir de 1970 e ganhou um impulso adicional depois de Novembro de 1973, quando Mobutu proclamou a «zairização» de toda a economia do país. Esse processo apontava para uma nacionalização (mesmo disfarçada) do Zaire mas, na verdade, serviu para aumentar ainda mais os bens do presidente da República.

O programa de «zairização» fez com que 15 mil pequenos comerciantes estrangeiros perdessem os seus bens e fossem proibidos de trabalhar. Muitos deles foram sumariamente expulsos do país. Os nomes belgas das cidades, rios e regiões geográficas foram mudados.



A dívida externa consumia em 1980 35 % do rendimento do Zaire

Assim, a antiga capital Leopoldville passou a chamar-se Kinshasa, o mesmo ocorrendo com Elizabethville (agora Lubumbashi), Stanleyville (Kisangani) e Coquilhatville (actual Mbandaka).

O projecto foi apresentado à opinião pública africana como uma ambiciosa tentativa de eliminar todos os vestígios do colonialismo belga. Mas, na verdade, acabou por se transformar numa triste demonstração de clientelismo político, sem que nenhum dos grandes interesses económicos transnacionais tenha sido drasticamente atingido. Os amigos de Mobutu foram, por exemplo, agraciados com propriedades e empresas como foi o caso do obscuro Ngunza, um professor de «mobutismo» na Universidade do Zaire, que herdou a cadeia de lojas *Amato Irmãos*, cujos antigos proprietários portugueses foram obrigados a deixar o país.

O chefe de gabinete do presidente, recebeu de presente uma vasta área rural. O general Bumba ganhou o monopólio da pesca no lago Tanganica e a esposa de Mobutu recebeu um «dote» de 14 empresas de exploração agrícola. Nos anos posteriores à «zairização»,

surgiu a estrutura definitiva do sistema de corrupção. Ele tem como tripé fundamental o tio de Mobutu, Litho, o filho Wema e o general Bolosi, chefe da segurança militar. Também estão agregados a esse grupo, o responsável pelo planeamento económico, Bokana, e o chefe da segurança civil, Seti. Entre os estrangeiros envolvidos na clientela mobutista estão o belga M. Tempelman e o francês Pierre de la Tribouille.

O sistema de corrupção estabeleceu-se como uma pirâmide em cuja base estão os membros do partido único, Movimento Popular Revolucionário, e os militares menos graduados. Qualquer transacção traz implícita uma comissão para o responsável do governo, variando as percentagens entre 20 e 50%. Os soldados e os polícias recebem em «luvas» o equivalente a quatro ou cinco vezes o seu salário. E o próprio Mobutu, chegou a afirmar publicamente, num discurso pronunciado num quartel perto de Bukavu, há três anos: «Podem roubar, mas roubem inteligentemente.»

O acesso de franqueza do «Guia» irritou os funcionários do Fundo

Monetário Internacional que, na mesma ocasião, estavam em Kinshasa para investigar as causas da enorme dívida externa de cinco mil milhões de dólares do Zaire. Uma dívida que, em 1980, consumia 35% de todos os rendimentos auferidos pelo país.

A cúpula do regime patrimonial do Zaire cometeu desvarios económicos incalculáveis, que implicaram uma sangria violenta dos recursos financeiros do país. Além do complexo de radiodifusão, foram feitas obras que hoje se encontram ou ociosas ou funcionam apenas a 30% da sua capacidade. É o caso da construção da maior linha de transmissão eléctrica do mundo, numa extensão de mil quilómetros de cabos de alta tensão, que custaram cerca de mil milhões de dólares.

Outro exemplo é a construção de uma sofisticada siderurgia para aços finos que trabalha com custos operacionais cinco vezes superiores aos do produto importado.

Muitos destes projectos foram desenvolvidos para benefício exclusivo dos fornecedores estrangeiros e dos assessores de Mobutu. A firma transnacional *Alusuisse* está a construir um complexo de fundição de alumínio no valor de mil milhões de dólares, recebendo energia eléctrica quase de graça, além de ter o direito de vetar, pelo prazo de dez anos, a construção de qualquer fábrica similar em território do Zaire. Outros mil milhões de dólares estão a ser gasto na construção de um terminal marítimo de águas profundas em Banana, provocando a imobilização a médio prazo do porto de Matadi, distante poucos quilómetros. O porto de Matadi foi totalmente reformado há dez anos, ao custo de 250 milhões de dólares e pode receber navios de grande calado.

O empobrecimento galopante

O balanço dos 17 anos de «reinado» de Mobutu é trágico. O rendimento *per capita* médio é hoje de 90 dólares por ano, superando na África apenas o Chade, Etiópia, Alto Volta, Mali, Burundi e Ruanda. A queda do poder aquisi-

tivo desde 1967 foi calculada oficialmente em 53,5%, embora extra-oficialmente se diga que essa cifra esteja muito aquém da realidade. O jornal *Le Monde* garante que o aumento dos preços nos últimos cinco anos foi de 500%.

Jules Chomé, autor do mais importante livro sobre a situação no Zaire, afirma que um operário de Kinshasa tem hoje que trabalhar 26 semanas para comprar uma peça de tecido que há 15 anos lhe custava apenas quatro semanas de trabalho. Um saco de farinha custava em 1960 cinco dias de trabalho. Hoje, custa 17.

Há 20 anos, o Zaire exportava alimentos. Hoje importa 40% da comida que consome. O Produto Interno Bruto regista índices negativos desde o início da década de 70. O deficit nas finanças públicas quadruplicou em cinco anos e a moeda nacional foi desvalorizada em 300% de 1975 até hoje.

O resultado do mobutismo é a população do Zaire ser hoje uma das mais pobres do mundo. O fenómeno da fome endémica tornou-se uma realidade chocante, agravada pelo crescente número de refugiados vindos de países vizinhos. A mortalidade infantil está hoje entre as mais altas de todo o continente negro enquanto a esperança de vida caiu dos 50 para os 40 anos desde 1970. Não há números disponíveis sobre desemprego, mas fontes não-oficiais calculam que ele atinge o espantoso total de 40% da força de trabalho.

O drama da oposição

Num quadro como este, causa surpresa o facto de Mobutu continuar a governar sem que o seu poder seja contestado por uma oposição forte. Nem mesmo no exército há qualquer tipo de contestação da parte de elementos menos beneficiados pela corrupção, pelo menos publicamente. Mobutu chega a ser comparado com o deposto Somoza na Nicarágua ou com o regime duvalierista, no Haiti, e a Stroessner, no Paraguai, em matéria de despotismo.

O regime exerce o seu poderio repressivo contando com a aberta colaboração de forças estrangeiras. Na última rebelião na província do Shaba (1978), tropas da Bélgica e da França, com o aberto apoio dos Estados Unidos, garantiram a sobrevivência do governo Mobutu (ler neste número entrevista com Karl I Bond). Actualmente encontram-se no Zaire 80 assessores militares franceses responsáveis pelo treinamento da 31.ª Brigada do Exército, estacionada perto de Kinshasa. Os belgas fornecem instrução aos três mil soldados da 21.ª Brigada estacionada em Kolwezi, na região mineira. E finalmente a República Popular da China fornece instrução à 41.ª Brigada, perto de Kisangani, no norte.

Sem essa assistência estrangeira, os 70 mil soldados do exército do Zaire não teriam condições para resistir a uma rebelião geral. Os soldados ganham o equivalente a 100 dólares por mês, e só podem sobreviver roubando e extorquindo.

Num quadro de corrupção e repressão como este, é natural que os grupos oposicionistas enfrentem enormes dificuldades para se organizarem. Logo depois do segundo golpe de Mobutu, em 1965, a maior parte dos movimentos antimobutistas escolheu a insurreição armada rural como a sua estratégia de luta pelo poder. Foi o caso do Movimento Nacional Congolês, criado por Patrice Lumumba na década de 50. O MNC foi substituído mais tarde pelo Comité Nacional de Libertação (CNL) que, em 1967, sofreu uma cisão com o surgimento do Partido Revolucionário Popular (PRP), reunindo os elementos mais politizados e radicalizados do lumumbismo. Os adeptos do PRP criaram vários focos guerrilheiros na parte norte da região de Shaba e ao sul de Kiwu.

Em 1976, surgiu a Frente de Libertação Nacional do Congo (FLNC) responsável pelas duas rebeliões na província de Shaba, em 1977 e 78, que só foram sufocadas graças à ajuda dada por belgas, franceses, marroquinos, norte-americanos e egípcios ao presidente Mo-

butu. A FLNC é formada por bases localizadas na província de Shaba. É um movimento que conta com cerca de 1500 homens armados e que esteve envolvido nas duas revoluções separatistas no Shaba, em 77 e 78. O PRP e a FLNC tentaram uma coordenação conjunta das suas acções, mas a frente comum não chegou a produzir resultados significativos.

O grande problema que atingiu tanto o PRP como a FLNC foi o erro estratégico de basear as suas acções na zona rural, esquecendo o trabalho político dos sectores urbanos. Numa situação de empobrecimento drástico, com o aumento do êxodo em direcção às cidades por absoluta escassez de comida e pela presença maciça de tropas do governo, ambos os movimentos foram afectados pela falta de apoio das populações rurais.

Hoje, tanto o PRP como a FLNC fizeram uma autocritica da sua acção no passado, estimulados pelo facto de os sectores urbanos começarem a demonstrar um grau crescente de rebeldia. Os dois movimentos chegaram à conclusão de que a luta para levar a rebelião do campo para a cidade estava a defrontar-se com enormes dificuldades. O alto grau de dispersão das tribos do interior, as migrações e o crescimento das seitas messiánicas tornavam muito lento o trabalho de consciencialização política, agravado ainda pela diversidade de dialectos e de grupos tribais. Enquanto isso, nas cidades, os estudantes e a empobrecida classe média urbana começavam a dar sinais evidentes de inquietação. O ex-embaixador do Zaire no Irão, Mbeka Makosso, fundou em 1978 a Organização de Libertação do Congo (OLC), seguindo dois anos mais tarde pelo ex-ministro da Educação, Mungul Diaka, fundador do Conselho de Libertação do Congo (CLC). Da mesma forma, sectores parlamentares da província de Kasai, divulgaram em Dezembro de 80 uma carta contendo severas acusações ao regime mobutista. Os treze autores da carta foram destituídos dos seus cargos e privados dos seus direitos políticos antes mesmo da divulgação



O próprio Mobutu reconhece que a situação do país é extremamente difícil.

do documento.

O caso mais recente foi o do ex-primeiro-ministro Nguza Karl I Bond, que passou à oposição durante uma viagem a Bruxelas, onde divulgou um manifesto chamado «Apelo de 30 Junho» no qual se apresenta diante de europeus e norte-americanos como uma alternativa «decente» à decadência da oligarquia de Mobutu Sese Seko. Até mesmo a igreja do Zaire rompeu o silêncio em relação ao governo ao divulgar, no final do ano passado, uma mensagem condenando violentamente os desrespeitos pelos direitos humanos no país. No começo de Fevereiro de 82, o governo foi obrigado a fechar a Universidade do Zaire perante o aumento dos protestos estudantis.

A situação no país é extremamente difícil. O próprio Mobutu reconhece que a estrutura oficial está corrompida de alto a baixo e que a população já não mostra o mesmo grau de submissão dos anos imediatamente posteriores ao golpe de 1965. A chamada «velha guarda» está a ser chamada de novo ao poder numa tentativa de o governo poder tentar recuperar um mínimo de solidez política. Com Nguza Karl I Bond, essa tentativa fracassou. Mas outros velhos companheiros de Mobutu, como o ministro dos Negócios Estrangeiros Bomboko Lokumba,

esqueceram antigas divergências para continuar no poder. Bomboko já foi afastado do governo em duas ocasiões anteriores por divergências com Mobutu, mas voltou a apostar na continuidade do «Grande Timoneiro».

Depois da vitória de François Mitterrand em França, Mobutu não confia mais no apoio de Paris ao seu regime. Durante os anos de Giscard d'Estaing, o dirigente zaireense teve sempre a certeza de que as tropas francesas não vacilariam em salvar o regime do MRP no caso de qualquer rebelião. Mas com os socialistas no poder em Paris, Mobutu resolveu apostar em Ronald Reagan, contando com as simpatias de Alexandre Haig, um homem obcecado pela guerra dos recursos minerais.

O preço da aliança com Washington é, porém, a aceitação das regras impostas pelo Fundo Monetário Internacional para reescalonar a vultosa dívida externa do Zaire. Negociar com o FMI tem sido tradicionalmente na África uma decisão muito arriscada, porque ela está quase sempre associada a golpes de Estado. Em países onde a população já vive em condições muito duras, aceitar as regras draconianas do FMI (encarecimento ainda maior do custo de vida) é quase uma senha para a conspiração. Foi isso que aconteceu recentemente no Gana. □



Na grande ou pequena intervenção damos-lhe a garantia da nossa experiência

- *montagem de estruturas metálicas
pórticos
pontes rolantes e transportadores*
- *movimentação, elevação
montagem de equipamentos pesados*
- *montagem de torres processuais
reservatórios de armazenagem*
- *pré-fabricação e montagem de tubagem*
- *montagem de equipamento rotativo*
- *cedência de pessoal especializado*

servimos as indústrias:

petróleos
petroquímica
química
cimentos
naval
energia
celulose
papel
siderurgia
mineira
agrícola
alimentar

TONUS

Montagem e Aluguer de Máquinas, Sarl

Lisboa – Porto – Setúbal – Sines

Sede: Av. 5 de Outubro, 114-1.º Dt.º – 1000 Lisboa

Zaire

Karl I Bond

«Quero tomar o poder!»

O ex-primeiro-ministro de Mobutu, agora exilado na capital belga, confia os seus projectos, revela os seus apoios e desvenda os bastidores do regime de Kinshasa.

António Tavares-Telles ✧



Nguza Karl I Bond

com quarenta e três anos, começou a sua carreira em 64, como adido na Embaixada do Zaire em Bruxelas.

É evidente, em Nguza, a sua precocidade de demarcar-se de Mobutu; ele que fez, contudo, quase toda a sua carreira no interior do regime que hoje recusa, à sombra do «velho» leader, que hoje condena. Carreira aliás bem preenchida. Senão vejamos:

Em 66, deixa Bruxelas, passando a ser, até 73, representante do seu país na ONU e embaixador em Ge-

nebra. Regressa então ao Zaire, onde é nomeado ministro dos Negócios Estrangeiros. Em 74, entra para a Direcção do Bureau político do MRP (Movimento Revolucionário Popular), o partido único zairense. Em 77, é nomeado vice-presidente do Conselho de Ministros. É, aliás, nessa qualidade que, no dia 17 de Agosto desse mesmo ano, ele é detido, por crime de «alta traição». Em 13 de Setembro seguinte é condenado à morte; e só a pressão das potências ocidentais, em particular dos Estados Unidos (que puseram como condição à atribuição do auxílio económico ao Zaire que veio a concretizar-se no chamado Plano dos cinco pontos a libertação dos prisioneiros políticos, em particular a de Nguza) o salvou da execução. Libertado em Julho de 78, ele é nomeado, de novo, ministro dos Negócios Estrangeiros; e, em 27 de Agosto desse mesmo ano, primeiro-ministro. Itinerário político, como vemos, não só excepcionalmente rápido mas também, inequivocamente, contraditório. Sobre tudo no que diz respeito ao seu regresso aos mais altos postos da governação após ter sido condenado à morte por Mobutu (e por este pessoalmente torturado, segundo nos afirmou); e também se levamos em conta quer as suas declarações, quer toda a sua actividade como opositorista ao regime que, desde o dia 19 de Abril de 81, data em que se

(*) *Escritor e jornalista independente*

Será que, numa ampla e luxuosa vivenda de uma avenida calma de Rhode-St. Genèse, bairro residencial rico dos arredores de Bruxelas, vive hoje, com o estatuto de mero residente estrangeiro, o futuro presidente da República do Zaire?

Refiro-me a Nguza Karl I Bond, o ex-primeiro-ministro de Mobutu, desde há quase um ano «exilado» na Bélgica; e, a avaliar pela confiança que demonstra em si mesmo e nos apoios, internos e externos, de que diz dispor, assim como pela certeza com que afirma que o regime de Kinshasa está irremediavelmente condenado, ele não parece duvidar um segundo de que isso virá a acontecer: (ver *cadernos do terceiro mundo* n.º 37). E quanto mais cedo melhor; porque, segundo ele diz, «a situação económica do país é catastrófica e o regime vive encerrado numa espécie de círculo vicioso, de imobilismo. Para sair dele» — continua — «é preciso uma vontade política que se exprima numa gestão rigorosa e transparente das Finanças públicas; e, se isso acontecer, com a publicação das contas saber-se-á para onde vai o dinheiro».

Quem é Karl I Bond?

Mais baixo que alto mas forte, forte como um touro, Nguza, hoje

demituiu, por carta enviada de Bruxelas, do seu posto de primeiro-ministro, tem mantido intensa e continuamente.

«Demitui-me para estar em paz com a minha consciência e de acordo com os meus princípios», afirmou, em 17 de Maio de 81, ao jornal francês «Le Monde». Ora, onde estava a paz de consciência de Nguza Karl I Bond, ao longo dos 16 anos em que serviu Mobutu? Por onde andavam, então, os seus princípios? Foram as questões que começámos por por-lhe. Aguardava-as, é claro. E tinha a resposta preparada:

— Essa é uma questão fundamental. Você põe todo o problema da minha acção política e da minha credibilidade. Assim como o da credibilidade de toda a oposição, que eu represento hoje, ao regime de Mobutu.

Para começar, é preciso que leve em conta uma coisa: a maior parte dos zairenses, intelectuais ou não, colaboraram com Mobutu. Isso não quer dizer necessariamente que eles foram ou são os chamados barões do regime. Havia, é claro, o grupo de que Mobutu fazia parte, o grupo de Binza, grupo de amigos políticos, tais como o antigo governador do Banco do Zaire, Nundele; Bomboko, Nendaka, Adula, etc., que tomaram o poder. Ora, eu nunca fiz parte desse grupo. É preciso conhecer a história do nosso país: eu sou originário do Shaba, onde houve, em 63, a secessão catanguesa, na qual não participei porque ainda era, então, estudante (em Lovaina, na Bélgica); e posso dizer-lhe que só em 64 eu cheguei a Kinshasa. Eu sou um homem do Catanga; e só em 64, repito, me defrontei com a realidade do Congo inteiro.

Sobrinho de Tchombé

— Mas era um personagem muito importante, dos mais importantes, do regime!

— Era, mas porquê? Justamente porque eu constituía um elemento de equilíbrio. Porque eu sou um homem importante, no Shaba, onde sou muito popular. Eu sou sobrinho de Moisés Tchombé. Na realidade,

escolhendo-me para ministro dos Negócios Estrangeiros e, mais tarde, para primeiro-ministro, o senhor Mobutu estava a estabelecer um equilíbrio nacional, de repartição geográfica equilibrada do poder. Mobutu podia dizer: «mesmo a gente do Shaba está no meu governo. O meu governo é um governo de unidade nacional! Nguza não tem um posto qualquer, é ministro dos Negócios Estrangeiros, é primeiro-ministro».

— Achava, nessa altura, que essa transformação do regime passava necessariamente pela queda de Mobutu?

— Nessa altura, eu achava que o próprio Mobutu poderia ser reformável. Que havia maneira de fazer-lhe compreender a necessidade de um poder balanceado e evitar os abusos do poder, com um Parlamento eleito e deputados livres de exprimir a sua opinião. Pensava, mesmo, que era possível fazer-lhe aceitar a criação de um outro Partido. De um contra-poder. E, em 72, 73, a discussão era bastante livre. Foi mais tarde que tudo mudou: fizemos a viagem à China, à Coreia, e foi então que ele começou com a história dos uniformes — não se podia vestir outra coisa; que o Ministro da Informação passou a chamar-lhe guia, timoneiro; e que o Governador de Kinshasa, num comício, chegou a chamar-lhe Messias negro, filho de Maria, etc., etc. Aí, tudo ficou falseado. E a nossa decepção foi grande. Digo nossa, porque foi a de muita gente. Um opositor como o é Mungul Diaka era, então, o Secretário-geral do Partido.

Ora, quanto mais se avançava, mais nós sentíamos que o que Mobutu queria era uma concentração de poderes cada vez maiores nas suas mãos. E que elementos como nós tínhamos passado a ser, para ele, elementos marginais; e, mesmo,

Condenação à morte e regresso ao poder

Em 77, Nguza é preso, acusado de «alta traição»: Mobutu diz que

ele está implicado na Operação chamada Shaba-1.

— Que pode dizer-me, a esse respeito?

— Fiquei tão surpreendido com a minha prisão como com Shaba-1. Nunca tive contactos com os generais catangueses. É evidente que, porque sou catangues, muitos desses jovens me conheciam; mas nunca tive contactos de convivência com eles.

— Conclusão: foi preso em Agosto de 77, condenado à morte em Setembro, graciado logo a seguir (dois dias depois) e libertado em Julho de 78. Em Março de 79 é nomeado ministro dos Negócios Estrangeiros! Negociou a sua libertação? Ficou a devê-la a alguém? Aos seus «amigos» ocidentais? Comprometeu-se com eles?

— Não. Mas vamos lá a ver as minhas relações com os Ocidentais: quando eu hoje me dirigo a eles dizendo-lhes que cessem o seu apoio ao regime de Mobutu, porque esse regime conduz o povo para a miséria e que o povo acabará por confundir-se com o regime que apoiam, é porque eu sei que Shaba-1, foram os Ocidentais que salvaram Mobutu; Shaba-2, a mesma coisa; a situação económica, são os Ocidentais que pagam para salvar, desesperadamente, o regime. Acontece, porém que, após Shaba-2 — eu estava na prisão, nessa altura — os Ocidentais puseram a Mobutu cinco condições para continuar a apoiá-lo: controle do Banco do Zaire por instâncias internacionais, controle do Departamento de Finanças, boa vizinhança com Angola, libertação dos prisioneiros políticos e, enfim, liberalização do regime. Foi graças à quarta condição que eu fui libertado, e graças à quinta que eu voltei a entrar para o Governo: liberalização do regime para uma reconciliação nacional. Devo dizer que, nessa altura, eu já não acreditava minimamente no senhor Mobutu. Mas os Ocidentais — é a primeira vez que eu digo isto a um jornalista — insistiram na minha entrada para o Governo. Ora, os Ocidentais têm interesses importantes no Zaire e consideram-no como um país estratégico.

e eu sei que, quem quer que seja que queira forçar a situação no Zaire tem de contar com eles. É uma realidade que não adianta escamotear. Seria uma falta de lógica da minha parte não levar isso em conta. Os Ocidentais exprimiram, pois, o desejo de que eu entrasse para o Governo, justamente para permitir essa operação de reconciliação nacional. Disse-lhes que não. Responderam-me: «Nós seremos os garantes da liberalização do regime e da sua segurança pessoal.» Minha e doutros, aliás. E acrescentaram: «É essa a melhor solução, de momento.» Acabei por aceitar. Isto, repito, porque a presença ocidental no Zaire é uma realidade que não pode ser ignorada. O que não quer dizer que eu procuro ser um criado dos Ocidentais. Procuro, apenas, ser realista, propor transformações realistas para o meu país.

— Quando, no início de 81, decidiu abandonar o Zaire, demitir-se e fixar-se na Bélgica, consultou previamente os seus «amigos»?

— Não, decidi sozinho. Tem de compreender uma coisa: eu regresso ao Zaire, em 79, porque havia garantias internacionais sobre cinco pontos, que Mobutu passou a espezinhar, nas barbas dos Ocidentais. E estes calavam-se. Eu disse-lhes: as vossas garantias são de complacência: parlamentares presos e vocês não dizem nada; o Parlamento não pode falar, e vocês nem sequer protestam! Onde estão as garantias?

— Mas o senhor era, então, o primeiro-ministro de Mobutu. Não protestava perante ele?

— Tive muitas discussões com ele. Cheguei a dizer-lhe: assim, tudo acabou. Você não respeita nada. Ele respondeu-me: Quem é que manda aqui? Quem é o chefe deste país: tu ou eu? Não respondi. Preferi por-me de lado e reflectir. E acabei por dizer-lhe que não me sentia bem e que vinha à Europa tratar-me. A minha decisão de demitir-me é não só um protesto contra o regime de Mobutu mas também contra o silêncio culpável do Ocidente. A minha declaração ao Congresso americano foi feita à volta disso mesmo.



«No Shaba-1 e no Shaba-2 foram os ocidentais que salvaram Mobutu...»

Actividade Oposicionista no «exílio»

A referência de Nguza Karl I Bond à sua declaração ao Congresso americano exige aqui uma informação sobre a actividade do ex-Primeiro-ministro zaireense desde que se encontra «exilado» na Bélgica.

Tendo-se demitido, como já atrás ficou dito, em Abril de 81, através de uma carta a Mobutu, enviada de Bruxelas, ele procurou, a partir de então, reunir à sua volta todas as forças oposicionistas ao regime de Kinshasa sediadas no exterior. Isto porque, segundo ele, conta com muitos e fortes apoios no interior do país. Não me citou nomes, evidentemente («Se eu citar nomes, no dia seguinte essas pessoas serão presas»). Mas afirmou-me:

«Os meus apoios no interior são sobretudo militares. Tenho contactos no próprio círculo de Mobutu, inclusivamente na sua família. Tenho até em meu poder cartas de filhos dele, que eu não utilizo porque sou um homem educado e porque o meu combate é um combate de ideias. Por outro lado, conheço o círculo de Mobutu melhor do que ninguém. Sei quem é quem e o que é que essa gente pensa. E, quando lhe digo que tenho contactos a esse ní-

vel, pensei e repensei essa frase antes de a pronunciar.»

No sentido de reunir, pois, essas forças oposicionistas exiladas, até hoje dispersas, Nguza começou por lançar, em Junho findo, o que ele chamou de «Apelo do 30 de Junho de 81», longo documento de 60 páginas, no qual, dirigindo-se aos seus «caros compatriotas», «na ocasião do vigésimo primeiro aniversário da (nossa) independência e do nascimento da República», os convida a «juntar-se à acção de renovação e de recuperação nacional (...) para tirar o país do impasse e do imobilismo que ameaçam a sua existência».

Sobre este tempo que medeia entre o seu pedido de demissão, em Abril de 81, e o lançamento do seu «Apelo do 31 de Junho», passando, aliás, pelo anúncio da sua candidatura, para 84, à Presidência da República, Nguza dir-me-ia:

— Após a minha demissão, deixei passar um mês, dois, a ver o que acontecia. À espera de notícias. Para ter a certeza de que uma acção da minha parte não punha em perigo a vida daqueles que Mobutu diz que eu abandonei no Zaire. Foi então que iniciei uma acção muito prudente. E propus a minha candidatura à Presidência. Não podia, ainda, desvendar os meus projectos. Era muito cedo. Mas Mobutu percebeu

logo: ele não é burro. E até ameaçou o Governo belga. Ele sabe que o opositor que tem em face dele é forte. E muitos homens políticos zairenses que estão aqui exilados compreenderam e aceitaram perfeitamente a minha *atitude*. Em seguida, tomei, então, uma posição de força; e encontrei-me com Mungul Diaka, à procura de uma unidade. Para que a acção que eu desenvolvo não possa parecer uma cruzada pessoal. Até porque o não é. O povo decidirá.

Os apoios do Ocidente

Mas tem recebido garantias, apoios?...

— Eu já disse e não tenho vergonha de o repetir: sou um amigo dos Ocidentais. Mas não sou um criado deles. Há opções económicas que é preciso fazer. E há realidades que é preciso levar em conta. Ora, eu estimo que, para o Zaire, a situação mais estável exige uma colaboração estreita com o Ocidente. Mas o Ocidente tomado no sentido mais lato do termo. Para mim, a França, mesmo governada pelos Socialistas e pelos Comunistas, não deixa de ser o Ocidente.

— Mas não vê que haja contradição entre os interesses dos países ocidentais no Zaire e os do povo zairense?

— Perfeitamente. Nós sabemos que o mundo capitalista é baseado no lucro. Nós somos um país jovem, e temos poucos meios para nos desenvolvermos. Dependemos do exterior, por causa do nosso endividamento, por falta de capital e de tecnologia. Mas eu creio que, um dia, nos libertaremos dessa situação. Leia o «Apelo». Toda a última parte da minha exposição é um programa económico. Penso que, para o Zaire, é um grave erro fundar todo o seu desenvolvimento sobre o sector mineiro. Ele é importante no Shaba, no Kasai; mas o sector petrolífero vai também tornar-se muito importante. Embora eu pense que a grande riqueza do nosso país é a agricultura. É nela que devemos concentrar-nos.

Relações com os países africanos

Entraria aqui bem uma questão que, de resto, queria pôr-lhe, sobre as relações que o meu interlocutor encara vir a ter, caso venha a tomar o poder em Kinshasa, com os países africanos de expressão oficial portuguesa, em especial Angola e Moçambique. Mas a conversa desviou-se, e, demasiadamente nesse caso, de um ponto aonde eu pretendia regressar: o do derrube do regime de Mobutu. Porque, sem isso...: Nguza anunciou a sua candidatura à Presidência para 84, mas Mobutu retirou-lhe os direitos políticos por cinco anos! Nguza disse, numa conferência de Imprensa: «Um homem que não cumpriu o seu contrato com o povo deve ter a coragem de ir-se embora.» Mas não era por essa forma que ele esperaria, concerteza, vir a ocupar o lugar de Presidente: Mobutu não se foi embora! Nguza acaba por responder:

— Só me resta uma solução: tomar o poder!

— Mas não teme que os militares, em caso de golpe de Estado, tomem o poder para eles e não para o senhor?

— Há uma coisa que eu posso dizer-lhe: se o senhor Mobutu, em 65, conseguiu obter um consenso, é porque a situação precedente era de caos político. E de falência do Estado. Agora, estamos perante a falência dos militares. Porque Mobutu é um militar. Que outros militares o deponham para tomar o poder, será substituído por um tirano por outro. Não haverá consenso político; e, digo-o desde já, a minha luta continuará. Não podemos encontrar uma solução fora da vontade popular.

— Esteve em diversos países africanos, na sua visita de volta ao mundo, como lhe chamou. Em quais e quais os apoios que conseguiu obter?

— Não me sinto com o direito de citar os chefes de Estado africanos que me receberam e que me deram o seu apoio. E são muitos. Outros, que eu não pude encontrar, enviaram-me delegados seus. Tive contactos muito importantes. E re-

tiro desses contactos uma conclusão que muito me satisfaz: esses chefes africanos têm muita confiança em mim; e, não tenho vergonha em confessá-lo, ajudaram-me financeiramente, assistindo-me, mesmo, no plano pessoal. Isso comoveu-me. No que diz respeito ao Zaire, pude constatar até que ponto a África está desiludida com Mobutu, quase o considerando um anti-africano. Eles estão ao corrente de que ele passou acordos secretos com a África do Sul.

— Acordos de que natureza?

— É segredo. Desculpe não lhe responder, mas eu sou um homem de Estado. Mesmo se ataco o regime, há um mínimo de segredo de Estado que é preciso respeitar.

— Mais uma vez: em que países africanos esteve?

— Olhe, posso dizer-lhe aonde não estive: na África do Sul, por exemplo...

— Quais as relações que, no caso de chegar ao poder em Kinshasa, pensa vir a ter com os países da Linha da Frente, em particular com Angola e Moçambique?

— O senhor pode estar certo de uma coisa: é que eu tenho muito respeito pelo presidente Samora Machel, que me honra com a sua amizade, assim como pelo meu irmão Joaquim Chissano. Posso dizer-lhe que, se eu tiver a responsabilidade do Zaire, o meu desejo será o de ajudar os meus irmãos, deixá-los desenvolver segundo as suas opções políticas e económicas e assegurar-lhes o calor da minha amizade e a do povo zairense. Ou melhor, congolês. Porque eu penso que a primeira coisa que nós faremos é acabar com essa mascarada de mudanças de nomes fantasistas. No que diz respeito a Angola, as relações são ainda mais próximas, porque eu sou Lunda, e nós lundas, estamos dos dois lados da fronteira. Angola tem muitos problemas, que nós conhecemos todos — o Zaire também os tem. Há o problema político angolano. Mas eu penso que o dever do Zaire não é o de atirar pedras a um país irmão, mas sim de ajudá-lo.

Democracia, tribalismo, corrupção

— *Que projecto político defende para o seu país?*

— Eu penso que, no que diz respeito ao Zaire, que acaba de viver 16 anos de ditadura, passar, de um dia para o outro para uma democracia total pode trazer problemas. Será necessário um período transitório, determinado por uma plataforma política e um calendário estritos, para preparar os espíritos, e as instituições, para a democracia. Não se pode derrubar um regime como o do senhor Mobutu e chegar no dia seguinte com eleições e partidos: seria a autarquia, a libertinagem! Por isso eu falei de um governo de salvação pública, de transição entre a longa ditadura e a institucionalização da democracia.

— *Encara um regresso à primeira Constituição zairense, de 60?*

— Devemos regressar, primeiro, à Constituição de 63, de Luluabu, que é uma Constituição que os Zairenses votaram. Ela é uma adaptação da Constituição de 60 à realidade zairense, limitando o número dos partidos. Temos de limitar esse número a dois, três, quatro partidos. Eu diria dois. Que ofereçam uma opção clara à população, para que ela possa sancionar o trabalho do Partido no governo e dar ao outro meios de governar. Para evitar os abusos de poder.

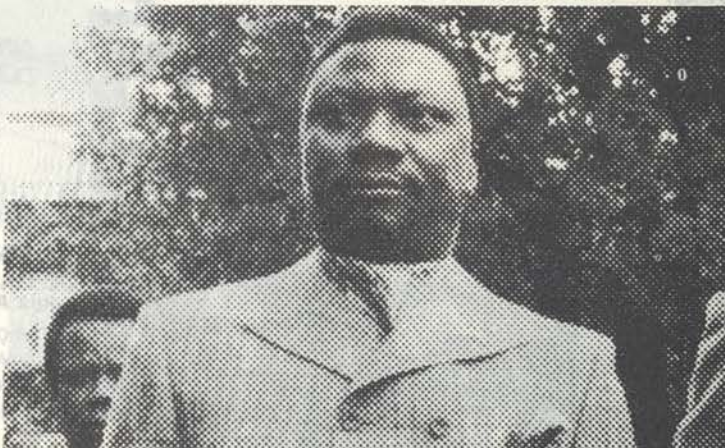
— *Fala em abusos de poder. Como pensa resolver o problema da corrupção, hoje, erigida, no Zaire, em sistema organizado?*

— Pelo radicalismo. Vejamos: porque é que os pequenos entraram nesse sistema de corrupção? Porque os grandes os privam, com essa prática, dos meios a que eles têm direito. Quando não se recebe o salário, é preciso a gente desenrascar-se, para viver. A corrupção dos pequenos corresponde a este desenrascamento.

— *Para terminar, duas questões. A primeira: não tem medo de ver ressurgir a questão das etnias?*

— Mobutu é o maior dos tribalistas! Basta olhar à sua volta: se não é gente do Equador — a sua província

Karl I Bond (na foto em baixo):
«Tive muitas discussões com Mobutu. Cheguel-lhe a dizer: assim tudo acabou. Você não respeita nada. Ele (Mobutu, na foto de cima) respondeu-me: Quem é que manda aqui? Quem é o chefe deste país, tu ou eu? Não respondi...»



— é gente da sua própria tribo. Não, creio que não há nenhum perigo de regresso ao tribalismo.

— *Acredita, consigo no poder, na possibilidade de um Shabà-3?*

— Eu digo que, em vez de ser um elemento de estabilização, Mobutu transformou-se num elemento destabilizador. O Plano dos cinco pontos foi uma ocasião única para resolver o problema dos gendarmes cangangueses. Com a amnistia. E, se os jovens que regressaram tivessem sido bem tratados, havia meio de fazer esquecer a toda a gente esse problema. E resolvê-lo. Mas, a partir do momento em que os primeiros que chegaram foram presos ou mas-

sacrados, os outros tiveram medo. E o problema subsiste. Por culpa do regime.

Eu, considero-me capaz, tendo em conta a minha posição e as minhas relações, de o resolver. Se eu chegar a Kinshasa, chamarei esse pessoal e dir-lhe-ei: Vocês podem regressar. Eu dou-vos todas as garantias. E tenho a certeza de que eles regressarão. Isso passa por duas coisas: a confiança que eles terão que ter em mim; e a confiança entre o governo de Kinshasa e o governo angolano. Mas, claro, quando Mobutu vai fazer reuniões com certos países para tentar derrubar o governo de Luanda... que confiança pode haver? □

EDIÇÕES PORTUGUESAS EM

ÁFRICA

em
co-edição
com o INALD



**A SEMENTE
NA AREIA**
Volodia Teitelboim

O Chile através da clarividência política e do rigor literário de um dos seus principais escritores.

**OS SINOS
DE BASILEIA**
Louis Aragon

O maior escritor francês vivo e o romance que inicia a sua fase realista.

NU ENTRE LOBOS
Bruno Apitz

O grande romance da resistência nos campos de concentração Nazis. Uma criança é salva pela corajosa solidariedade dos presos.

**Os
grandes êxitos
em Angola
como
em Portugal**

na estrada do futuro **editorial CAMINHO**

Dias difíceis para Gukuni Ueddei

A guerra civil no Chade reacendeu-se ainda antes da retirada dos últimos soldados líbios. Pressionado pelo «comité permanente» da OUA a negociar com as forças rebeldes de Habré, o presidente Gukuni Ueddei dispõe de um reduzido campo de manobra

Carlos Pinto Santos

A situação político-militar no Chade, país assolado por 17 anos de guerra civil, caiu num novo impasse.

No plano estritamente militar, a contra-ofensiva desencadeada em Março pelas forças chefiadas por Gukuni Ueddei não tem conseguido desalojar as FAN (Forças Armadas do Norte) de Hisséne Habré das posições conquistadas entre Novembro e Fevereiro últimos no seguimento da retirada das tropas líbias, as quais, em Dezembro de 1980, tinham permitido ao governo legítimo chadiano rechazar os destacamentos do antigo ministro da Defesa de N'Djamena até à fronteira sudanesa (ver *cadernos do terceiro mundo* de Janeiro de 81, n.º 30, pág. 39).

Politicamente mantem-se o diferendo entre o GUNT (Governo de União Nacional de Transição) e o chamado «comité permanente» da OUA para o Chade (constituído segundo critérios mais do que duvidosos entre governos eufemística-



Gukuni Ueddei: um inesperado pedido

mente denominados de «moderados») nascido na reunião de Nairobi no mês de Fevereiro, pela acção conjunta do presidente em exercício da OUA, o queniano Arap Moi e o secretário-geral da organização, Edem Kodjo.

Esta divergência assenta basicamente na interpretação do papel

confiado à FIA (Força Inter-Africana) estacionada no Chade e composta por contingentes oriundos de países cujos regimes nunca ocultaram no passado recente a sua simpatia ou manifesto apoio a Hisséne Habré: Zaire, Senegal e Nigéria.

Segundo o acordo assinado numa anterior reunião também realizada

em Nairobi (28 de Novembro) por Gukuni Ueddei, Arap Moi e Edem Kokjo, a FIA garantiria a defesa e a segurança do país enquanto durasse a integração dos diversos grupos guerrilheiros no exército nacional em criação, sendo reconhecida a legitimidade do GUNT. No encontro de Fevereiro aquele acordo transforma-se numa imposição que foi denunciado como *ultimato* pelo governo de N'Djamena, mas que o «comité permanente» considera ser a única forma de resolver o conflito chadiano. Assim, a permanência da FIA ficou condicionada à aceitação do cessar-fogo pelas «partes em litígio», entabulação de «negociações sobre a reconciliação nacional, sob a égide do comité permanente», elaboração de uma constituição provisória e realização de eleições legislativas e presidenciais. Finalmente, o termo do mandato da FIA e a sua consequente retirada total do Chade foi fixada para 3 de Junho próximo.

Como é óbvio o «calendário» que escalonava todas as fases da resolução não tem sido minimamente cumprido, até porque esta foi rejeitada e considerada nula e sem valor pelo GUNT imediatamente após a reunião de Nairobi. Aliás, a própria situação no terreno não permitiria que se realizassem eleições em tão curto espaço de tempo num país dilacerado pela guerra civil.

A retirada dos soldados líbios

A grave crise em que o Chade está de novo mergulhado iniciou-se em 29 de Outubro de 1981 com o inesperado pedido de Gukuni Ueddei dirigido ao governo de Tripoli para que este procedesse com urgência à retirada total das suas tropas que, de forma decisiva, tinham contribuído para a derrota das FAN.

O máximo que o presidente do GUNT adiantou até hoje como explicação da sua súbita decisão foram as referências a «pressões de toda a espécie exercidas tanto sobre nós como sobre os nossos irmãos líbios» proferidas durante uma conferência de imprensa em 16 de Fevereiro.

Apesar de ter sido detectado um

certo melindre pelo brusco «despedimento» do seu contingente, Tripoli não fez qualquer comentário acerca dessas pressões, pelo que os motivos da decisão de Gukuni Ueddei terão de ser procuradas noutro lado.

Eles partem provavelmente do pedido formulado em Cancun, com carácter de «urgente», pelo presidente francês François Mitterrand a Arap Moi para que a OUA colocasse rapidamente no Chade a Força Inter-Africana — medida prevista na reunião de Nairobi em Junho de 1981 —, pedido a que o presidente em exercício da Organização de Unidade Africana prontamente anuiu.

Gukuni Ueddei teria assim sobreestimado dois factores: a capacidade e a vontade de ajuda do novo governo socialista francês (o «certo apoio logístico» que Paris prometeu em Outubro ao GUNT foi três meses depois suspenso quando a situação militar se agravou) e as reais intenções e rapidez de resposta da OUA para substituir as tropas líbias no seu país.

Estas últimas — avaliadas em cerca de dez mil homens — começaram a abandonar o Chade a 3 de Novembro, surpreendendo muitas delegações que em Paris iniciavam nesse dia a cimeira franco-africana e que nunca tinham deixado de acusar Khadafi de propósitos «anexionistas».

De súbito, um vazio

Dez dias depois os últimos soldados líbios cruzam-se no aeroporto de N'Djamena com os primeiros pára-quedistas zaienses. Cria-se a partir daí um vazio, com pesadas consequências a muito breve trecho, que o ministro dos Negócios Estrangeiros do GUNT, Acyl Ahamat, (entretanto acusado de um pseudo-golpe de Estado pró-líbio) receara, levando-o a manifestar publicamente o seu desacordo pela decisão de Gukuni Ueddei. Considerara o líder do Conselho Democrático Revolucionário (CDR) que não estavam reunidas as condições para a partida das tropas líbias pois «o



Chade não obteve em contrapartida as garantias necessárias para manter a segurança em todo o país».

De facto, ainda a ponte aérea do repatriamento do contingente líbio não tinha terminado, quando começaram a cair diante o avanço das colunas de Hisséne Habré as primeiras povoações no leste do país. A progressão das FAN fez-se de uma forma extremamente rápida e quase regular nas frentes este, centro e norte, sem que o Exército Nacional do Chade (algumas centenas de homens mal equipados de diversas tendências político-militares) conseguisse opôr resistência minimamente eficaz. A 19 de Novembro Habré toma Abeché e em seguida a praça estratégica de Oum-Hadjer que abre o caminho para Ati e N'Djamena. No princípio de Janeiro as FAN estão a 10 Km de Ati (defendida pelos combatentes de Acyl Ahamat) e a 400 Km da capital.

Enquanto isto, a FIA procedeu lentamente à sua instalação, montando um círculo de defesa em torno de N'Djamena. Quando o dispositivo fica finalmente implantado, Hisséne Habré dispõe já de posições fortes fixadas no terreno.

Surgem então as divergências quanto à função dos destacamentos da OUA. Para os comandantes zaienses, senegaleses e nigerianos a sua missão consiste apenas em se colocarem entre as forças adversas, mas não efectuando qualquer acção para desalojarem as FAN. Por seu turno, o GUNT considera que a letra dos acordos de Nairobi reconhecem a legitimidade do seu poder e cometem à FIA a função de assegurar a defesa e a segurança do país, o que na situação presente implicaria expulsar as forças dissidentes das posições conquistadas.

Um mês depois da evacuação dos soldados líbios, Gukuni Ueddei fala já do fracasso da Força Inter-Africana e declara que «se a OUA persistir na sua interpretação, pedir-se-à a retirada pura e simples da sua Força» ao mesmo tempo que refere a eventualidade do seu governo recorrer a forças militares extra-africanas.

Tudo se conjuga afinal para se



A retirada da Força Inter-Africana prevista para 30 de Junho próximo agravaria ainda mais a situação no Chade

Impor Habré

concluir ter sido montado pelos governos que mais manobraram para a retirada líbia, um cenário favorável à reparaçãõ de Habré nas negociações por forma a que a sua participação seja considerada imprescindível para a paz vingar no Chade. E nesta conspiração a presença em território chadiano do contingente zaiense (subvencionado pelos Estados Unidos) surge como peça importante neste complicado imbróglio: através de um apoio mal disfarçado a Hisséne Habré estaria aberto o caminho para a penetração dos interesses estratégicos de Washington num país que tem extensa fronteira com a Jamahiria Líbia.

Após o ultimato do «comité permanente» proferido em Fevereiro na capital queniana, Gukuni Ueddei, consciente da conspiração urdida contra o seu governo, desenvolve uma dupla campanha nos campos diplomático e militar que tem obtido até agora magros resultados(*).

O presidente do GUNT e o seu ministro dos Negócios Estrangeiros têm reafirmado em todas as ocasiões a disposição de nunca negociarem com Hisséne Habré, que consideram um criminoso de guerra publicamente condenado à morte. No entanto, as mais recentes declarações de Abdelkader Kamugué, vice-

-presidente do GUNT e líder de uma das tendências político-militares mais fortes e bem equipadas, as FAT (Forças Armadas Chadianas), demonstram haver divergências no seio do governo de N'Djamena quando este afirma a necessidade do GUNT proclamar o cessar-fogo, elaborar uma constituição e realizar eleições livres. Isto é, Kamugué — que se recusa a envolver os seus soldados no combate às FAN — mostra-se disposto a aceitar as resoluções de Nairobi, fazendo pairar uma ameaça de cisão da região sul, onde as FAT sempre têm estado bem implantadas.

Aguentar até Trípoli

O campo de manobra de Gukuni Ueddei está extremamente limitado. Com o inimigo em vantagem no terreno, um governo que está longe de

(*) É neste contexto que a opinião de Kadhafti expressa em Novembro, na cidade de Shaba, por ocasião do desfile das tropas que haviam combatido no Chade, assume agora maior relevo. Segundo o líder líbio, tanto o governo chadiano como François Mitterrand teriam caído numa armadilha tecida em Paris, Washington e nos meios reaccionários africanos, ao solicitarem a retirada das forças de Trípoli após o qual «as forças da rebelião passaram a ocupar as posições que anteriormente haviam sido libertadas pelas armas líbias».

(Ver cadernos do terceiro mundo de Janeiro de 1982 n.º 40, pág. 66).

Ainda esta a tempo de adquirir os números anteriores do I VOLUME de Africa



Se os não encontrar na sua livraria peça-os directamente a **ÁFRICA EDITORA**
Rua Santa Cruz, Lote 9, 3.º E
2780 Oeiras - tel. 2435796



Edem Kodjo e Arap Moi. Impor Hisséne Habré na mesa das negociações?

ser homogêneo, apoios internacionais reduzidos, enorme escassez de recursos financeiros e um exército disperso, mal equipado e que demonstra pouca propensão para o combate, o presidente do GUNT vê-se obrigado a colocar em surdina as críticas à acção da Força Inter-Africana e dos organismos dirigentes da OUA. No fim de contas, a FIA ainda é uma barreira física ao avanço de Hisséne Habré para a capital, o qual não pode entrar em confronto com os «capacetes azuis» da Organização de Unidade Africana e que tem interesse em surgir como respeitador do cessar-fogo.

Por outro lado, a eventualidade de o GUNT recorrer à ajuda de tropas estrangeiras é de afastar totalmente.

Quando Gukuni Ueddei se referiu a forças extra-africanas pensava, muito provavelmente, no exército francês, hipótese irreal pois ninguém acredita que Mitterrand esteja disposto a enviar tropas para o braço chadiano.

Não se vê no continente nenhum país com possibilidade ou vontade de vir em socorro do GUNT.

Uma nova intervenção líbia é também de excluir, não só pelo de-

selegante «despedimento» de Outubro de um exército que deixou em terras chadianas mais de 300 mortos (número anunciado pelo próprio Khadafi) como também pela proximidade da XVIII Cimeira da OUA a realizar este ano na capital líbia e que tem sido objecto de variadas tentativas de boicote. O reenvio de soldados líbios para o Chade nesta altura seria o melhor presente que os adversários da Líbia poderiam receber para conseguirem o fracasso da Cimeira de Trípoli.

A situação do GUNT e de Gukuni Ueddei é difícil: por um lado, tem a passividade manifestada pela FIA, por outro, a ameaça da sua retirada em 30 de Junho, o que faria desaparecer a ténua, mas de qualquer forma existente, barreira ao avanço das FAN.

As tropas do GUNT têm de ganhar tempo, mais que não seja até à realização da Cimeira de Trípoli em Agosto próximo, isto é, aguentar no terreno e conquistar, se possível, posições a Habré até que o novo presidente em exercício da Organização de Unidade Africana se chame Moammar El Khadafi. □

O crepúsculo da era Stevens

Após 13 anos de poder, Siaka Stevens parece incapaz de se reconciliar com aqueles que o levaram ao poder. Descontentamento generalizado e agitação social contra o agravamento do custo de vida passaram a fazer parte do quotidiano

Alice Nicolau

AQUI há anos a Serra Leoa instituiu a «ordem do mosquito» em homenagem ao insecto que impediu que o território fosse uma colónia de povoamento. Se é certo que essa circunstância facilitou o acesso da Serra Leoa à independência política (possibilitando inclusive que em 1863 fossem nomeados dois negros para integrar o Conselho Legislativo) não menos certo é que a Serra Leoa, tal como hoje a conhecemos, nasceu, à sua específica maneira, da colonização branca.

Neste, como em tantos outros territórios africanos, tudo começou com a chegada dos navegadores portugueses em 1458. Depois da «descoberta», seguiu-se a «evangelização», e a Igreja de S. Domingos em Dufiné atesta a presença, logo em 1459, de uma religião alheia à zona em conflito já com o Islão, chegado mais cedo. A entrada dos brancos em cena veio acrescentar um factor de perturbação à existência conturbada deste território, atravessada, durante os séculos da sua história conhecida, por sucessivas vagas migratórias e as consequentes lutas entre os diversos grupos étnicos. Portugueses, franceses, holandeses e ingleses disputaram entre si o território, que, durante séculos, passou a ser uma zona de pirataria branca. Desde cedo a acção dos brancos se



Siaka Stevens: preparar a sua sucessão

desenvolveu em três direcções: ir em busca das riquezas do subsolo, agravar as lutas inter-étnicas, jogando uns grupos contra outros e aliando-se militarmente com este ou aquele, e, finalmente, aguardar as remessas de negros vendidos pelos seus chefes ou capturados nas vicissitudes das guerras.

De 1458 a 1787, foi este fundamentalmente o papel dos brancos. Até que, em 1787, o homem branco descarregou no território da Serra Leoa parte de um «fardo» muito especial. Depois da abolição da escravatura e da proibição do tráfico de escravos pela Grã-Bretanha, de-

pois da luta da colónia que se transformou nos Estados Unidos da América, a Inglaterra viu-se a braços com um problema racial: o advento de numerosos negros, tornados livres, mas condenados ao desemprego, à fome, à miséria.

Foi então que um grupo de humanitário-comerciantes decidiu adquirir um território africano, exactamente no local hoje ocupado por Freetown, para expedir para aquele continente um contingente de negros, cuja presença em Londres ameaçava criar graves problemas sociais. Misturaram-se negros idos dos EUA, cuja lealdade durante a guerra com os norte-americanos fora compensada com a libertação, outros, fugitivos da Jamaica e aportados à Inglaterra, outros ainda, libertados de barcos negreiros, e transferiram-se (quatro centenas) para uma terra à qual eram totalmente alheios. Sem que os seus «benfeitores» o soubessem, a polícia britânica fê-los acompanhar de escassas dezenas de prostitutas londrinas, previamente embriagadas e embarcadas à força. Assim começa a especial colonização branca sobre a Serra Leoa. As crónicas divergem neste ponto: segundo uns, os «crioulos», que passaram a constituir classe dominante tanto económica como politicamente, são

descendentes directos dessa primeira leva. Segundo outros, os 30 mil «crioulos» descenderão das sucessivas vagas de colonos negros enviados para a Serra Leoa, depois da primeira experiência ter fracassado, devido às doenças e à chacina cometida contra os sobreviventes pelo rei dos Timné, que havia vendido o território de implantação do colonato. Em 1800, o mesmo grupo inglês instituiu uma companhia comercial, e fez nova tentativa na Serra Leoa, mas obrigando os colonos a trabalharem para a companhia, no cultivo do algodão e do café e no comércio com os Timné. Os novos colonos passaram o tempo em luta contra os Timné e em rebelião contra os seus «benfeitores», de tal modo que a Coroa Britânica acabou por transformar o estabelecimento numa colónia do Estado.

A partir de então, e, apesar da turbulência dos colonos e da constante rejeição oposta pelas populações autóctones aos intrusos, criou-se uma situação de certa estabilidade. Os recém-vindos, agora sob a autoridade de um governador britânico, instalaram-se sobretudo na costa, penetrando no interior em missões de comércio. Fundaram cooperativas e conseguiram vingar naquele meio tão hostil. Para isso aliaram-se à potência colonial branca, que impunha pela força das armas o domínio dos «crioulos», os quais funcionaram, por assim dizer, como «colonizadores interpostos», obviando aos inconvenientes que o mosquito apresentava para o domínio branco *in loco*. Em 1821, a já então cidade de Freetown torna-se, por seis anos, a capital do conjunto das possessões inglesas na África Ocidental, situação que voltou a ocupar de 1866 a 1874, mas então com inclusão da Nigéria.

A primeira universidade da África Colonial foi erigida na Serra Leoa, em 1827, e seria, mais tarde, por ironia da história, o viveiro onde se formariam as primeiras gerações de intelectuais africanos que animariam os movimentos nacionalistas da costa ocidental. Em 1863 criam-se dois conselhos, o legislativo e o executivo, que configura-

ram uma certa forma de autonomia e que incluíam dois representantes negros.

Contudo, não foi tarefa fácil, nem para os crioulos nem para os britânicos, a conquista do interior, que só terminaria no fim do século XIX e ficaria ratificada com a proclamação do protectorado britânico sobre as diversas tribos em 1898.

Esta associação entre colonizadores brancos e colonizadores negros deixou de existir, a partir do momento em que se desenvolvem as ideias nacionalistas e independentistas. A tal ponto que, em 1924, quando os britânicos introduzem três chefes tribais autóctones no Conselho Legislativo, os crioulos contestam essa medida, considerando que as populações «iletradas» do interior estavam a ser manipuladas pela potência colonial para perpetuar o domínio britânico.

O certo é que o conflito entre os «crioulos» e as populações autóctones só ficou parcialmente sanado quando a instituição do sufrágio universal fez perder o peso político que a escassa minoria tinha detido durante anos e anos. Contudo, ainda nos Anos 50, quando se preparava a independência do país, os crioulos fizeram uma derradeira tentativa de obter um estatuto privilegiado.

Ainda hoje a clivagem entre crioulos e populações autóctones continua a ser um dado permanente da situação do país, tanto mais que o controlo da economia continua nas mãos dos descendentes dos primeiros colonos negros, associados aos sírio-libaneses e aos interesses ocidentais.

Os «irmãos Margai»

De 1960 a 1967 os «irmãos Margai» dominaram a cena política serra-leonesa. Milton Margai faleceu em 1964 e sucedeu-lhe à cabeça do governo o irmão, Albert. Tanto um como o outro levaram a cabo tímidas tentativas de diversificar o intercâmbio comercial do país, de sustar a hemorragia de divisas causada pelo contrabando dos diamantes, de intensificar a agricultura, abandonada em favor da exploração

dos diamantes aluviais, de deter, em suma, a catástrofe. Mas todas essas tentativas foram anuladas pela ineficácia e corrupção dos governos e, sobretudo, pelo predomínio dos interesses imperialistas. A exploração dos diamantes e do ferro fugia da controlo do Estado, o que permitiu a sua superexploração, a ponto de hoje os diamantes aluviais serem uma figura praticamente do passado e as jazidas de ferro de Marampa (superexploradas por uma companhia britânica) terem encerrado em 1976.

A mudança de regime ocorrida em 1967, com o ascenso de Siaka Stevens (que se tinha destacado na luta anticolonial) ao poder, suscitou vivas esperanças de alteração da situação do país.

Nacionalizou-se a exploração florestal e criou-se uma empresa mineira, a DIMINCO, com participação maioritária do Estado, que permitiu o controlo da exploração dos diamantes.

Nos seus anos atribulados de poder, Siaka Stevens conseguiu alguns trunfos. Mas sobre todas as suas iniciativas pesava a dura hipoteca da preponderância dos laços económicos com a Grã-Bretanha, da exploração das riquezas minerais por empresas imperialistas, hipoteca essa que viria a agravar-se com a união aduaneira entre a Serra Leoa e a Libéria (Mano River Union) país de economia totalmente dependente.

A criação da já citada DIMINCO, em 1974, a reabertura de algumas minas de ouro, o recomeço da exploração de minas de rutilo abandonadas, uma subida da produção do arroz permitiram que o governo Stevens em 1975 melhorasse o nível de vida da população e pareciam prometer progressos substanciais, com o plano quinquenal de desenvolvimento no qual se previam investimentos da ordem dos 621 milhões de leones*).

(* Um leone vale cerca de 0,8 do dólar.



0 KM 120



Contudo, todas essas ilusões se desvaneceram. O agravamento da factura do petróleo, o encerramento das minas de ferro, o desaparecimento dos diamantes aluviais, a manipulação nos mercados internacionais dos preços do café e do cacau, a persistência da corrupção e do contrabando, tudo contribuiu para que, uma vez mais, a economia do país se defrontasse com uma situação de quase bancarrota. O agravamento das condições de vida das populações levou a um descontentamento generalizado e a uma persistente agitação social para os quais o governo só soube encontrar medidas repressivas. O auge da agitação surgiu em Setembro do ano passado, quando uma manifestação de mas-

sas (200 mil pessoas desceram à rua em Freetown) e uma greve geral fizeram estremecer o governo de Siaka Stevens. Seguiu-se uma vaga repressiva e a instauração do estado de sítio, que se mantém.

Diamantes, cacau, café — estas três riquezas constituem 80% das exportações da Serra Leoa. Basta que factores alheios ao governo (a manipulação internacional dos preços) ou decorrentes de uma exploração irracional dos recursos não sustentada a tempo, entrem em jogo para fazer perigar toda a economia dum país assente em pilares tão frágeis. Foi o que se passou com a Serra Leoa, que só agora, depois de perder as suas riquezas, procura

diversificar a produção e concentrar-se num plano integrado de desenvolvimento agrícola, que garanta o auto-abastecimento e o aumento de exportações do sector.

Mas se esses esforços prosseguem, com a ajuda de países como a China e de instituições financeiras internacionais como o Banco Mundial, prossegue também a política suicida de colocar nas mãos de interesses imperialistas o controlo de riquezas essenciais. É o que se passa com a exploração do rútilo, entregue a uma transnacional dos EUA, a Bethlehem Steel, que detém 85% das acções da companhia Sierra Rutile.

Outro aspecto suicida da política da Serra Leoa é a sua hipoteca ao Fundo de Fomento Monetário Internacional, instituição à qual recorreu, com as consequências de todos conhecidas: a estagnação da economia, a «austeridade» imposta às camadas desfavorecidas.

Após 13 anos de poder, assinalados por golpes e contra-golpes, com 79 anos de idade, Siaka Stevens parece incapaz de se reconciliar com aqueles que o levaram ao governo e que sempre se lhe têm mantido fiéis nas horas difíceis. Daí que a maior parte dos observadores, considere que estamos no crepúsculo da era Stevens. Segundo se prevê, as eleições gerais (constantemente adiadas, é certo) que parecem avizinhar-se, marcarão o fim do governo Stevens. Tem-se como muito provável que Siaka Stevens prepare cautelosamente a sua sucessão, de modo a não dar grandes motivos aparentes de revolta a uma oposição hoje condenada à clandestinidade: primeiro, será «arrumada» a casa, pondo-se cobro aos casos mais escandalosos de corrupção, depois decretar-se-á o regresso ao multipartidarismo. Realizar-se-ão então as eleições, cujos resultados se terão garantido previamente mediante o filtro das «consultas indirectas». Se as coisas se passaram assim, quatro nomes, quatro ministros do governo actual de Freetown, poderão disputar a sucessão de Siaka Stevens: Ibrahim Komora, Kamara-Taçlor, Francis Minah e Solomon Pratt. □

A militância polaca do Papa

Os católicos do Terceiro Mundo exigem do Vaticano uma atenção pelo menos igual à que o Papa dá à crise polaca

Neiva Moreira

TEMOS de reconhecer que a posição de um Papa polaco, na situação actual, não é fácil nem cómoda. A Polónia padece dos efeitos de uma confrontação ideológica profunda e de uma crise político-social que está a abalar a sua sociedade. E a igreja não é estranha ou indiferente a esse problema.

Não é novidade que o Solidariedade nasceu e cresceu, não apenas nos estaleiros de Gdansk, mas também nas sacristias. Entre os conselheiros de Lech Walesa, os mais influentes eram — ou são — padres e dirigentes das entidades católicas. A actividade pública dos sindicatos independentes esteve sempre aparentada ou unida aos ritos ou à liturgia da igreja. Nenhuma decisão fundamental da nova direcção sindical foi tomada à margem ou sem a anuência da hierarquia.

O que, no entanto, ficou demonstrado no auge da crise é que a busca da confrontação, não era unânime no seio da igreja e, seguramente, a mesma não foi estimulada pelo prudente cardeal Glemp, que substituiu o actual Papa como arcebispo de Cracóvia e primaz da Polónia. Entendia uma influente área da hierarquia, que paralisações do trabalho ou medidas de sabotagem económica não seriam suficientes para derrubar o regime. Havia muitos trabalhadores e uma parte da burocracia não corrompida que apoiavam as transformações democráticas mas não a reimplantação do sistema capitalista sobre os destroços da experiência socialista da Polónia. Unidos ao exército, esses sectores teriam condições para pagar o preço de uma guerra civil e impedir a liquidação do regime.

Há que considerar aí outro dado importante: a união secular entre a igreja e as Forças armadas, base histórica da geopolítica do Estado polaco, atingiu o ponto de ruptura no momento em que se patenteou a firme opção dos militares pelo socialismo. A hierarquia eclesiástica conhece bem a natureza do exército polaco, a sua implantação no povo, o respeito nacional pela sua conduta, que lhe permitiu escapar, mais ou menos incólume, de um clima de corrupção e incompetência que atingiu grande parte do aparelho do governo e do partido.

É possível que essa avaliação tenha desaconselhado o confronto e estimulado os caminhos do diálogo. As declarações feitas em Roma pelo cardeal Glemp foram muito expressivas. Não usou parábolas nem frases elípticas. Foi peremptório ao assinalar a sua preocupação de que, enquanto se superdimensionavam os acontecimentos da Polónia, omitia-se a gravidade de situações mais dramáticas, como as de El Salvador e da Irlanda do Norte.

O cardeal demonstrou que conhecia os sofrimentos dos povos de El Salvador e da Guatemala, mas também os do Haiti, do Uruguai, das Filipinas, da Argentina, do Chile, do Paraguai, de tantos outros países dominados por ditaduras tirânicas. E por mais que as agências transnacionais de notícias ocultem ou deturpem a verdade, um cardeal bem informado não pode deixar de saber que há frustrações naqueles países católicos, pelas omissões do Vaticano e do Papa na denúncia aos horrores que padecem.

Vejamos a situação dos centro-americanos e paí-
ses das Caraíbas submetidos a ditaduras que lêem
na imprensa as referências quase diárias do Papa à
situação da Polónia, algumas tão emocionadas e
militantes que podem ser interpretadas como uma
participação directa nos factos políticos.

Esses mesmo centro-americanos vêem, todos os
dias, como padres, freiras, dirigentes das associa-
ções religiosas são assassinados, presos, perse-
guidos e expulsos das suas paróquias; vêem popu-
lações massacradas, aldeias destruídas, sem que
haja uma reacção na Santa Sé pelo menos igual à da
Polónia, onde não há notícias de uma escalada de
violência e terror. Mesmo quando esse apóstolo da
paz e dos direitos humanos, o arcebispo de El Sal-
vador, monsenhor Oscar Romero, foi fuzilado no
altar, com o cálice consagrado nas mãos, o protesto
do Vaticano esteve longe das indignadas referên-
cias ao tema polaco.

E que dizer da falta de denúncias mais vigorosas
face à imensa injustiça contra multidões famintas e
oprimidas cometidas pelo sistema capitalista?
Esses párias sociais jamais serão libertados da
marginalização sem uma compulsiva redistribuição
da riqueza, pois não é apenas invocando a genero-
sidade dos ricos que essa meta vital à paz do mundo
será alcançada.

Milhões de católicos no Terceiro Mundo não pode-
rão renunciar ao direito das comparações e dos
paralelos, quando olham para as faces coradas e as
roupas confortáveis dos que, na Polónia, fazem
greve porque em vez de três quilos de carne men-
sais querem 3 quilos e 700 gramas. Nem por ano, as
populações do nordeste brasileiro, do Haiti ou da
Índia terão os três quilos de carne que na Polónia já
não se consideram suficientes para um mês.

Não desconhece o Sumo Pontífice os numerosos
operários que, na América Latina, na África e na Ásia
não têm direito à sindicalização e suportam prisões e
degredos, se já não foram fuzilados, por defenderem
direitos que, mesmo na Polónia de Gierek e Kania,
nunca foram negados aos trabalhadores. E nada ou
pouco se diz a esse respeito. Por mais católicos que
sejam os centro-americanos e por maior respeito

que lhes mereça João Paulo II e o seu amor à pátria,
não lhes será fácil entender essa diversidade de
tratamento.

Esses sentimentos já se traduzem publicamente.
Trezentos religiosos da Nicarágua enviaram um do-
cumento ao Papa, fazendo-lhe ver que os direitos
humanos «não devem ser defendidos apenas na
Europa e para os europeus».

Na própria Itália surgem, no seio dos católicos,
protestos pela desatenção do Vaticano à tragédia de
tantos povos. Araújo Neto, correspondente do *Jor-
nal do Brasil* em Roma, dá notícia de que duas
importantes publicações católicas, *Nuova Stagione*
e o semanário da influente Acção Católica, *Il Segno*,
manifestam aquelas preocupações. Um dos articu-
listas refere-se ao «comportamento desatento do
Papa» e pergunta «se não seria caso de se ter um
Papa para a América Latina».

Não parece que esses protestos estejam como-
vendo o Vaticano, mas repercutindo ou não nas
muralhas da Santa Sé, a perspectiva é para aumen-
tarem.

A maioria dos combatentes de El Salvador e da
Guatemala é, sem nenhuma dúvida, constituída por
católicos. Eles sabem que a sua vitória sobre a
ditadura não estará dependente do que faça ou não
o Vaticano, mas consideram importante o que o
Papa possa dizer em seu favor.

Mas o que os angustia — e isso está explícito nos
seus documentos e manifestações — é que, ao cir-
cunscrever as suas maiores preocupações com os
direitos humanos na sua pátria, o Papa esteja a
semear no espírito de muitos as dúvidas de que o
seu compromisso nacional é mais forte do que a
vocação universal da mensagem cristã que ele deve
encarnar.

A posição mais reconfortante para os combaten-
tes da América Central terá sido, sem dúvida, a do
cardeal Glemp. Pelo menos foi animador saber que,
apesar das dificuldades que enfrenta, ele preocu-
pa-se com a situação daqueles povos, num justo
dimensionamento da verdadeira salvaguarda dos
direitos humanos e da posição de uma igreja ecu-
ménica e supranacional. □

Compelmada

SOC. COOP. MONTAGENS METÁLICAS SCARL



★ PROJECTO, FABRICO E MONTAGEM DE:

Reservatórios de pressão
Reservatórios de armazenagem
Tubagens industriais
Estruturas metálicas
Permutadores de calor
Pontes e pórticos rolantes
Aparelhos de processo
Silos em aço carbono,
aço inox e alumínio

- ★ Mecânica geral
- ★ Reconstrução de motores
- ★ Manutenção fabril

Casal do Marco

SEDE E FABRICA:

Pinhal dos Frades - Casal do Marco - Seixal

Telefones: 2211174/2211913/2211982/2211934

Telex: 15264 COMPEL-P

Moreira da Maia (Porto)

Cova da Piedade

Sines

Até onde poderá ir Mubarak?

Há indícios de certas mudanças no Cairo. Os militares estariam a pressionar para que seja diversificada a fonte dos fornecedores bélicos

Mohamed Salem

EM círculos israelistas e ocidentais há certa preocupação em torno das posições de Hosni Mubarak, o sucessor de Anwar Sadat na presidência do Egipto. Não que Mubarak se tenha afastado da linha central do seu antecessor, mas certas modificações na linguagem e mesmo na orientação política fazem crer aos observadores israelitas mais rigorosos que algo mudou no Cairo.

Um jornal de Telavive considera que as negociações de Camp David não têm feito progressos, desde que Mubarak assumiu a Presidência. «Até agora, acentua o periódico, tem sido impossível criar uma ponte entre Israel e as posições egípcias». Um informador próximo do primeiro-ministro Begin manifestou preocupação pelo que considera uma «nova terminologia» nas declarações do presidente egípcio, que, ao contrário de Sadat (que se referia apenas à «autonomia dos palestinos»), passou a falar de «autodeterminação», um termo que, em Israel, é sempre recebido com desconfiança. «A autodeterminação não será apenas um meio de propor o estabelecimento de um Estado palestino independente?», perguntou o mesmo informador.

A verdade é que, nas conversações mantidas por Mubarak com os



O general Mubarak

dirigentes europeus e o presidente Reagan, na sua recente viagem ao Ocidente, ele deu ao problema palestino uma ênfase que havia desaparecido da diplomacia egípcia. Na declaração oficial feita na Casa Branca, o presidente egípcio foi claro: «A chave para a paz e a estabilidade no Médio Oriente está na solução do problema palestino». E ainda mais: «A solução deve ser baseada na aceitação e reconhecimento mútuos», ou seja, de Israel e da Palestina, o que tem sido uma tese inaceitável para Telavive, que de nenhum modo quer admitir um Estado palestino independente.

As reacções israelitas foram

imediatas. O governo de Begin esclareceu o que entende por «autonomia»: controlo das relações exteriores da área palestina e da segurança, ou seja, presença militar de Israel e concessão aos palestinos da direcção dos serviços administrativos locais, como transportes urbanos, repartições burocráticas, criação de abelhas, etc. Um dos dirigentes mais duros de Israel, o ministro do Interior Yosef Burg, foi peremptório: «Jerusalém, não. Israel perpetuará Jerusalém como a sua capital».

Nem todos os dirigentes dos partidos do Estado judeu revelam preocupações com o novo estilo do Cairo. Para alguns, seria apenas uma mudança de linguagem mas não o abandono da linha de entendimento imposta por Sadat.

Certas mudanças internas

Certas mudanças ocorreram na nova administração egípcia, a começar pela libertação de presos políticos, alguns notoriamente adversários do regime, assim como as recomendações oficiais à Imprensa para que se abstenha de atacar outros países árabes, mesmo a Líbia, que tem sido o alvo predilecto dos jornais do Cairo.

O necessário julgamento do período Sadat e as suas repercussões altamente negativas para a causa dos árabes e para a sua unidade não parecem, no entanto, estar na cogitação dos actuais governantes. Divulgam apenas algumas críticas, que reflectem uma certa preocupação em estabelecer um distanciamento entre as duas administrações.

Algumas medidas anticorrupção chegaram até à família de Sadat, cuja mulher, Jiham, uma senhora de mentalidade ocidental que teria exercido sobre ele uma influência antiárabe, foi chamada a prestar esclarecimentos num inquérito sobre negócios irregulares como a venda de automóveis de luxo ao Estado.

Algumas semanas mais tarde, falando ao partido oficial, Mubarak atacou um ponto, que era o mais característico da política de Sadat, isto é, a concentração da riqueza, o escandaloso favorecimento da burguesia egípcia associada ao capital estrangeiro e o abandono da política de justiça social, que constituía a base do nasserismo. «Deve-se definir — disse o presidente egípcio — uma adequada política económica, com um critério social. A riqueza não deve ser distribuída entre uma minoria, já que isso implica que a carga a assumem os pobres».

Talvez o facto que possa expressar uma política interna mais flexível tenha sido a entrevista que Khaled Muhiedine, antigo companheiro de Nasser, manteve com Mubarak. Muhiedine é o líder da Associação Nacional dos Trabalhadores Progressistas (A.N.T.P.), o grupo legal mais à esquerda no Egipto de hoje. Sadat submeteu esse partido a uma dura repressão e, entre os presos políticos libertados pela actual administração, vinte eram membros do Comité Central da ANTP que haviam sido encarcerados pela polícia.

Também voltou a circular o jornal *Al-Taqaddum*, órgão do partido de Muhiedine, que se encontrava fechado. Embora não combata as chamadas «medidas de moralização» do novo governo, esse periódico exige mais do que está a ser feito. Ele quer que o debate sobre a

crise aprofunde a análise das suas causas, o que, inevitavelmente, implicaria o balanço das responsabilidades de Sadat no desastre económico.

O retorno dos soviéticos

Essas medidas podem ter causado alguma preocupação às transnacionais que estão a invadir o Egipto e a destruir a infra-estrutura nacional da sua indústria. Mas, o que não está a ser bem digerido pelo Pentágono, é o anúncio de Mubarak de que o Egipto vai chamar de volta parte dos técnicos soviéticos expulsos por Sadat, quando buscava desculpas para a sua entrega total a Washington.

A explicação dada no Cairo é que a barragem de Assuão, a maior obra do governo Nasser, e a indústria siderúrgica de Heluas, construídas com assessoria e material soviéticos, estavam virtualmente paralisadas devido à falta dos técnicos expulsos.



O general Chazli: resistência à política do Cairo

Também se alegou que há uma imensa quantidade de peças sobressalentes para os equipamentos militares de fabricação soviética sem uso, pela falta de técnicos especializados no seu manejo.

Os norte-americanos temem que o que realmente procuram os egípcios é escapar um pouco à dependência tecnológica e logística dos Estados Unidos. Desde os acordos de Camp David, os norte-americanos já concederam ao Egipto créditos militares, alguns a fundo perdido, no valor



O primeiro-ministro israelita Menachem Begin

de 4 mil e 500 milhões de dólares e, para o ano fiscal que se inicia a 1 de Outubro, estão previstos mais de mil e 300 milhões.

Poder-se-ia dizer que isso é pouco face aos mais de 12 mil milhões entregues a Israel para o seu programa armamentista, mas seria, no entanto, o suficiente para colocar o poder militar egípcio na dependência da tecnologia norte-americana.

O raciocínio dos militares do Cairo é simples e lógico: numa guerra (inclusive com Israel), cujo planeamento é tarefa própria do seu Estado-Maior, a decisão final ficaria nas mãos dos Estados Unidos, que fornecem os armamentos. Assim, até que o Egipto tenha a sua própria indústria bélica, o que mais convém à sua política militar é diversificar as fontes de abastecimento. Há indícios de que o retorno dos soviéticos teria sido uma exigência militar feita a Mubarak com esse argumento. Mas não é só isso.

Ao mesmo tempo que o governante egípcio, na sua visita a Washington, acordava na compra dos modernos aviões de combate *F-15*, da McDonnell-Douglas (cada um, 30 milhões de dólares) e dos novos aviões de alerta *Hawkeye*, da *Grumman* (40 milhões, preço por unidade), ele prosseguia, em Paris, entendimentos para a aquisição de vinte *Mirages-2000*.



O presidente egípcio negociou nos Estados Unidos a compra dos modernos aviões de combate F-15, da McDonnell-Douglas, enquanto os militares acham que é necessário diversificar o fornecimento bélico

Esses aparelhos são o mais moderno em aviação de combate e custam cerca de 50 milhões de dólares cada um. Como o Cairo anda curto de dinheiro e os financiamentos para as suas armas têm sido ultimamente norte-americanos, há a suspeita de que a esquadilha dos super-sónicos franceses teria sido um presente secreto da Arábia Saudita, no contexto do esforço de diversificação das fontes egípcias de abastecimento bélico.

Um trânsito difícil

Todos esses factos pareceriam dar à actual política egípcia uma certa coerência. Nenhum governante da mais poderosa nação árabe — a menos que seja um Sadat — pode renunciar ao exame de todas as alternativas da sua política militar, sobretudo quando o Egipto não está situado num nirvana diplomático, mas numa região altamente conflituosa,

como o norte da África e o Médio Oriente.

O que Mubarak não pode desconhecer é que o outro lado tem também muito clara a sua política e que os norte-americanos não aceitariam gastar o seu dinheiro e enviar para o Egipto os seus modernos equipamentos bélicos se não tivessem uma cabal segurança de que os mesmos jamais seriam usados, a não ser para defender os interesses da política dos Estados Unidos, e nunca à margem da sua consideração.

Se é verdadeiro — o que está para ser provado — que há certa orientação da política egípcia em relação à causa árabe e especialmente aos palestinos, ela teria que produzir, a curto prazo, factos diplomáticos militares muito mais definidores do que vagas declarações a favor de um Estado palestino independente ou a compra, por detrás da cortina, de uma esquadilha de caças franceses.

Mas seria difícil a Mubarak, apesar dos seus conhecidos dotes de negociador, jogar nos dois campos.

Pela direita, ele pode encontrar dificuldades sérias à própria estabilização do seu governo, muito permeabilizado pela penetração norte-americana, ou, do outro lado, enfrentar a crescente oposição popular ao espírito de Camp David e à divisão com o Mundo Árabe. Nos últimos dias registaram-se factos que podem significar que está em gestação uma frente de repulsa ao alinhamento do Egipto com os tradicionais inimigos da Nação Árabe.

Um deles foi o encontro, em Argel, de Khaled Muhieddine com o general Chazli, chefe da resistência militar à política pró-norte-americana do Cairo. Sem a unidade das forças nacionalistas civis e militares será mais difícil enfrentar e vencer os sectores que, no Cairo, apoiam a política de Camp David. Do mesmo modo que, sem modificar a actual correlação de forças, será mais lento e oneroso o processo que levará ao reencontro do Egipto com a unidade árabe. □

arnaud

desde 1870

EM QUALQUER PONTO QUE PRECISE

CARGA AÉREA
FRETAMENTOS
GRUPAGENS
DESPACHOS
CONTENTORES
CAMIÕES TIR

PORTUGAL
LISBOA
ESCRITÓRIOS
Av. 24 de Julho, 2-2.º D
Telef. 361391/2/3/4/5
Telex 12704 ARNAU P
1200 LISBOA

PORTUGAL
PORTO
ESCRITÓRIOS
Rua Infante D. Henrique, 83-2.º
Telef. 315511
Telex 22200 ARNOPO P
4000 PORTO

REPÚBLICA POPULAR
DE ANGOLA
LUANDA
Av. 4 de Fevereiro
Edifício Presidente, SALA 441, 4.º Andar
Caixa Postal 2271
Tel. 71788/71483/71518
TELEX 3159 ARNAUD AN
LUANDA

REPÚBLICA POPULAR
DE MOÇAMBIQUE
MAPUTO
Av. Armando Tivane, 494
Tel. 741143
Telex 6528 COFIN MO
MAPUTO

MARINHA GRANDE • AÇORES • MADEIRA



Uma luta em duas frentes

Os filhos dos pescadores de pérolas, transformados agora em operários da indústria do petróleo, enfrentam a dinastia dos Al Khalifa e a presença norte-americana

Beatriz Bissio

Os regimes que detêm o poder nos nossos países criaram o Conselho de Cooperação do Golfo (CCG, ver *cadernos do terceiro mundo* n.º 35), por iniciativa da Arábia Saudita, a fim de se defenderem com o apoio do Ocidente e, em particular, dos Estados Unidos, do avanço do movimento popular. Os militantes nacionalistas e revolucionários não se opõem à unidade do Golfo Árabe, mas entendemos essa unidade como uma forma de fortalecer os nossos direitos, não de sujeitá-los. Hoje, o Conselho de Golfo (1) faz parte do esquema de segurança nacional dos Estados Unidos no Médio Oriente. E todo o movimento nacionalista está contra a presença norte-americana. O nosso desafio é justamente traçar uma estratégia correcta para expulsar os norte-americanos.»

Abdulla Al Rashid transmitia-nos nestes termos a posição da Frente de Libertação Nacional do Bahrein, da qual é um dos dirigentes. Para a sua



O emir, xeque Issa Al-Khalifa

organização, com o pretexto da «integração regional», fica clara a função repressiva que a aliança dos regimes conservadores do Golfo poderá desempenhar. A Frente de Libertação Nacional do Bahrein surgiu a partir da Frente de Libertação do Golfo, quando a experiência da luta demonstrou a necessidade de definir estratégias locais (ver *cadernos do terceiro mundo* n.º 40, «Oman: a autocrítica da guerrilha»). Surgem, então, a Frente Nacional de Liberta-

ção de Oman e a Frente de Libertação Nacional do Bahrein.

A classe trabalhadora entra em cena

Os antecedentes da Frente remontam a 1955. Até então, só existiam no Bahrein organizações políticas da burguesia, centrada no Conselho Executivo Supremo (*High Executive Committee*). Era a época do ressurgimento do nacionalismo árabe, que se expande com fervor desde o Egipto até aos confins do Maghreb e do Golfo. Nos levantamentos que ocorrem a partir desses anos, no Bahrein, a classe trabalhadora começa a ter uma participação própria, que «pouco a pouco irá transferindo a vanguarda do movimento político da burguesia para os dirigentes que surgiram das massas assalariadas.»

A programa de reivindicações formulado pelos mercadores e intelectuais punha o colonialismo em questão, mais pela necessidade de ganhar um espaço político próprio do que para alterar o modelo de desenvolvimento imposto pelos interesses britânicos. Mas a presença das organizações de trabalhadores imprime características novas à luta política.

A segunda metade da década de 50 está marcada por numerosos levantamentos e greves (nas quais as mulheres têm ampla participação), reprimidos pelos ingleses com violência. Há mortos e feridos e o movimento popular começa a realizar operações armadas.

Assistidos pelos próprios ingleses, os dirigentes locais adoptam uma série de medidas reformistas. A presença britânica nos assuntos internos diminui parcialmente e, atendendo a uma das reivindicações mais sentidas, dá-se início a um tímido processo de reforma agrária. As concessões do grupo dominante são bastante menos importantes que as reivindicações populares, mas resultam efectivas. Cai o nível de mobilização e a rebelião é temporariamente dominada.

Contudo, a partir de então, o trabalho político das organizações re-

(1) O Conselho de Cooperação do Golfo, foi criado em Maio de 1981 pela Arábia Saudita, os Emirados Árabes, o Kuwait, Qatar, Oman e Bahrein. A sua sede é em Riad.

volucionárias implanta-se decididamente nas massas trabalhadoras.

Das pérolas ao sindicato

Antes do descobrimento do petróleo (em 1932), uma das actividades mais importantes da população pobre do Bahrein era a pesca de pérolas. Os pescadores, acostumados aos riscos e sacrifícios de uma vida sem receita fixa, sentem como uma conquista o facto de terem passado a assalariados. O boom petrolífero que atrai capitais transnacionais ao Bahrein, quando começa a organizar-se a indústria extractiva do *crude*, introduz, assim, profundas mudanças na estrutura social do fértil arquipélago do Golfo.

É a geração seguinte — a dos filhos dos velhos pescadores de pérolas — quem dá o salto. Consciente de que a sua condição de assalariados lhes traz direitos que devem ser respeitados, é essa geração que inicia o movimento grevista dos anos 50, nos principais campos petrolíferos. O processo foi árduo, custou muitas prisões, deportações, anos de exílio, depurações no comando político e ajustamentos na estratégia. Mas isso foi desgastando o poder colonial inglês. E não era só no Bahrein. O processo é paralelo ao que se dá em outras áreas, subjugadas ao colonialismo britânico, que no final da Segunda Guerra Mundial levantam-se com a palavra-de-ordem nacionalista. Os ingleses amadurecem, então, uma difícil decisão: abandonar as suas colónias a leste do canal de Suez.

Mas, como na maioria dos casos das colónias britânicas, a independência no Bahrein não foi um processo traumatizante nem assentou as bases de uma nação realmente soberana. Foi, ao contrário, um caminho para garantir a continuidade da dominação — agora mais subtil, mas igualmente efectiva — por intermédio da família Al Khalifa que, desde 1782, exerceu o poder nas ilhas, sendo inclusive responsável pelos tratados que alienaram a soberania nacional ao poder colonial.

Em 1970, implanta-se um Conselho de Estado, desta vez sem ne-

nhuma presença britânica. O clima de abertura facilitou a revitalização do movimento popular, sujeito e reprimido desde os anos 60.

A 14 de Agosto de 1971, formaliza-se a independência. No entanto, as bases militares — uma naval, construída em 1935, e outra aérea — são cedidas pelos ingleses aos Estados Unidos.

Constituição e Parlamento

Em 1972, poucos meses depois da independência, novos levantamentos populares obrigam os governantes a instalarem uma Assembleia Constituinte. O texto da nova Carta Magna é aprovado em 2 de Junho de 1973 e o país adopta o sistema parlamentar, de inspiração britânica.

As correntes revolucionárias organizadas em torno da Frente de Libertação Nacional do Bahrein participam no novo Parlamento numa frente que adopta o nome de Bloco Popular (*People's Block*). Ganham oito assentos que, somados aos nove dos movimentos nacionalistas da burguesia, dão às correntes progressistas a maioria do Congresso. Os grupos religiosos conservadores tinham seis assentos.

A activa bancada do Bloco Popular apresenta um programa que inclui como ponto básico a instalação de um regime plenamente democrático, com ampla liberdade sindical e política, benefícios sociais e garantias laborais para os operários e outras reivindicações tendentes a garantir aos assalariados uma participação efectiva na condução dos assuntos do Estado.

O trabalho a nível institucional do Bloco Popular complementa-se com medidas de força no campo laboral, principalmente greves (36 em seis meses) nas principais refinarias e indústrias do país. Pela primeira vez, o 1.º de Maio é festejado no Bahrein e surgem quatro poderosas organizações sindicais. Em coordenação com o movimento popular, fundam-se nas principais cidades e centros urbanos livrarias que introduzem no país textos de ciências políticas, economia, sociologia e

história das ideias que antes estavam totalmente proibidas.

O Parlamento inicia uma intensa campanha contra a presença norte-americana nas bases militares e exige-se a nacionalização das comunicações (ainda em poder dos britânicos), que deveriam ser transferidas para capitais nacionais. (No Bahrein, as comunicações adquiriram um importante desenvolvimento sendo, de longe, o país melhor servido de toda a área, contando com uma tecnologia altamente sofisticada.)

Para os vizinhos e para os próprios britânicos, a experiência democrática do Bahrein já estava a alcançar níveis intoleráveis. Em Junho de 1975, reúnem-se os dirigentes da Arábia Saudita, Kuwait, Emiratos e do Bahrein e, como consequência daquilo que ali ficou decidido, põe-se fim à etapa parlamentarista. Nessa época, desenvolvia-se em Manama uma importante greve numa fábrica de alumínio, de capitais norte-americanos e ingleses.

A maior parte dos quadros da Frente de Libertação são detidos. O governo implanta uma lei que permite decretar três anos de prisão sem julgamento prévio. Todos os membros do Parlamento se opõem à medida, inclusive os representantes dos grupos religiosos. Mas o emir alega que se trata de uma lei de Segurança Nacional para toda a região do Golfo. Intensifica-se a repressão e o Parlamento é dissolvido (1975).

Desde então, sete dirigentes da Frente de Libertação foram mortos em sessões de tortura nos cárceres e muitos outros poderão ter a mesma sorte, dada a total falta de garantias. Todas as actividades políticas e sindicais continuam proibidas. O único que é permitido é um movimento social (no qual participam diferentes correntes), que se autodenominou *Yamahiriyyr*, e que propõe uma nova organização da sociedade. Nesse movimento militam actualmente intelectuais e dirigentes femininas.

«Os norte-americanos estão-se a infiltrar nas diversas instituições, em particular no movimento juve-



As 35 ilhas e a sua história

O Estado do Bahrein é formado por um arquipélago de 35 ilhas, a 30 quilómetros da costa da Arábia Saudita, com uma superfície total de 660 km² e 400 mil habitantes. Bahrein é o nome da ilha principal. O país é habitado na sua maioria por árabes, embora haja também uma comunidade importante de origem iraniana, indiana e paquistanesa.

Depois de vários séculos de independência, as ilhas, habitadas há mais de cinco mil anos, foram invadidas pelos portugueses e depois pelos persas. Ainda hoje os iranianos reivindicam o arquipélago, alegando razões históricas.

Em 1783, a tribo dos *Utub*, vinda da península arábica, expulsou os persas. Desde então, a família mais importante da tribo, os Al-Khalifas, domina o arquipélago.

Quando outros poderes imperiais começavam a disputar com a Grã-Bretanha o controlo do Extremo Oriente, os ingleses começaram a cobiçar a posição estratégica do Bahrein no Golfo Árabe. Sem encontrar grande resistência dos Al-Khalifas, os britânicos passam a dominar o arquipélago, mediante a assinatura de vários tratados, os primeiros de 1820 e os definitivos, de 1880 e 1892.

Na época da Primeira Guerra Mundial, o Bahrein já era uma base importante das forças expedicionárias britânicas que operavam na Mesopotâmia, assim como na Índia.

A descoberta de petróleo em 1932 acrescenta um novo atractivo ao rico e fértil arquipélago, berço de várias civilizações. Na Segunda Guerra Mundial, o Bahrein já fornecia a maior parte do petróleo usado pelas forças britânicas em toda a área.

Actualmente, de todos os países petrolíferos do Golfo, o Bahrein é o que mais rapidamente se encaminha para a diversificação da sua economia. Em conjunto com a Arábia Saudita e o Kuwait, o Bahrein propõe-se construir uma nova fábrica de processa-

mento e transformação do petróleo, um projecto de aproximadamente 600 milhões de dólares. A fábrica processaria petróleo procedente da principal refinaria do país e de outros países da área, para produzir querosene e gasolina para exportação.

Apesar das reservas de petróleo do país serem as primeiras a se esgotar (presumivelmente na próxima década, com uma produção actual de 50 mil barris diários), o Bahrein possui abundantes fontes de gás natural. Este será a matéria-prima básica para a incipiente indústria petroquímica. E também será usado para a produção de alumínio a partir da bauxite, outra riqueza nacional.

Oitenta e cinco por cento da indústria de petróleo e 76 % da indústria de alumínio pertence ao Bahrein, e 90 % dos técnicos que controlam a produção são nacionais.

O esforço em diversificar a economia levou os dirigentes do país a abrirem as portas aos capitais financeiros. Actualmente, no Bahrein, operam todos os bancos mais importantes do mundo, superando já em volume de capitais e operações Singapura, convertida numa praça financeira internacional muito antes da ilha. Desde 1975, o Bahrein é o principal centro financeiro do Médio Oriente, substituindo o papel de Beirute antes da guerra civil e compensando a falta de capitais locais com a eficiência e a habilidade de manejo dos excedentes dos seus vizinhos.

Uma auto-estrada, que será construída para facilitar as comunicações entre o Bahrein e a Arábia Saudita, fortalecerá ainda mais o papel de centro financeiro de Manama, cuja vitalidade e expansão já preocupam os vizinhos Abu Dhabi e Qatar, que também estão a incentivar esse tipo de actividade.

nil», denuncia Abdulla Al Rashid, que afirma que nos serviços secretos do Bahrein actuam agentes britânicos e norte-americanos.

Repensar a estratégia

Para a Frente de Libertação Nacional do Bahrein, o momento exige redefinições. «Começámos a repensar toda a situação da área quando Carter enviou as Forças de Intervenção Rápida, e impulsionou a criação de novas bases militares. Agora, com mais razão, nos movimentos revolucionários da área, temos que redimensionar a nossa luta. Com Reagan no poder, alteram-se as regras do jogo a nível internacional. É necessário reflectir com profundidade sobre o eixo da nossa luta actual: como expulsar os norte-americanos do Golfo Árabe. A nossa região converteu-se em área de segurança nacional para os Estados Unidos e por isso foi incentivada a criação do Conselho de Cooperação», afirma Al Rashid.

A Frente entende que hoje a situação exige um estudo de conjunto. Não seriam exclusivamente as organizações revolucionárias do Golfo as destinatárias da repressão montada a nível regional com o apoio norte-americano. Na opinião de Al Rashid, também se procura conter a luta dos palestinos. «Desde a Turquia até ao Egipto, passando pelo Oman e Arábia Saudita, os norte-americanos estão a tentar cercar a base física de operações dos palestinos de países aliados do Ocidente. E conjuntamente com essa estratégia, ameaçam-nos com a bomba N. Estamos convencidos de que a ideia da bomba de neutrões surgiu nos círculos da administração norte-americana a partir da análise da conjuntura do Médio Oriente: a bomba permitir-lhes-ia dominar-nos sem destruir os poços de petróleo...»

A contra-ofensiva

Existem alternativas ao trabalho político desenvolvido até ao momento? Para a Frente de Libertação do Bahrein, alguns passos pioneiros



Manama, capital do Bahrein, é hoje o principal centro financeiro do Médio Oriente, substituindo o papel de Beirute

são dignos de menção. Por exemplo, o acordo formado entre a Líbia, a Etiópia e o Yemen Democrático. «Esses três países procuram na aliança regional a forma de enfrentar as ameaças do imperialismo, simbolizadas pela política egípcia e os acordos de Campo David», afirma o dirigente.

Por outro lado, a Frente está a incentivar os encontros periódicos entre os movimentos progressistas do Golfo da Arábia Saudita. «Reunimo-nos cada cinco ou seis meses

para avaliar em conjunto a situação regional e internacional. Criámos um Conselho comum (a contrapartida do Conselho de Cooperação dos regimes reaccionários) e um Comité. O nosso objectivo actual é incrementar a luta de massas em toda a área.»

Complementando o seu programa político actual, a Frente pretende divulgar a proposta soviética para a região do Golfo. «Em geral, a propaganda norte-americana pretende justificar a presença militar dos Es-

tados Unidos no Golfo Árabe afirmando que ela é a garantia contra o 'expansionismo soviético', afirma Al Rashid. «No entanto — acrescenta — não houve resposta da administração Reagan à proposta de Leonid Breznev em Nova Deli. Essa proposta de cinco pontos estabelece: 1) eliminar todas as bases mili-

tares estrangeiras na área; 2) não admitir a presença de bombas atômicas na região do Golfo; 3) manter toda a área num não-alinhamento estrito; 4) assegurar o uso das matérias-primas para benefício exclusivo dos países da área; 5) permitir a livre navegação em todo o Golfo para navios comerciais.

«Anteriormente a URSS tinha proposto retirar as suas forças do Afeganistão, em troca da retirada norte-americana do Golfo. E porque não são divulgadas essas propostas? Porque à administração Reagan não interessa a paz na região, ao preço da sua retirada,» conclui Al Rashid. □

O que é bom para os EUA...

Os ministros da Defesa das seis nações do Conselho de Cooperação do Golfo - CCG estiveram reunidos em fins de Janeiro para elaborar um plano de segurança conjunto para a região. Nessa ocasião, o secretário geral do Conselho, o kuwaitiano Abdullah Bishara, declarou: «Os interesses da área coincidem sempre com os interesses ocidentais, principalmente dos Estados Unidos.»

A reunião foi presidida pelo ministro da Defesa e Aviação da Arábia Saudita, o príncipe sultão Bin Abdul Aziz. Por mais que se empenhem em disfarçá-lo, os sauditas aparecem cada vez mais claramente como a peça central do Conselho. Estiveram presentes também os ministros de Defesa dos Emiratos, do Kuwait, do Bahrein, Qatar e Oman. Em Setembro passado, já haviam estado reunidos os chefes de Estado Maior das Forças Armadas dos seis membros do CCG. Entre as recomendações formuladas na altura — e analisadas na reunião dos ministros da Defesa — figurava a necessidade de se traçar uma estratégia militar conjunta (um plano unificado de defesa regional) e de se fortalecer as Forças Armadas.

O tema da segurança na região é considerado de alta prioridade pelos membros do CCG. E, no conceito desses regimes, a defesa regional está inseparavelmente unida à segurança interna de cada um dos membros do Conselho.

Um novo pólo de poder

Segundo o Instituto Internacional de Estudos Estratégicos com sede em Londres, os países do CCG contam 132 mil soldados e 287 aviões de combate. Esse novo poderio militar, agora coordenado por uma estratégia comum, significa — segundo o Instituto — uma viragem importante no equilíbrio estratégico do Médio Oriente. E se bem que ainda esteja distante a possibilidade de criar um comando unificado para as Forças Armadas dos seis Estados, algumas das recomendações dos militares serão postas em prática muito brevemente.

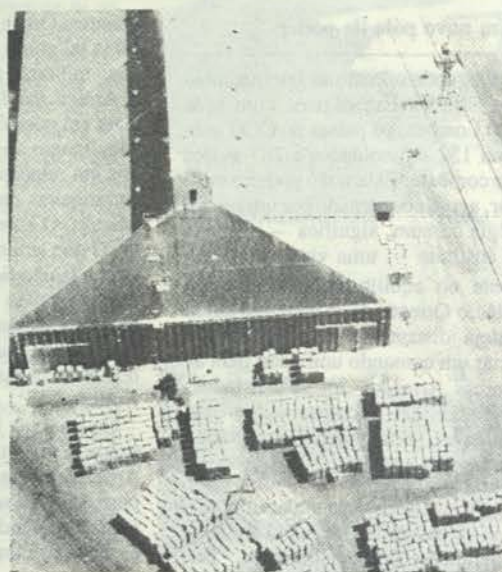
Na sua análise da situação regional, os países do Golfo têm algumas diferenças de perspectivas. En-

quanto o Oman é o mais pró-ocidental (a tal ponto que ofereceu instalações militares aos Estados Unidos), a Arábia Saudita e o Kuwait estariam em posições mais próximas do Movimento dos Países Não-Alinhados em relação à presença de bases estrangeiras em países do Terceiro Mundo. O Kuwait é o único país do CCG que tem relações diplomáticas com a União Soviética e propôs, na última reunião dos ministros da Defesa, iniciar um diálogo com Moscovo «para criar um equilíbrio nas relações internacionais dos países do Golfo».

Os sauditas foram os mais inclinados a admitir tal possibilidade. Aparentemente isso dever-se-ia à posição que a administração Reagan vem sustentando em relação a Israel e, principalmente, pelo impasse da



Gaspar Weinberger a bordo do porta-aviões «Constellation», patrulhando as águas do Golfo que Washington considera «mar norte-americano»



A necessidade de traçar uma estratégia militar conjunta foi debatida pelos países do Golfo, que hoje constituem um novo pólo de poder económico e militar na região

proposta do príncipe Fahd.

Um dos próximos passos do CCG será definir a estratégia para a diplomacia regional. Os regimes do Golfo preocupam-se particularmente com o prolongamento e a falta de perspectivas de acordo do conflito Irão-Iraque. Outro assunto que está a merecer a análise do CCG é o processo de unificação entre os regimes do Yemen do Norte e do Yemen Democrático (do Sul). A tradicional inimizade entre os governos de Aden e Mascate (Oman) foram motivo de uma mediação do CCG tendente a conseguir uma reaproximação, mas até agora as tentativas foram infrutíferas.

A atitude em relação ao Irão

As aspirações territoriais do Irão em relação ao Bahrein são um dos motivos da crescente hostilidade dos países do Golfo para com Teerão. Na época do xá Reza Pahlevi, existia uma rivalidade entre o Irão e a Arábia Saudita, ambos com aspirações hegemónicas em relação ao Golfo. Oman, em contrapartida, era um sólido aliado do xá, o qual enviou em auxílio do sultão Qabus vários milhares homens que contribuíram decididamente para sufocar o levantamento armado encabeçado

pela Frente de Libertação do Dofar (ver *cadernos do terceiro mundo*, n.º 40). A queda do xá e a ascensão de Khomeiny mudaram a situação. As forças progressistas da área sentiram-se identificadas com aquela revolução de massas que, sob a inspiração islâmica, acabou com um dos *gendarmes* dos norte-americanos no Médio Oriente.

No entanto, a posterior evolução dos acontecimentos internos do Irão recolocou novamente o problema das alianças. «O nosso povo viu com simpatia a queda do xá, principalmente a comunidade *shiita* que é aproximadamente 50% da população do país», comentávanos Al Rashid durante a nossa conversa. «No entanto — acrescentou o dirigente da Frente de Libertação do Bahrein — os fuzilamentos sumários dos revolucionários e a forma como se conduziu o processo posteriormente, tanto no plano interno como, depois, na guerra com o Iraque, levaram-nos a reavaliar o regime de Teerão. E o nosso povo não perdoa essa frustração das suas expectativas. Todas as esperanças iniciais no sentido de que receberíamos da revolução iraniana incentivos morais, e talvez até materiais, para continuar a nossa luta contra os regimes reaccionários do Golfo, frustrou-se quando os iranianos demonstraram querer organizar um esquema próprio, apoiando-se em alguns elementos da comunidade *shiita*».

No mês de Dezembro do ano passado, o regime de Manama acusou o Irão de estar por detrás da tentativa de golpe de Estado que o emir Al Khalifas afirmou ter sufocado a 14 desse mês. Numerosas prisões ocorreram nos dias posteriores às denúncias; depois, nada mais foi informado.

No entanto, o tema da tentativa de golpe no Bahrein foi analisada na reunião dos ministros de Defesa do CCG do mês de Janeiro. Uma das resoluções estabelece que se fará todo o possível para «impedir qualquer nova acção hostil por parte do Irão».

Beatriz Bissio

Os comunistas perdem Kerala

A esquerda é afastada do governo estadual, depois de ter convertido Kerala num modelo de progresso social

Narinder Koshla

O governo comunista de um estado com mais de 20 milhões de habitantes foi derrotado há poucas semanas sem que a imprensa internacional ao menos registasse o facto. Tal omissão poderia ser interpretada como um gesto intencional, motivado pelo desejo de não desmentir a já desgastada informação propagandística de que «os comunistas podem chegar ao poder por meios democráticos, mas nunca o abandonarão legalmente», invocada como pretexto do golpe de Pinochet no Chile. Ou então, a informação simplesmente não foi considerada importante, já que o governo comunista em questão não era de nenhum país localizado na linha de fogo Leste-Oeste, mas em Kerala, estado federado da União Indiana.

A 16 de Outubro do ano passado, E. K. Narayan, ministro-chefe de Kerala e membro do Partido Comunista da Índia (Marxista), foi forçado a renunciar face à ruptura da Frente Democrática de Esquerda (LDF), uma ampla coligação que se opõe à primeira-ministra Indira Gandhi. A LDF tinha conquistado 94 dos 141 lugares do Parlamento estadual, derrotando dramaticamente o Congresso (I) * — facção indírida do velho e dividido Partido

do Congresso — que ganhava esmagadoramente em todo o resto do país.



Indira Gandhi vista por Willy



E. K. Narayan

Coligações de esquerda governavam Kerala desde 1967, mas em 1980, o PCI (M) passou a liderar a Frente, que antes integrava como sócio menor. O governo de Narayan não se afastou muito dos alinhamentos políticos do seu predecessor no cargo, o líder do Congresso (S)*, A. K. Antony: continuou-se com o programa contra o desemprego iniciado por este último em 1977 e estabeleceu-se um plano de pensões para todos os trabalhadores agrícolas de mais de 60 anos de idade.

Um estado modelo

Kerala é, em muitos aspectos, um estado atípico da Índia. A reforma agrária já está consolidada, há uma reforma educativa em andamento e o nível de sindicalização dos trabalhadores do campo e da cidade apresenta um dos índices mais altos do país. Os salários são superiores aos dos estados vizinhos e Kerala tem os índices mais altos de alfabetização e esperança de vida da Índia, assim como as taxas mais baixas de natalidade e mortalidade infantil. As escolas e os serviços médicos foram equitativamente distribuídos no campo e na cidade, elevando o nível de vida rural e reduzindo a migração dos camponeses para os centros urbanos. O governo proporciona alimentos gratuitos às crianças das escolas e o estado tem o melhor sis-

* (I) e (S) — facções do Partido do Congresso; (I), pró-Indira e (S), anti-Indira.

tema de racionamento de alimentos do país.

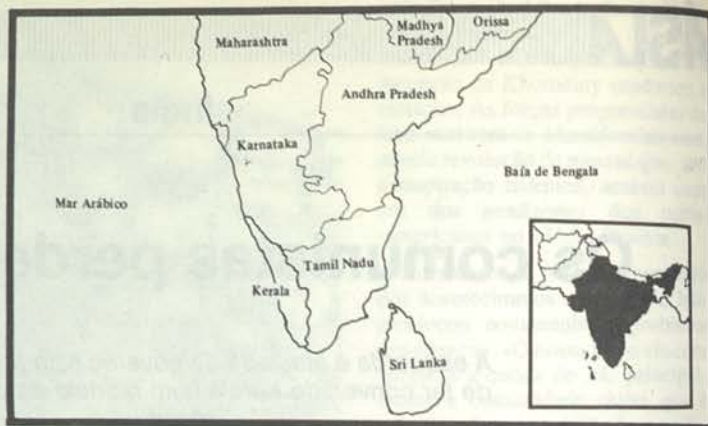
Essas reformas foram o fruto de décadas de lutas encabeçadas pelos comunistas. Como no resto do país, o PCI de Kerala dividiu-se em Outubro de 1964, quando os sectores mais radicais fundaram o PCI (M) por causa de divergências sobre a política adoptada quando da guerra de fronteiras de 1962 entre a Índia e a China. Mas, em vez de formar um partido maoísta, como noutras partes do mundo, os dissidentes optaram por uma linha internacional independente («como a dos partidos do Vietname e da Coreia do Norte», segundo explicou um membro do Bureau Político).

Isso possibilitou que, em 1967, o PCI e o PCI (M) concorressem às eleições numa cidade unida que estabeleceu o primeiro governo de esquerda em Kerala. A coligação entregou a propriedade da terra a quem efectivamente trabalha nela, eliminando o sistema de arrendamento além de estimular os camponeses sem terra a lutarem por uma reforma agrária profunda. A Frente tornou a ganhar as eleições em 1969 e a reforma foi implementada pela via dos factos, quando o governo estimulou as ocupações dos latifúndios e impediu que a polícia intervisse, «excepto para manter a paz», ou seja, para reprimir a resistência armada dos latifundiários.

Durante os anos 70, o PCI abandonou a coligação governamental, aliando-se a Indira Gandhi a nível nacional contra a campanha direitista do partido Janata. Para não perder o governo de Kerala, o PCI (M) estabeleceu alianças políticas centristas opostas a Indira, salvaguardando a Frente Democrática de Esquerda (LDF).

De novo na oposição

No fim de anos de trabalho, as vitórias conquistadas voltaram-se contra o governo de esquerda. Tal como nos estados vizinhos, os salários são mais baixos, os sindicatos menos poderosos, os capitalistas deixaram de investir em Kerala, embora a grande formação e produtividade da mão-de-obra local,



assim como a disponibilidade de água e energia eléctrica, podiam ser uma atracção importante para o desenvolvimento industrial. Enquanto isso no campo, o estímulo às grandes plantações de exportação (especiarias, borracha e coco) substituiu o incentivo às culturas de alimentação. Foi um erro, já que seguindo a tendência mundial, os alimentos que Kerala passou a importar subiram mais do que as matérias-primas agrícolas exportadas, agravando o problema económico.

Outra consequência dessa situação: intensificaram-se também os conflitos laborais. E continuando com a sua tradição, o governo comunista ordenou à polícia — integrada em grande parte por militantes do PCI(M) — para não intervir senão para manter a lei e a ordem pública.

Em seguida deu-se o abandono da coligação governamental por parte do Congresso (S), o mais moderado dos partidos que integram a LDF. «Graças a Deus, tudo acabou», comentou o presidente da Câmara de Comércio local, ao inteirar-se da renúncia de Narayan. Mas nem todos os empresários estavam tão satisfeitos, já que muitos temem que, com a esquerda fora do poder, os sindicatos se tornem muito mais agressivos. Uma demonstração desse facto foi a greve nacional de protesto contra a política económica de Indira Gandhi, realizada em fins

de Janeiro passado, na qual Kerala foi o único estado da Índia que efectivamente paralisou todas as actividades.

Díficeis alianças

A experiência de Kerala será um importante antecedente para o congresso do PCI (M), que deverá ser realizado nos primeiros meses deste ano. Alguns sectores põem em questão a estratégia de criar alianças com partidos centristas, como o Congresso (S), de duvidosa lealdade. Outros consideram essas coligações como consequência necessária da estratégia de luta parlamentar e de massas adoptada pelo partido já que, dispoendo de uma fatia de poder, seria possível avançar muito mais rapidamente na politização de operários e camponeses.

As alianças políticas em que o PCI (M) participou nos últimos anos foram basicamente anti-Indira. Isso é coerente com a identificação que o partido faz entre o governo da senhora Gandhi e os interesses da «alta burguesia». Mas não resulta, na prática, numa base muito sólida para frentes duradouras, nem mesmo entre a própria esquerda, já que o PCI, embora divergindo da política económica, prefere evitar choques com Indira Gandhi, considerando «positiva» a sua política externa não-alinhada. □

A «Nova Canção» latino-americana

Cantando livremente no exílio, ou «pesando» as palavras dentro da sua terra, centenas de cantores e compositores latino-americanos começam a recolher os primeiros resultados de uma longa luta contra as transnacionais e contra a opressão

Fernando Reyes Matta *

EXISTE uma canção de Pablo Milanés que ele costuma cantar com bastante frequência no seu país. Ela é síntese do realismo, da compreensão do mundo em que vivemos e do desafio em avançar construindo: «Não vivo numa sociedade perfeita/nem peço que lhe dêem esse nome/ se algo eu aprendi com ela/ é que é feita por mulheres e homens» (1). Talvez algum político ou diplomata se surpreenda com essa sinceridade. Como também podem surpreender-se aqueles que quiseram ver na revolução cubana uma soma de perfeições. Milanés coloca as coisas no seu lugar: essa sociedade, a sua, e pela qual daria a vida, como também diz a canção, não é perfeita, o que encerra o desafio da constante criação.

Essa é a transcendente contribuição que o canto pode dar. O violão e o verso são capazes de criar símbolos mobilizadores, luminosidades no tempo que se vive. Por isso, também, o canto pode chegar a ser um perigoso inimigo para quem de-

fende a ordem de interesses vigente. E na hora da repressão, perdoam a vida de um político ou de um funcionário importante, mas não a de um Victor Jara, por exemplo.

Desde finais da década dos anos 60, uma onda de canto renovador e comprometido surge na América Latina. Grupos jovens e vozes novas tomam o caminho que de forma pioneira foi aberto por Violeta Parra e Atahualpa Yupanqui, em diferentes cenários e com estilos diversificados. A realidade dos continentes desafia e obriga. A imaginação dos criadores do canto vê-se sacudida pelos conflitos sociais internos, pelas consequências de uma migração progressiva e transbordante do campo para a cidade, por uma juventude que nasceu no fim da Segunda Guerra Mundial e que «inaugura» o seu tempo na busca de valores que lhe sejam próprios, por uma Igreja que não pode deixar de comprometer-se cada vez mais com as necessidades do «povo de Deus», pelo dramático surgimento da guerrilha que deixa à história o testemunho-símbolo do «Che» Guevara. Tudo isso envolve uma geração que faz do canto algo mais do que um instru-

mento de entretenimento passageiro ou de comercialização maciça.

No Chile, esse processo cristaliza-se no movimento que leva o nome de «Nova Canção Chilena». Os seus membros rompem com a corrente do chamado «neofolclore», que mascara os conflitos camponeses numa descrição de paisagem e de mundo autóctone visto a partir dos olhos patronais. Na vertente da «Nova Canção», inscrevem-se as criações de Victor Jara, Angel e Isabel Parra, Rolando Alarcón, Patricio Manns, juntamente com os grupos Intillimani, Quilapayún e outros mais. Eles resgatam as formas e as palavras, para criarem um canto que venha do povo e vá para o povo. Entrecruzam instrumentos que, de uma forma ou de outra, realizam o sonho de integração latino-americana que nem as decisões políticas nem económicas conseguiram alcançar. O *charango* e o *quatro* unem-se à *quena* andina, ao *bombo-leguero*, as maracas abrem espaço para o *guiro* e os *claves*. Os violões mantêm a sua presença, mas cercados por um mundo musical que se faz latino-americano. É outro o canto, são outras as palavras. Por tudo isso é que a «Nova Canção Chilena» acaba por se constituir num fenómeno de grande influência no resto da América Latina.

Mas se o caso chileno se converte num pólo de irradiação cultural — incrementado nos três anos do governo da Unidade Popular — outros processos se puseram em marcha, especialmente com o aparecimento de um novo canto dentro da expressiva realidade cubana. É a «Nova Trova», cujos integrantes mais conhecidos — Silvio Rodríguez, Pablo Milanés e Noel Nicola — fazem a sua primeira digressão pelo exterior em 1970, precisamente ao Chile. Três anos antes, no Festival de Varadero, ficava evidente que as suas canções abriam um original e fecundo caminho. Por ser original, no princípio, nem sempre é compre-

* Pesquisador do ILET, México

endido e aceite em todos os âmbitos do processo cubano. Por ser fecundo, persiste e consegue constituir uma corrente de influência que, no início da década de 80, encontra eco em diversos lugares do mundo, especialmente na juventude latino-americana.

O tempo em que a «Nova Canção Chilena» e a «Nova Trova» adquirem um perfil inicial, é época de consciência para um canto latino-americano que se faz, sabendo que as contradições da realidade nacional são expressões de um fenómeno mais amplo: o subdesenvolvimento e a dependência económica e cultural de toda a América Latina. A expansão do capitalismo na sua fase transnacional faz deste continente uma das suas zonas privilegiadas. Isso cruza toda a sociedade, afecta as dimensões políticas, sociais, económicas e culturais. Invade as formas de conceber o desenvolvimento e de definir a história. As sensibilidades dos cantores não são alheias a esta realidade. «Se somos americanos», canta Rolando Alarcón; «Canção pela unidade latino-americana», é a proposta de Pablo Milanés; o uruguaio Daniel Viglietti cria «Um canto para a minha América»; e do reprimido Brasil, surge Milton Nascimento com «Coração americano», enquanto o argentino César Isella convida a cantar o irmão americano, a partir das diversidades geográficas, na sua «Canção com todos».

Exílio e raízes

É essa onda de criação — onde nomes pioneiros se unem às novas vozes — que desenha um mapa renovador no canto latino-americano. Aquilo que na Argentina começou com Atahualpa Yupanqui, é seguido pela força expressiva de Mercedes Sosa, César Isella e muitos mais. No Uruguai, junto com Daniel Viglietti estão Os Olimarenhos e Alfredo Zitarrosa. No Peru, há um Nicomedes Santa Cruz resgatando raízes, enquanto Tania Libertad inicia o percurso de um caminho próprio. O mesmo faz Amparo Ochoa, no México, Soledad Bravo, na Venezuela,

irrompe com a limpeza da sua voz, que eleva a níveis de extraordinária beleza o canto dos seus companheiros de criação latino-americanos. Enquanto em Cuba, Silvio e Pablo, juntamente com Noel Nicola e Vicente Feliú, recuperam a velha trova de 100 anos para um renascimento com a história revolucionária; no Brasil, Chico Buarque, Milton Nascimento e Geraldo Vandré insistiram em não deixar a criatividade morrer apesar da repressão e o autoritarismo que os rodeou no momento em que iniciaram as suas carreiras artísticas.

Todos eles, e vários outros, de uma forma ou de outra, semeiam uma época que se converte em expressão das transformações pelas quais se luta em diversos palcos do continente. Por isso, por serem síntese e símbolo, sofrem as consequências de perseguições e exílios quando os processos populares, dos quais o canto se alimenta, são afogados ou reprimidos. Isso cria um canto latino-americano que vive especialmente na Europa e que é continuador da corrente, aberta no seio das lutas dos anos 70. As suas vozes clamam pela democracia plena e pelo direito específico de voltarem a cantar junto do seu povo. É o caso de Zitarrosa, de Mercedes Sosa, dos Quilapayún, Viglietti ou os Parra, para apontar alguns. Novos idiomas, novas geografias, viagens e aviões, distâncias e emoções, vão acrescentando um novo capítulo ao sentido de viver que o canto necessita para ser o que é.

Há quem duvide se o canto latino-americano exilado é a expressão actual desse ser latino-americano de hoje. Outros, por seu lado, acreditam ver no aparecimento das novas correntes — aquilo que no Chile estão chamando de «canto novo» — as dimensões do tempo fecundo, onde a heterogeneidade latino-americana procura o seu sentido convergente. Nem um nem outro são dimensões absolutas de síntese: pelo contrário, são etapas que se entrelaçam numa continuidade criativa, onde o encontro cria a memória colectiva e o instinto básico da sensibilidade popular.

Como disse o jovem ensaísta chileno Alvaro Godoy, a «Nova Canção e agora o Canto Novo, são dois momentos de um só movimento, com presente e passado, a que nós chamaremos *canto popular*, diferenciando-o do *canto do povo* que sempre existiu e que é sem dúvida a sua raiz e o seu continente» (2). Essa dimensão do «interior-exterior» procurando o momento da afirmação, a partir de diferentes experiências quotidianas, porém com um sentido nacional comum, surge com realidade que mais de uma vez afecta o diálogo dos criadores colocados em diferentes instâncias. Uns são os que avançaram com o povo na sua busca de construir novas realidades democráticas. Viveram os tempos do espaço aberto para dizer e proclamar os seus compromissos, as suas exigências e as suas convicções. Outros, tiveram que aprender o tempo do semi-silêncio, da palavra calculada e, ao mesmo tempo, paradoxalmente, de dar à poesia uma força maior e maior sugestão. Mas uns e outros foram vítimas de um fenómeno maior. Tanto o exílio (que é o canto livre mais distante do seu povo) como a criação dentro do território (que é proximidade mas com voz calculada) têm a mesma causa: o modelo capitalista de desenvolvimento, que nas suas expressões mais agudas dentro da América Latina postula a democracia do consumo, o individualismo, a atomização e tudo o que rompe o tecido social com o qual o canto se nutre e se define. É o mesmo capitalismo que, articulado com grupos defensores de interesses particulares, movimentou-se hoje contra a Nicarágua e El Salvador, obstaculizando um desenvolvimento que vá em benefício das grandes maiorias marginalizadas. Essa é também uma realidade que não escapa ao canto. Daí vem a contribuição de Carlos Mejía Godoy e os de Palacaquina, como também da Banda Tepeuani. Os primeiros cantando o heroísmo sandinista contra a ditadura de Somoza. Os últimos procurando apoio para a luta do povo salvadorenho. Canto e heroísmo. Canto, luta e poesia. Como

sempre. Mas hoje os centros dominantes têm uma estrutura mundial de meios de comunicação a seu favor, têm filósofos como Friedman proclamando os tempos da «liberdade de eleger» com dinheiro na mão, e têm também os seus símbolos industriais inventados, como Travolta, que cantam a fibra plástica, as luzes alienantes, a juventude entregue a um descomprometido deambular pela cidade entendida como palco onde a personalidade se dissolve.

O desenvolvimento do canto popular sofreu directamente a influência da expansão transnacional. Como esta tem também o seu projecto cultural, a rádio, a televisão e a indústria do disco estão, praticamente, fechadas às expressões de um compromisso com as mudanças estruturais.

Definitivamente tal atitude é compreensível. Ela inscreve-se na confrontação de interesses. E no quadro dessa confrontação — conscientes ou não — as rádios e estações de televisão convertem-se em instrumentos de uma espécie de «cultura transnacional», que alimenta a sincronização cultural em favor de um modelo mundial de dominação(3). A publicidade, os discos, os programas importados, as notícias das agências transnacionais, tudo isso se entrelaça para criar um esquema comunicativo ligado a uma ordem, a uma coerência. Dentro dessa coerência, o canto popular resulta disfuncional ou só lhe permite a presença na medida em que não altere o modelo dominante.

«A rádio é um meio de comunicação auditivo e o seu forte é música. Depende, portanto, do material de discos com que conta. As editoras nacionais editam quase exclusivamente gravações estrangeiras e, inclusive, existem hoje casas de discos cujo único item de venda é material importado. Por outro lado, o público, tendo apenas essa gama de possibilidades, pede obviamente aquelas canções que lhe dão a ouvir», assinala o locutor Miguel Davagnino, numa recente publicação dedicada ao «Canto Novo»(4).

De alguma maneira, a mesma



Atahualpa Yupanqui (em cima), Alfredo Zitarrosa (à direita) e Pepe Guerra («Los Olimareños»): exemplos do canto latino-americano



coisa foi dita pelo mexicano Gabino Palomares ao anunciar o aparecimento do seu segundo LP em cinco anos. Reconheceu que isso não era muito, mas chamou a atenção para os entraves que a grande indústria colocava a cantores como ele:

«A nossa música é marginalizada pelas companhias transnacionais. Esse fenómeno é compreensível, já que os nossos temas chocam-se directamente contra os interesses delas. Afortunadamente, há casas gravadoras que, embora modestas, permitem-nos gravar.

O nosso trabalho lembra o que os jograis faziam no seu tempo. É um árduo trabalho, principalmente porque não contamos com os elementos materiais necessários, mas a aceitação do povo em relação ao nosso trabalho é o que nos leva a seguir por diante.»(5)

Discos, pressões e crise

Por sua vez, outro elemento que influi de maneira determinante na

falta de difusão da música nacional, do canto popular e das manifestações folclóricas, é a relação entre as etiquetas de discos vinculadas ao modelo capitalista transnacional e os cantores e os *disc-jockeys* e programadores das rádios.

«Fazendo discos independentes — diz Chico Mário de Souza, promotor de uma cooperativa de músicos no Brasil — descobrimos que as casas gravadoras pagam às rádios para que toquem os seus discos. A rádio transforma-se em alto-falante das gravadoras, mediante suborno. Todos os meses alguns programadores recebem dinheiro para tocar determinados discos. Eles dizem: toquem esta música 20 vezes por dia, toquem esta outra 10 vezes, e assim por diante. Música brasileira, tocam pouquíssimas. Então as rádios vão tocando e fazendo inquéritos de popularidade. Colocaram as músicas nas telenovelas — porque aí também há suborno — toda a gente começa a comprar o disco, proporcionando um grande lucro às gravadoras.» (6)

A situação parece ser semelhante na maioria dos países latino-americanos. O México, outro mercado gigante da música, é palco dos mesmos vícios. Mas, neste caso, o testemunho é mais eloquente, porque vem de alguém que conheceu por dentro os turvos manejos: Jorge Alvarez, ex-director artístico da etiqueta *Capitol*.

«As grandes companhias de discos têm um orçamento, logicamente bastante alto, para manipular as suas relações, as suas promoções publicitárias. Nos poucos casos em que não se usa a *payola* (ou seja, o cheque para que uma determinada música seja programada numa estação) isso é compensado, fazendo-se com que o radio-difusor viaje á Europa ou dão-lhe de presente um carro do ano ou então mandam-no para Aca-pulco... Sabe-se de directores artísticos que pedem às companhias novas, pequenas, dois mil dólares mensais para promover o seu produto em qualquer estação de rádio. As grandes companhias têm gente especializada, conhecida nos meios radiofónicos, que manipula essas coisas...

Noutros casos, a companhia de discos manda um programador para um concerto em Los Angeles ou Nova Iorque, com tudo pago. Outra forma de promover discos é a que utiliza a *CBS*: não dá nada aos directores artísticos, mas de vez em quando cede-lhes uma superpromoção de discos para que eles distribuam ao público. Podem ser mil, dois mil, três mil, cinco mil discos dos artistas mais fortes: *Chicago ou o Earth, Wind and Fire*» (7)

«Diz-se que a programação na rádio é feita segundo os telefonemas... Mas isso também é arranjado. A *Capitol* tem dois, três ou mais garotos e garotas contratados para telefonar e dar o tema às rádios. Eu, até 1976, quando saí da *Capitol*, nunca estive de acordo com esse método, instituído em 1975» (8).

Pressões, dinheiro, programações arranjadas. Tudo isso leva o sistema local para o caminho da adesão aos interesses dos grandes consórcios transnacionais da indústria do disco. Se olharmos o coração do sistema, as cifras são eloquentes: cinco companhias repartem entre si os 80 % do mercado norte-americano. A *Warner*, 25 %; *CBS*, 20 %; a *Polydor*, 15 %; a *RCA*, 12 %; e a *Capitol* (*EMI*), 8 % (9). A partir daí, o negócio expande-se para o mundo todo e o seu crescimento afecta não só as pequenas etiquetas locais, abertas à difusão do canto popular ou da chamada música engajada, mas também todo o sistema da indústria discográfica nacional em países como a Argentina, a Venezuela e o México.

A política de abertura de mercados afectou directamente as filiais e empresas gravadoras locais. «Os discos importados dos Estados Unidos e da Europa, que são vendidos nas grandes lojas, estão a prejudicar o mercado nacional em geral; é por isso que nós, editores de música, levantamos um protesto diante das autoridades competentes para que limitem a livre importação», declarou, em Novembro de 1980, Enrique Márquez, um conhecido editor mexicano, atingido pela grande abertura às importações que o governo mexicano permitiu, ao dispôr

dos recursos trazidos pelo petróleo (10). Noutro país petrolífero, as reclamações foram semelhantes, apenas dois meses antes.

«Um rude golpe recebeu a indústria fonográfica venezuelana com um decreto que permite a livre importação de discos a partir do mês de Setembro (1980), como um dos 100 produtos que o governo federal venezuelano aprovou. Anteriormente, os únicos discos que podiam ser importados livremente eram os de música clássica; as novas disposições legais estabelecem que qualquer pessoa física ou jurídica pode realizar a importação, pagando exclusivamente cinco por cento do valor do produto, o que prejudica a indústria nacional», é o que diz uma nota procedente de Caracas, publicada na imprensa americana (11).

Na Argentina, a situação é pior ainda, não só como consequência da crise económica geral do país, mas também pela aplicação do modelo económico «friedmaniano» de abertura dos mercados. Segundo uma informação da revista *Variety*, de 16 de Setembro do ano passado, as cifras demonstravam uma situação catastrófica: «O presidente da Câmara Argentina de Produtores e Industriais Fonográficos assinalou que na primeira metade de 1981 foram vendidos 1.290 mil LPs, em comparação com os 5.970 mil vendidos em 1980; por sua vez, as vendas de *cassettes* declinaram de 12.460 mil para 4.630 mil». Diante de tal situação, naturalmente, a citada Câmara do disco disse que a sua situação era «caótica», acrescentando o seu porta-voz: «Muitas empresas, há bastante tempo que lançam perdas nos seus balanços e se a situação se mantiver, em breve desapareceremos» todos.

Esses diferentes exemplos demonstram as contradições que a aplicação das políticas estratégicas do capitalismo transnacional em expansão gera nos países periféricos. Mas, por sua vez, há outro factor que determina condições particulares para a difusão musical: a presença abundante de *cassettes* e de gravadores para a sua reprodução. Um exemplo concreto é dado pelos

números no caso chileno: «Em 1978, as vendas de discos e *cassettes* nacionais alcançaram 4,5 milhões de dólares, bem acima dos 3,6 milhões de dólares gastos em discos e *cassettes* gravados e virgens importados durante esse ano. Porém, a tendência observada em 1979 — um crescimento de 55 % nas importações — revela que já nesse ano o mercado nacional fonográfico foi abastecido principalmente pelo exterior».

«A competição dá-se principalmente com a gravação artesanal. Os quatro milhões de dólares de *cassettes* virgens importadas durante 1979 indicam que existe uma substituição do consumo de material gravado pela simples cópia caseira desse material». (12)

No Chile, país com 11 milhões de habitantes, calcula-se que já existem 14 a 15 milhões de gravadores. É um dos instrumentos da produção electrónica transnacional que conseguiu penetrar até nos sectores populares de menores receitas. Isso será bom ou mau, visto da perspectiva do canto popular? Ricardo García, locutor e editor de discos, conhecido como o impulsor de «Canto Novo» no Chile, como antes tinha sido da «Nova Canção Chilena», coloca o problema nas suas duas facetas: a industrial e a social. E fá-lo a partir da perspectiva da etiqueta *Alerce*, casa editora que fundiu as novas vozes do canto popular chileno, assim como as criações de Víctor Jara, Violeta Parra, Silvio Rodríguez e Pablo Milanés. O seu caso, além disso, dá testemunho das possibilidades de actuação em espaços restritos quando há vontade e tenacidade para fazê-lo.

«O mercado mundial do disco encontra-se em crise, particularmente no Chile, onde o escasso poder de consumo das massas está dirigido para artigos importados. A este problema soma-se o fenómeno dos gravadores de *cassettes*, que permite a gravação particular de música. O caso da *Alerce* é muito mais crítico, pois o seu receptor é, em geral, de poucos recursos. No entanto, o receptor real é muito mais amplo. Cada disco da *Alerce* chega a



Daniel Viglietti (Urugual): abriu um caminho que tem hoje importantes seguidores no seu país



Violeta Parra, percursora da «Nova Canção Chilena»

grupos mais ou menos grandes, interessados particularmente no folclore e na nossa música; e é regravado em *cassettes* que, por sua vez, chegam a outros grupos. Isso é bom para a difusão mas mau para nós.» (13)

Alternativas, força e poesia

É no quadro dessas realidades que aparecem as perspectivas da difusão alternativa para o canto popular. As etiquetas de discos que procuram criar um espaço independente de di-

fusão multiplicam-se: surgem nomes como *Pueblo*, *NCL* (*Nueva Canción Latinoamericana*), *Fotón*, *Alerce* e várias outras. Por detrás delas, há uma vontade de resgate desses instrumentos criados pela grande indústria electrónica — o disco e a *cassette* — para colocá-los ao serviço de uma perspectiva cultural que inaugura tempos novos.

Nem sempre conseguem ir por diante. Outros conseguem mas com dificuldades. Mas constituem um espaço que abre perspectivas a ser

exploradas de formas diferentes das propostas pelo modelo capitalista transnacional. Um eloquente exemplo foi dado no Brasil, com o aparecimento da Cooperativa de Música do Rio de Janeiro, que criou um departamento do «disco alternativo».

«O iniciador disso foi Antonio Adolfo — conta Chico Mário de Souza. Ele tinha vários êxitos gravados e tinha participado em festivais. Mas depois começou a sentir-se mutilado sem poder produzir como queria. Ninguém queria gravar as suas músicas. Então ele fez isto por sua própria conta e depois saiu vendendo os seus discos de lugar em lugar por todo o Brasil. Assim, vendeu mais de 15 mil discos, criando a consciência de que era possível romper o boicote das transnacionais. Outros o seguiram: Danilo Caymmi, Luli e Lucinha. E os segredos do trabalho eram passados a outros compositores: como fazer a capa, em que estúdio gravar, quantos discos imprimir, onde e como vender. E assim o movimento se foi expandindo.» (14)

Se os primórdios da experiência foram modestos, hoje ela constitui uma corrente importante. Grupos como «Barca do Sol» ou «Boca Livre» conseguiram vender mais de 40 mil cópias em cinco meses. O próprio disco de Chico Mário, «Raízes», também vendeu bastante. Por isso, um telegrama da agência EFE transmitiu do Rio de Janeiro, no começo do ano de 1981, o seguinte:

«O mercado de discos de música popular do Brasil teve, em 1980, como grandes novidades, a explosão dos produtores independentes e o 'descobrimto' dos mercados regionais... 'Agora, chega', foi o grito de rebeldia dos músicos independentes, que tiveram o seu merecido triunfo, pois se analisarmos a lista dos 20 melhores discos de longa duração de 1980, constatamos que nada menos de seis deles são independentes: Elomar, Carioca, Alcides Neves, Valença Filho, Sônia Vieira e Rogério do Maranhão... O êxito dos independentes deveu-se não apenas aos seus valores intrínsecos, mas também ao des-



Milton Nascimento (em cima), Chico Buarque (ao lado) e o conjunto «Boca Livre» com Nana Caymmi



cobrimento da existência de um mercado urbano que gosta dos temas regionais... Alguns músicos consagrados como Dory Caymmi colaboraram ou aderiram corajosamente a essa renovação do gosto musical que, em suma, quer escapar aos ditames da moda internacional para mergulhar nos ricos sons, ritmos e melodias mais próximos da terra e do que é brasileiro.» (15)

Qual poderá ser a força própria de um canto popular que chegue de maneira significativa às massas? Por um lado, a vitalidade e o apoio que

lhe vem da sua vinculação com as organizações sociais. Em situações muito autoritárias, como no cone sul do continente, produz-se essa relação entre canto e tecido social. Festivais de solidariedade, encontros estudantis, encontros organizados pelas igrejas, reuniões de sindicatos ou entidades de trabalhadores, festivais organizados por grupos culturais, criam o quadro onde o canto popular encontra as suas ratificações e orientações.

Por outro lado, a força própria do canto popular surge da sua vocação

de compromisso com a história da qual faz parte e o destino das grandes maiorias abandonadas: «Hoje o meu canto é solidário com El Salvador e com a luta do seu povo», diz o mexicano Gabino Palomares ao apresentar o seu segundo Lp. Eduardo Peralta, jovem músico chileno, 21 anos, ao regressar da Europa depois de se encontrar com os seus companheiros da «Nova Canção», comenta: «A minha preocupação é por essa liberdade que resalta a interioridade humana, que vai sempre mais além dos sistemas e dos esquemas. Nas minhas músicas quero destacar a possibilidade criativa do ser humano».

No Uruguai, ao falar da tarefa de quase 100 artistas que actuam em teatros e palcos de ginásios cobertos, o semanário *La Democracia* dizia em Setembro do ano passado: «Não podemos afastar essa manifestação cultural do momento histórico em que vivemos... O nosso povo tem necessidade de participar, de encontrar caminhos e de fazê-lo dizendo que é ele quem os procura. Isso é que dá à nossa gente o Canto Popular porque esse é o caminho da sua busca». Litto Nebia surge da Argentina com o seu Lp *Creer*, dizendo: «Creio que apesar de tanta melancolia, tanto pesar e tanta ferida, só se trata de viver».

Essa mistura da nova palavra, nova poesia, de outro espírito para aproximar o canto do povo, também percorre os caminhos do exílio. Em

última instância, nem sempre a distância parece tão enorme quando se trata do canto. Eduardo Carrasco, director dos Quilapayún e constante criador, assim o sintetiza: «Nunca abandonámos o Chile. O que acontece é que não pisamos a terra chilena porque não nos deixam. Mas para este mal encontrámos uma solução provisória: quando podemos, construímos para nós uma terra chilena no exílio e quando não podemos, deixamos de viver com os pés na terra». (16) Talvez seja nesses momentos, quando o canto toma outros rumos e se atreve a falar, vivendo no hemisfério norte, que é necessário «dar ao Outono uma pancada de janela, para que o Verão se prolongue até Dezembro».

Talvez os Quilapayún não tivessem cantado algo assim em 70. Todos aprendemos. Compromisso e poesia subtil não são nem podem ser pólos opostos. Talvez um sinal desse novo tempo seja a enorme popularidade que as últimas criações de Silvio Rodríguez e Pablo Milanés encontram entre a juventude chilena. Talvez não haja uma «Nova Canção» nem um «Canto Novo», mas sim uma atitude e um estado de espírito para caminhar pela vida com olhar renovador. O destino do canto popular nos desafios actuais parece estar sintetizado naquilo que Silvio Rodríguez disse no México, em Novembro passado:

«Aquele que vê na vida panfletos, só cantará panfletos. Mas aquele

que vê poesia na vida, fará e cantará poesia.» □

NOTAS:

1. «Parole et Musique», Paris, Janeiro de 1981; Régine Méllac: «Jornadas de la Canción Política».
2. Revista «La Bicicleta», n.º 11, Abril, 1981, Santiago do Chile.
3. Ver a este respeito, «The Cultural Synchronisation of the World», Cees Hamelink, WAAC Journal, 1/1978.
4. «La Bicicleta», op. cit.
5. «El Día», 21 de Dezembro, 1980, México.
6. «Cadernos do Terceiro Mundo», n.º 24, Junho, 1980, Rio de Janeiro.
7. «Uno más Uno», 29 de Junho, 1980, México.
8. *Ibidem*.
9. «Everybody's Business», M. Moskowitz and others, Harper and Row Publ., 1980, Nova Iorque.
10. «Excelsior», 9 de Novembro, 1980, México.
11. «Excelsior», 26 de Setembro, 1980, México.
12. «Poder Económico y Libertad de Expresión», Diego Portales C., Editorial Nueva Imagen — ILET, 1981, México.
13. «La Bicicleta», op. cit.
14. «Cadernos do Terceiro Mundo», op. cit.
15. «El Heraldito», 4 de Janeiro, 1980, México.
16. «Entrevista a Quilapayún», *Desiderio Arenas*, mimeo.

cadernos do terceiro mundo

Leitor

No nosso n.º 40 já tínhamos referido o próximo acréscimo de preço de «cadernos».

O aumento não se verificou no n.º 41, como planeáramos, permitindo que o leitor adquirisse durante mais e dois meses a revista nas condições a que se habituara desde Maio de 1980.

Com o n.º 43 já terá que desembolsar, no entanto, mais alguns escudos, kwanzas, pesos ou meticais.

Pedindo a sua compreensão para o facto, pensamos, entretanto, que a ocorrência não o espantará grandemente.

Com efeito, desde há 23 meses, altura em que foi estabelecido o anterior preço de «cadernos», que vêm

aumentando o custo do papel, as tarifas do correio, os fretes, as películas e chapas de off-set, o custo da impressão, os salários, os encargos bancários, etc., etc. Só em 1981, a taxa oficial de inflação em Portugal — País onde produzimos e imprimimos esta edição — foi de cerca de 20%!

Entretanto, os nossos assinantes continuarão a beneficiar do período de espera habitual. Assim, os preços para novas assinaturas ou renovações serão:

PREÇOS PARA ASSINANTES

	Até 30/6/82	A partir de 1/7/82
Portugal e Espanha (via aérea) —	12 números 500\$00 6 números 300\$00	650\$00 400\$00
R. P. Angola, R. Cabo Verde, R. Guiné-Bissau, R. P. Moçambique, R. D. S. Tomé e Príncipe (via aérea) —	12 números	US\$18 US\$23
Restantes Países (via aérea) —	12 números	US\$22 US\$28

As Malvinas em questão

□ Um arquipélago situado no extremo-sul da Argentina e que vivia afastado das atenções mundiais, tornou-se o centro de intensos esforços diplomáticos e notícia de primeira página em todos os jornais do mundo: as ilhas Malvinas (designação argentina) ou Falkland (designação britânica). Território ocupado há quase 150 anos pelos britânicos, as ilhas — que estiveram sob o domínio espanhol e que passaram para a soberania argentina desde que este país conquistou a sua independência em relação a Madrid — foram agora objecto de uma acção naval de grande envergadura por parte dos argentinos que hastearam a sua bandeira e as declararam reintegradas no território nacional. A declaração de soberania abrange igualmente os arquipélagos desabitados das Geórgias do Sul (onde ocorreu um incidente com pescadores, que foi o detonador de todo este processo) e as Sanduíches. O governo de Londres — posto em causa pela oposição, que o acusa de incúria neste caso, afirmando alguns britânicos que o gabinete Thatcher sabia do que se estava a preparar e nada fez para o evitar — ripostou cortando relações com Buenos Aires e enviado uma frota, enquanto declarava a zona marítima circundante como «área de guerra». Apresentado no Conselho de Segurança da ONU, o problema foi solucionado a contento dos britânicos que viram a acção argentina condenada pelas Nações Unidas.

Segundo os argentinos, este acto de recuperação da soberania impunha-se, pois os britânicos têm vindo há anos a sabotar as negociações tendentes a solucionar o litígio que se arrasta há quase século e meio.

A hipótese de uma guerra, por mais próxima que pareça estar, não é seriamente encarada, havendo esperanças de que os esforços medianeiros tentados, entre outras potências, pelos EUA, venham a surtir efeito. Segundo se julga saber, os EUA vão propor que a Argentina fique reconhecida como entidade soberana do arquipélago, consentindo, no entanto, que um governo britânico permaneça algum tempo a gerir os destinos do arquipélago.

Este incidente causou viva apreensão nos EUA, que contam com o governo conservador da sr.^a Thatcher como um dos seus mais fortes apoios na Europa Ocidental, e que reataram uma boa amizade com os generais de Buenos Aires.

Para o governo de Londres, este incidente já teve um saldo negativo com a demissão do ministro dos Negócios Estrangeiros, «lord» Carrington, e de dois dos seus, colaboradores, e o conseqüente desgaste político que isso representa para os «tories». Quanto aos generais argentinos, conseguiram à primeira vista uma boa jogada, pois fizeram a unanimidade nacional à sua volta, num momento em que o regime militar sofria uma violenta contestação interna e em que os sindicatos, pela primeira vez desde o golpe, ousaram descer à rua

numa manifestação proibida que, apesar de tudo, foi muito participada.

No entanto, a manter-se a ameaça de guerra, os custos da operação poderão revelar-se, a médio prazo, terrivelmente desgastantes para a economia argentina.

No plano diplomático, apesar do apoio que os países latino-americanos demonstraram a Buenos Aires no tocante à soberania sobre as ilhas, muitos desses Estados condenaram a acção militar, propugnando, como a generalidade dos países do Ocidente, o recurso a uma solução negociada. A União Soviética absteve-se na votação da ONU, mas a *Tass* tem explicado a obstinação inglesa em permanecer nas Malvinas como manifestação de um espírito colonial, neste caso muito incitado pelas riquezas petrolíferas do arquipélago.

Bangladesh

A influência dos «paquistaneses»

□ Dissolução do Parlamento, ilegalização dos partidos políticos, centenas de prisões, combate à corrupção — eis as medidas que até agora têm sido adoptadas pelos militares que retomaram o poder em Dacca, no passado mês de Março (ler n.º 42 de *cadernos*, onde antevíamos já o que poderia acontecer). O golpe, chefiado pelo general Ershad, pôs termo a um breve período de regime civil, que durava desde Novembro de 1981 e que nasceu das eleições presidenciais subsequentes à crise aberta com o assassinio do anterior presidente militar, general Ziaur Rahman.

A acção dos militares não constituiu nenhuma surpresa, pois de há muito se vinham agravando as tensões entre Sattar e Ershad, que pretendia um papel mais activo na vida política do país para as Forças Armadas. Pertencente àquele grupo de oficiais formados no Paquistão e que não participaram na guerra de libertação, da qual saíu o Estado do Bangladesh, em 1971, o general Ershad, com este golpe, reforça a posição dos denominados «paquistaneses», responsáveis pela acentuada viragem à direita do regime de Ziaur Rahman.

Ao que parece, não haverá grandes modificações na política externa do Bangladesh, supondo-se que os militares agora no poder pretendam solucionar os graves problemas do país — um dos mais pobres do Mundo — mediante o recurso à «maneira forte», instaurando no Bangladesh um regime de tipo «indonésio».

Cisjordânia Graves incidentes

□ A destituição de três presidentes de municípios, democraticamente eleitos e considerados pelas autoridades de ocupação como influenciados pela OLP, provocou os mais graves incidentes ocorridos na Cisjordânia desde que este território árabe foi há 15 anos ocupado por Israel. Os três presidentes destituídos foram «castigados» pelo ocupante sionista pelo facto de se recusarem a acatar as ordens do «governo civil» imposto, ao abrigo do «plano Sharon» na Cisjordânia e presidido por um extremista, governo que os árabes nunca reconheceram. Do ponto de vista das populações ocupadas, a instauração deste governo corresponde a um passo dado no caminho da anexação, que vem sendo concretizada nos factos, através da aquisição e expropriação de terras e da instalação de colonatos judaicos, sob impulso do próprio gabinete israelita, dominado pela coligação direita Likud.

A Cisjordânia e a Faixa de Gaza estavam abrangidas pelo plano de «autonomia», previsto no âmbito dos acordos de Camp David, plano que tem sistematicamente esbarrado com as obstruções levantadas por Israel nas suas negociações separadas com o Egipto, sob o s auspícios dos Estados Unidos. A fim de facilitar uma «autonomia», que fosse um disfarce da anexação pura e simples, os sionistas impulsionaram a criação de «ligas de aldeias» que, não estando sujeitas à influência da OLP, pudessem dar o seu consentimento a uma solução, respeitada pela OLP e pelas próprias populações locais, bem como pelo mundo árabe, em geral. Essas ligas foram, no entanto, mal sucedidas e os colaboracionistas perderam completamente o seu «entusiasmo» desde que um dos dirigentes desses organismos manobrados por Israel foi assassinado. A agitação na Cisjordânia e em Gaza somam-se as perturbações que se registaram nos Montes Golan, depois de decretada a sua anexação pelo parlamento israelita.

A actuação do Governo de Begin na Cisjordânia provocou protestos em todo o mundo, mas o Conselho de Segurança da ONU viu-se impedido de aplicar as sanções reclamadas por um projecto de resolução da Jordânia, em virtude do veto dos EUA, que, mais uma vez, ratificou as exacções e as violações da lei cometidas pelo sionismo.

No interior de Israel, a atitude do governo de Begin gerou protestos do movimento «Pela paz» e suscitou uma moção de desconfiança no *Knesset*, apresentada pela oposição trabalhista. A moção ficou empatada, mostrando, uma vez mais, a fragilidade da actual coligação governamental.

Os «falcões» israelitas evocam o assassinio de um diplomata de Telavive em Paris para considerarem que a OLP quebrou o acordo de cessar-fogo no Líbano e justificarem uma operação de represálias. A OLP já desmentiu qualquer responsabilidade pelo assassinio do diplomata, reivindicado, aliás, por uma organização libanesa.

I. A. N. I.

INSTRUMENTAÇÃO, AUTOMAÇÃO
NAVAL E INDUSTRIAL, LDA.

Electricidade Instrumentação Hidráulica Automação Naval e Industrial



Reparação naval e industrial

- Electricidade alta/baixa tensão
- Electrónica
- Pneumática e electro-pneumática
- Hidráulica e electro-hidráulica
- Reparação e rebobinagem em motores eléctricos incluindo geradores

Montagem naval e industrial

- Em todos os sectores de automação e electricidade

Controlo técnico de montagem e reparação

Av. 25 de Abril, 9-1.º Dt.º

Paivas — 2840 Seixal — Portugal

Telex 43702 I.A.N.I.-P Tel. 221723/30

SOGUIPAL

(ex-ACTIMESA)

Sociedade Comercial
Luso-Guineense, SARL

IMPORTAÇÃO:

Amendoim, coconote, cera,
couros, borracha, bagaço, etc.

EXPORTAÇÃO:

Produtos alimentares, têxteis,
materiais de construção e bens de
equipamento

ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

Áreas administrativa e financeira

ÁREA GEOGRÁFICA DE ACTUAÇÃO:

Larga experiência dos mercados
africanos e europeus

SOGUIPAL

LISBOA — Tel. 54 83 16/54 83 47/54 82 69
TELEX 14238 ACTIME/P
R. Tomás Ribeiro, 50-4.º
1000 LISBOA/PORTUGAL

ARMAZEM — R. Vale de Formoso de Cima,
125-B e C Tel. 38 62-85

Timor-Leste A resistência continua

□ Após sete anos de ocupação e genocídio, a Indonésia não conseguiu ainda ganhar o apoio do povo de Timor-Leste, que continua a resistir ao agressor e que conta agora, a nível internacional, com uma audiência cada vez maior. Uma reunião da resistência externa, que decorreu na capital moçambicana apreciou a situação de Timor-Leste, nos seus aspectos político, militar e humanitário, e delineou novas formas de luta, no campo de batalha e na acção diplomática — revelaram em Lisboa, em conferência de Imprensa, Abílio Araújo e José Ramos Horta, membros do Comité Central da FRETILIN.

O inimigo conseguiu, nestes cinco anos, dois dos seus três principais objectivos: a destruição da direcção política interna da Resistência e o contacto rádio da FRETILIN do interior com o seu sector do exterior. Mas não conseguiu ganhar o povo maubere nem fazer esquecer o problema pela comunidade internacional, que está agora mais atenta que nunca à luta de Timor-Leste.

Além da resistência armada, há outras formas de oposição aos planos indonésios: a acção de denúncia dos atropelos aos direitos humanos, a recusa à integração da Igreja Católica na Indonésia e rejeição da «islamização» forçada.

As Igrejas Católicas asiáticas, nomeadamente os bispos de Seul, Banquecoque e Manila, apoiam a luta do povo Timor-Leste nos seus esforços de preservação da identidade religiosa e cultural.

Nos próprios EUA a Imprensa tem tomado posição editorial contra a agressão indonésia, e certos membros do Congresso mostram uma atitude favorável aos interesses do povo maubere.

Segundo os dois dirigentes da FRETILIN, Portugal deverá assumir as responsabilidades históricas, políticas e jurídicas que lhe incumbem, e desenvolver, a nível diplomático, uma intensa acção internacional de defesa do povo maubere, neste momento em que a causa de Timor-Leste se desenrola num clima internacional favorável.

Essa acção deverá ser empreendida não só pelas autoridades portuguesas, mas também pela Igreja Católica e os partidos com assento parlamentar. A actuação de Portugal, em consonância com as posições internacionalmente assumidas pela ONU, Movimento dos Não-Alinhados e outras organizações, poderia ser um factor de importância decisiva para solucionar o problema de Timor-Leste.

Aqueles dirigentes da FRETILIN denunciaram novas ameaças de fome que pairam sobre Timor-Leste na sequência da operação de deslocação de populações, levada a cabo por 20 mil a 30 mil soldados indonésios.

Por fim, Abílio Araújo e Ramos Horta anunciaram que a luta no terreno vai ganhar nova pujança, depois da reunião do Maputo.

telex telex telex telex telex

desinformação — «a opinião pública dos Estados Unidos está manipulada e desinformada sobre o que ocorre na América Central», afirmou o procurador de Justiça norte-americano Ramsey Clark, que pediu aos seus compatriotas que impedissem uma eventual intervenção militar do governo Ronald Reagan em El Salvador.

Clark presidiu a uma delegação de juristas e dirigentes de organizações de direitos humanos dos Estados Unidos e de algumas nações asiáticas e latino-americanas, que percorreu em Fevereiro passado El Salvador, Honduras, Costa Rica e Nicarágua. «Noventa por cento das notícias que se publicam nos meios de comunicação norte-americanos provêm do Pentágono», afirmou. Em relação à situação na Nicarágua, disse Clark: «É falso que nesse país se violem os direitos humanos.»

controlo demográfico — o governo chinês decretou, no mês de Março, uma lei estabelecendo que os casais que moram nas zonas urbanas só podem ter um filho. A medida acrescenta que os habitantes das zonas rurais poderão ter até dois filhos «em certas condições», entre as quais a de que o primeiro filho seja incapacitado. A necessidade de radicalização do controlo da natalidade baseia-se, segundo o governo, no facto de que a falta de uma política demográfica nos anos 60 deu lugar a um desenfreado índice de nascimentos e os que nasceram naquela época estão agora em idade de procriar.

acordo — foi dado um passo em relação aos prisioneiros de guerra no conflito Irão-Iraque; os dois governos aceitaram a visita dos familiares dos prisioneiros. A informação foi divulgada pelo jornal kuwaitiano *Al Qabas*, que declara que a fórmula encontrada — e que deverá ser brevemente aprovada sob a forma de tratado — foi fruto de «um discreto diálogo» entre as partes envolvidas. O acordo será apresentado aos governos do Irão e do Iraque por representantes da Cruz Vermelha.

exportações — os intercâmbios comerciais entre a Tanzânia e Moçambique aumentaram desde 1976, quando foi assinado um acordo comercial entre os dois países. A Tanzânia exporta para Moçambique produtos têxteis e alumínio laminado, e importa de Moçambique electrodos para soldaduras, pneumáticos, tubos e máquinas de costura. Em 1978, a Tanzânia exportou 107,7 milhões de *shillings* e importou 37,8 milhões. Em 1980, as importações aumentaram para 21,8 milhões de *shillings* e as exportações para 139,9 milhões. (O *shilling*, moeda tanzaniana, valia em 1979 um pouco mais de 1/8 de dólar.)

pragas — os diversos tipos de pragas e enfermidades que atacam as culturas agrícolas consomem o alimento de cerca de 800 milhões de pessoas no mundo, segundo a Organização das Nações Unidas para a Agricultura (FAO). Durante a terceira reunião de consulta sobre o uso adequado de pesticidas, realizada no México em Março último, Alan Bates, delegado da FAO, afirmou que este problema provoca a perda de 34% das colheitas mundiais de alimentos, prejuízo calculado em sete mil e 500 milhões de dólares, dos quais 35% corresponde à América Latina e Caraíbas. Uma das soluções estudadas no encontro seria o controlo biológico desses males agrícolas, segundo alguns a opção mais recomendável.

ingresso de Portugal na CEE — O comércio externo da América Latina será gravemente prejudicado com o eventual ingresso de Portugal e da Espanha na CEE — revela uma análise publicada em Bona, pelo Instituto de Investigações Económicas de Berlim. São especialmente afectadas as vendas de produtos agrícolas, têxteis, siderúrgicos, couros e mercadorias de indústria ligeira. Segundo o relatório à medida que se intensificar o intercâmbio entre a CEE e os países mediterrânicos, vão-se limitando as possibilidades exportadoras da América Latina para a Europa Ocidental. O relatório recomenda que a América Latina desenvolva as suas exportações de matérias-primas e produtos energéticos, que continuam a ter grande cabimento no mercado europeu.

bolseleros — existem actualmente, em Cuba, 14 500 estudantes estrangeiros procedentes de um grande número de países da África, Ásia e América Latina. Entre eles, três mil encontram-se no nível universitário. O governo de Havana suporta todas as despesas dessa aprendizagem, realizada na ilha da Juventude, onde as classes participam também no trabalho produtivo.

exílio — uma terça parte dos paraguaios vivem no exílio, segundo declarou Arturo Acosta Mena, do Partido Revolucionário Febrerista, em visita a vários países europeus. A população do Paraguai é de aproximadamente 2,9 milhões de pessoas. Do total de emigrados cerca de 200 mil podem ser considerados exilados políticos.

Segundo o dirigente, menos de 1500 famílias possuem as melhores terras cultiváveis do país, enquanto que mais de 300 mil camponeses têm que trabalhar como assalariados ou emigrar para as cidades. Quarenta por cento da população paraguaia não sabe ler nem escrever e 30% da mão-de-obra está desempregada.



No ano do «Mundial 82»

O futebol do Terceiro Mundo

Em Espanha, estarão as «superpotências» brasileira e argentina mas também o «subdesenvolvido» Kuwait. Apesar desta disparidade, o nosso colaborador Vitor Santos não tem dúvidas: o futebol do futuro está no Terceiro Mundo.

Vitor Santos *

1930 — Na mais pequena república da América do Sul, o na altura «progressista» Uruguai, pioneiro de um ordenamento social pouco menos do que revolucionário no colonizado e escravagista Continente Americano, foi possível concretizar, graças a uma espécie de «mobilização nacional» da Nação a querer viver, em festa, o Centenário da sua independência, a velha «ideia francesa» da realização de um Campeonato do Mundo de Futebol, então, como agora, já considerado como a consagração, à escala universal do mais belo, fascinante, aglutinador e popular desporto colectivo do Planeta.

Vencendo, heroicamente, mil e uma dificuldades do tempo, entre as quais a grande crise da Bolsa de valores de Nova York que, então como agora, tinha alta influência na linha sócio-económica do Mundo Capitalista, foi possível reunir em Montevideo nove equipas do Continente Americano em que os «paternalistas» Estados Unidos, representados em alta percentagem por emigrantes naturalizados (e parece que, num ou noutro caso, nem isso) apareciam na «promíscua» companhia de doze nações da chamada América Latina (México, Brasil,

Paraguai, Chile, Perú, Bolívia, Argentina e, naturalmente, o país organizador), que se juntaram, de mil peripécias de uma muito romaneada renúncia mais ou menos colectiva que os sul-americanos nunca mais perdoaram, os representantes de quatro nações europeias (Bélgica, França, Jugoslávia e Roménia) que, no bojo de dois vapores da época, o «Conte Verde» (Bélgica, França e Roménia) e o «Flórida» (Jugoslávia) empreenderam a «grande expedição», ao tempo ainda bastante aventureira e, principalmente, de difícil concretização, em termos humanos, pelo regime amador, ou pouco menos do que isso, em que ainda vivia, grande parte do futebol europeu, Inglaterra e seu mui separatista Mundo Britânico aparte.

Meio século de futebol

1982 — Depois de um longo «processo eliminatório» que começou em 26 de Março de 1980 em Nicósia e Telavive e só terminou em 10 de Janeiro de 1982, em Singapura, 105 equipas de cinco Grupos Continentais (33 da Europa; 10 da América do Sul; 15 daquilo a que, na organização mundial do futebol, se chama América do Norte, América Central e Caraíbas; 21 da Ásia e da Oceania e 26 de África), disputa-

ram, por sucessivas e complexas crivagens continentais de que só foram dispensadas a Argentina, detentora do título, e a Espanha, país organizador, os vinte e quatro lugares da fase final da grande competição, sexta que se realiza na Europa e primeira que tem lugar na Península Ibérica, concretamente em catorze cidades do Reino de Espanha, de «inspiração franquista» onde, há sete anos se tenta, entre lutas e convulsões durante muitos anos ferozmente reprimidas impor se calhar uma melindrosa e inviável «democracia federalista».

Como facilmente se compreende este meio-século e pico da história da prova máxima de futebol mundial, hoje uma complicada e sofisticada organização, desportiva-técnico-financeira que movimentava somas astronómicas e é acompanhada, na Rádio e na Televisão, por mais de dois biliões de pessoas de todas as latitudes da Terra, está, como dizer?, ineludivelmente implantada na evolução socio-económica-política do Mundo — hoje um Mundo bem diferente do que existia em 1930, agora que os «ventos da libertação» varreram o colonialismo que monolitizava, num degradante obscurantismo, para já não falar em escravizar através de desumanas condições de subalimentação e de doença, nada menos do que setenta por cento da população mundial.

Ainda que os Estatutos da Federação Internacional de Football Association (FIFA) ainda consagrem (Artigo 1.º) a possibilidade de uma colónia ou de um domínio poderem, de acordo com a Associação Nacio-

* Chefe de redacção do jornal desportivo português A Bola



A equipa uruguaia de 1930, vencedora do primeiro Campeonato do Mundo de Futebol

O golo que deu a vitória à Argentina na final com a Holanda no Campeonato de 1978



Apurados para Espanha, os Camarões dispõem de uma das melhores equipas africanas. Na foto, uma fase do jogo entre os Camarões e o Zaire, nos II Jogos da África Central, disputados em Angola.

nal da sua Metrópole, filiar-se directamente na FIFA — daí existirem no seio do organismo, como membros de pleno direito, por exemplo, Brunei, Hong-Kong, Macau, Porto Rico, Antilhas Holandesas, Nova Zelândia, Papua-Nova Guiné, etc. — a verdade é que já se conseguiu consagrar, através da organização universal do futebol, a maciça libertação dos povos da África e da Ásia, grande realidade das décadas de 50 e 60 e, para lá disso, a completa erra-

dicação do racismo, uma vez que qualquer país, como é o caso da África do Sul, onde existe, instituída por lei, discriminação racial no Desporto, não é admitida no seio da FIFA ou é expulsa (parágrafo 4.4 do Artigo 2.º dos Estatutos) se alguma vez lá terá tido lugar.

Um futebol no futuro

Neste momento 107 dos 150 países filiados na FIFA (71,30 por

cento) pertenciam àquilo a que se convencionou chamar «Terceiro Mundo» e, sem fazer a mais do que legítima «exaustiva ligação» entre os seus mil problemas socioeconómicos e o desenvolvimento futebolístico de cada um deles ou, digamos, de grupos afins que se podem facilmente definir e delimitar, que vemos nós?

Vejam:

1. O futebol-temperamento, transformado colectivamente em fu-

tebol-paixão da América Latina em geral e dos grandes países da sua faixa meridional, nemedamente os futebolisticamente portentosos Brasil e Argentina, constitui quicá a mais alta expressão do jogo, arte, dança, expressão corpórea de praticantes, como dizer?, «sanguíneos», que ultrapassam, não maciçamente, e integrados numa espécie de «revolução cultural», como seria de desejar, mas em certa expressiva percentagem a sua situação de carências alimentar, cultural, social, de sanidade e até de total independência política (aí o imperialismo estado-unidense que se estende do México à Terra do Fogo) e espantam o mundo com a desenvoltura, a graça, a criatividade, o «toque balético» de um futebol incomparável.

2. O futebol africano sediado à mesma latitude desse futebol-temperado da América Latina, exhibe as mesmas potencialidades e, à medida que as suas jovens nações vão forjando lenta e progressivamente, o seu futuro, erradicando a fome, a doença e o analfabetismo,

vamos ter aquilo a que já chamámos o futebol do futuro, com novos «inesperados» Brasis;

3. Finalmente na farta e «promiscua» fatia asiática do «Terceiro Mundo», onde coexistem, com países «encharcados em petróleo», com rendimentos *per capita* únicos no mundo com outros em que esse rendimento está abaixo de qualquer indício de «dignidade humana», pratica-se, hoje por hoje, um futebol híbrido que toma o carácter e as peculiaridades, correspondentes às tendências desportivas milenárias de alguns dos seus povos, como a China e o Japão, ou às «características envolventes» de antigos ou modernos colonizadores, sejam eles os velhos ingleses da Índia ou os novos brasileiros do Kuwait.

Uma coisa é, no meio disto tudo, certo e indiscutível: o futebol do «Terceiro Mundo» é o futebol do futuro, não podendo já comparar-se, no espaço e no tempo, os anos 30, do «pioneirismo» do Uruguai e, mais tarde, do momento em que uma Palestina, agora teimosa (e gloriosa-

mente) à procura, entre Jerusalém e os seus arredores, mais a Cisjordânia e a faixa de Gaza, o terreno onde se possa implantar e viver o seu povo, disputou, no Cairo, contra o Egipto, em 16 de Março de 1934, o primeiro jogo de uma equipa asiática a contar para o Campeonato do Mundo, e este ano de 1982 em que vão estar presentes na fase final de Espanha duas seleções da América Central, o martirizado El Salvador e a genuína «República das Bananas» que se chama Honduras, uma equipa da Ásia, encharcada em petrodólares que é o Kuwait e, finalmente e um pouco à margem deste «Mundo dentro do Mundo», a Nova Zelândia ainda com o seu estatuto de Dependência no seio da Commonwealth, agora de «coroa à banda», desde as Malvinas até, sabemos lá, a Hong-Kong e a Gibraltar.

Sem ambições de conceituoso estudo técnico-táctico foi isto o que nos pareceu essencial dizer sobre o futebol do «Terceiro Mundo» no ano da 12.^a edição da Taça do Mundo da FIFA, vulgo Campeonato do Mundo de Futebol. □

A história da «explosão» do Terceiro Mundo

PARA se ter uma ideia da «explosão futebolística» do Terceiro Mundo, naturalmente implantada na evolução sociopolítica dessa imensidão territorial de forçado e farsaico subdesenvolvimento, vejamos o número de equipas de cada Continente da Terra, Europa naturalmente excluída, que participaram, a partir das suas fases eliminatórias em todas as edições da Taça do Mundo da FIFA, vulgo Campeonato do Mundo de Futebol.

	AMÉRICAS	ÁFRICA	ÁSIA-OCEANIA
I - 1930 (Uruguai)	9	0	0
II - 1934 (Itália)	6	1	1
III - 1938 (França)	2	0	2
IV - 1950 (Brasil)	8	0	1
V - 1954 (Suíça)	7	1	1
VI - 1958 (Suécia)	14	1	4
VII - 1962 (Chile)	16	5	3
VIII - 1966 (Inglaterra)	19	0	3
IX - 1970 (México)	23	12	5
X - 1974 (R.F. Alemã)	22	22	15
XI - 1978 (Argentina)	26	22	17
XII - 1982 (Espanha)	25	26	21

1) A presença de uma equipa africana nos «Mundiais» de 1934 (Itália) e 1954 (Suíça), foi efectuada através do Egipto colonial, pelo que se considera que só houve real presença da África Livre a partir do «Mundial» de 1970

2) Em relação ao «Mundial-66» (Inglaterra) para o qual estiveram inicialmente inscritos mais de uma dezena de países africanos, exactamente na altura em que se deu o grande movimento independentista do Continente Negro, verificou-se, à última hora a renúncia maciça de todas as nações inscritas em virtude da exigência da FIFA em fazer depender a presença de um representante da África na fase final de uma eliminatória decisiva com o pré-qualificado da Ásia.



TAAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA
★
ANGOLA AIRLINES

A woman wearing a colorful headwrap and a white shawl is harvesting coffee beans in a plantation. She is holding a large woven basket. The background shows coffee trees with ripe, dark coffee cherries.

ANGOLA

Café de Angola
um
gosto
de
liberdade

Av. 4 de Fevereiro, nº 107 - Luanda • Telefone 73671/2/3 • Teleg. "M/CAFE" • R.P.